



Universidade do Estado da Bahia – UNEB
Departamento de Educação – Campus II / Alagoinhas
Programa de Pós-Graduação em História

Thiago Pinto Dantas

A trajetória de João Dantas: a vila de Itapicuru no processo de independência do Brasil em duas províncias, Sergipe e Bahia (1816-1827).

Alagoinhas – BA

2026

Sistema de Bibliotecas da UNEB
Biblioteca Carlos Drummond de Andrade – *Campus II*
Manoela Ribeiro Vieira
Bibliotecária - CRB 5/1768

D192f Dantas, Thiago Pinto

A trajetória de João Dantas: a vila de Itapicuru no processo de independência do Brasil em duas províncias, Sergipe e Bahia (1816-1827). / Thiago Pinto Dantas. – Alagoinhas/BA, 2026.

107 f.:il.

Orientadora: Prof. Dra. Paulo Santos Silva.

Dissertação (Mestrado) – Universidade do Estado da Bahia, Programa de Pós-Graduação em História – Departamento de Educação. Alagoinhas, 2026.

1. Bahia – História. 2. Independência. 3. João Dantas. 3. Sergipe. I. Silva, Paulo Santos.
II. Universidade do Estado da Bahia. III. TÍTULO

CDD – 981.02

FOLHA DE APROVAÇÃO
"A TRAJETÓRIA DE JOÃO DANTAS: A VILA DE ITAPICURU NO PROCESSO DE
INDEPENDÊNCIA DO BRASIL EM DUAS PROVÍNCIAS, SERGIPE E BAHIA (1816-
1827)."

THIAGO PINTO DANTAS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História – PÓSHISTÓRIA, em 15 de abril de 2026, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia, conforme avaliação da Banca Examinadora:



Professor Dr. PAULO SANTOS SILVA

UNEB

Doutorado em História Social

Universidade de São Paulo



Professora Dra. CELESTE MARIA PACHECO DE ANDRADE

UNEB

Doutorado em História

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo



Professor Dr. SÉRGIO ARMANDO DINIZ GUERRA FILHO

UFRB

Doutorado em História

Universidade Federal da Bahia

Agradecimentos

Iniciar uma pesquisa de mestrado exige tempo, dedicação e renúncia, e esse tripé me estimulou a investir toda a minha libido em um trabalho que exigiu pesquisas em diversos arquivos, bibliotecas, leituras e quase uma obsessão, a qual me fazia pensar na pesquisa até mesmo em momentos de lazer, na praia e na academia de ginástica. Enquanto eu estava na esteira caminhando, era nesta pesquisa que pensava, bem como nos autores e nas observações realizadas pelo meu orientador.

Agradeço, primeiramente, a Deus, que me ajudou a superar todo o transtorno de ansiedade que tenho tratado nos últimos anos. Sem a minha fé e a certeza de uma força divina me guiando, eu não teria chegado até aqui.

Agradeço, de forma muito especial, ao meu orientador, Prof. Paulo Santos Silva. Suas aulas, no Programa de Mestrado em História da UNEB, em Alagoinhas, me fizeram conhecer um dos maiores intelectuais da Bahia, profundo conhecedor de teoria da história e da política baiana no período da Era Vargas e, posteriormente, de Otávio Mangabeira, tendo pesquisado alguns políticos tradicionais, como Luiz Viana Filho, considerado um dos governadores mais cultos do estado. Foi através do meu orientador que eu conheci a obra *Longos Serões do Campo*, onde consta as memórias de Anna Ribeiro de Góes Bittencourt sobre o período da guerra pela independência do Brasil na Bahia.

O professor Paulo não só me incentivou, mas também me mostrou o valor acadêmico e social desta pesquisa, bem como a contribuição que ela pode dar à historiografia baiana e nacional, valorizando os pesquisadores locais e os arquivos regionais. Foram longas conversas e reuniões, nas quais o professor demonstrou muito cuidado e atenção para a construção desta dissertação, não medindo esforços para que a pesquisa cumprisse o seu papel de ser a mais completa e crítica possível.

Desta forma, continuo os agradecimentos relembrando pessoas que me influenciaram no gosto pela História, personagens que viveram a história e me contaram algumas delas, dentre elas, o meu avô Annibal (in memoriam), que, aos 20 anos, enquanto estava de férias da faculdade de Medicina da Universidade Federal da Bahia, descansando na fazenda Camuciatá, em 1932, em Itapicuru, foi surpreendido pelo aviso de um funcionário da fazenda de que Virgulino Ferreira da Silva (Lampião) estava, juntamente com o seu grupo, marchando em direção a fazenda Camuciatá, onde o meu avô era a única pessoa da família presente no local.

Diante dessa informação, meu avô se dirigiu à capela da fazenda e entregou a propriedade a Santo Antônio do Camuciata e, em seguida, partiu em um pequeno caminhão, juntamente com outros moradores do local, rumo a localidade de Barracão (atual município de Rio Real), onde pegou o trem em direção a Salvador. Horas depois, Lampião adentrou a propriedade, disparando diversos tiros, ferindo e matando alguns funcionários, dentre eles o administrador da fazenda, José Correia, não obtendo êxito na tentativa de adentrar no sobrado.

Agradeço ao meu padrinho Álvaro Dantas (Alvito), uma das pessoas mais bem-educadas que já conheci. Apesar de ter escolhido a profissão de delegado de polícia, sua grande paixão é a História, tendo dedicado grande parte de sua vida à preservação do acervo e do sobrado do engenho Camuciata, em Itapicuru. Por meio do meu padrinho, tive a oportunidade de conhecer, ainda adolescente, alguns historiadores já falecidos, como Consuelo Pondé de Sena (IGHB), em um passeio a cavalo pelo Camuciata, e o tio José Gabriel Calmon da Costa Pinto, ex-vice-diretor do Arquivo Nacional, no Rio de Janeiro.

Agradeço aos meus pais, Anibal (Nibinha) e Dolores. Meu pai, um apaixonado pela história do cangaço, sempre compreendeu o lado dos cangaceiros e nutre admiração por alguns deles, em que pese o cangaço quase ter feito do seu pai uma possível vítima de sequestro ou algo ainda pior. De tanto escutar sobre a invasão de Lampião ao Camuciata, meu pai comprou inúmeros livros e assistia a diversos documentários sobre o cangaço, conhecendo todos os cangaceiros pelo nome.

Agradeço aos professores Celeste Pacheco (UNEB) e Sérgio Guerra Filho (UFRB) por terem aceitado compor a banca de avaliação desta dissertação de mestrado, sugerindo, informando e criticando, de modo que, sem as suas preciosas correções, este trabalho não seria possível.

Ao meu companheiro José, por toda lealdade, atenção e preocupação durante esta pesquisa. Zé é o meu companheiro há sete anos e acompanhou de perto tanto a minha graduação como o mestrado, sempre me apoiando e auxiliando nas correções e sugestões.

Ao meu irmão Aníbal Neto, pelas conversas tranquilizadoras que tanto me ajudaram na busca por mais equilíbrio e tranquilidade para seguir em frente.

Aos meus primos e primas, em especial a André e Álvaro, com os quais nutro um gosto em comum pela História. Agradeço por toda a ajuda durante a pesquisa, tirando dúvidas e debatendo algumas questões históricas que sempre se faziam presentes, ora na descoberta, ora na revisão de conteúdos e informações decorrentes desta pesquisa.

A Luan Pazzini, por toda a ajuda na formatação e correção gramatical e ortográfica.

A Diana e Isis, da Secretaria do Programa de Pós-Graduação em História da UNEB, Campus II, por toda a atenção e boa vontade em ajudar.

A Robério Santos e Sharise Amaral, professores da UNEB Campus I, por toda a compreensão e apoio durante o curso, sugerindo autores e estimulando o estudo constante.

A Suênio Lucena (UNEB) e Maria José Pereira (UFRJ), pelas conversas e sugestões, trazendo sempre um novo olhar para questões dúbias e conflitantes.

Aos professores da Universidade Católica do Salvador, Luciana Martins, com quem publiquei um artigo sobre esta temática ainda como graduado; Alessandra Carvalho, Josenilda Mesquita e Fábio Paes, grandes incentivadores na caminhada da graduação.

Aos colegas da Fundação Pedro Calmon - Centro de Memória da Bahia, em especial a Franklin Oliveira e a Walter Silva, pela confiança depositada em mim, ainda enquanto eu era estagiário.

Ao Arquivo Público do Estado da Bahia e ao Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, na pessoa do professor Samuel Albuquerque, ex-presidente desta casa.

Às professoras Lina Aras (UFBA) e Edna Matos (UFS), pelas conversas enriquecedoras na Anpuh Bahia (2024), e à sua filha Giovana Matos, geógrafa responsável pelos mapas desenvolvidos nesta dissertação.

Aos meus colegas da graduação em História da Ucsal – Mariana, Júlia, Jean, Cleiton, Henrique, Jefferson e Natan –, parceiros de conhecimento durante quatro anos.

Aos colegas do mestrado na UNEB, em especial Elza, Ivan, Vitória, Elson, Marley, Manuela e Paulo Victor, por terem me ajudado, trocando informações e incentivos até aqui.

À PROGPEAQ da UNEB, pelo incentivo pecuniário, por meio de uma bolsa de estudos que me permitiu custear as despesas oriundas deste trabalho.

À dona Zita, diretora de arquivo do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, pela disponibilização de livros e informações necessárias à construção desta dissertação.

Por fim, dedico este trabalho aos cidadãos de Itapicuru e da região Agreste, cujos antepassados deram, comprovadamente, a sua contribuição no processo de independência do Brasil em Sergipe e na Bahia.

Resumo

Esta dissertação ocupa-se do processo de Independência política do Brasil, com foco em Sergipe e na Bahia, destacando suas contradições e tensões individuais e coletivas. Trata da trajetória do proprietário de terra, capitão-mor e deputado João Dantas dos Reis Portátil (1773-1832), que passou a se chamar João Dantas dos Imperiais Itapicuru. A partir dos anos de exercício da vida pública de João Dantas, aborda aspectos de natureza familiar, das relações que estabeleceu na vila de Itapicuru, onde nasceu e viveu, e da rede de sociabilidade que teceu durante o período da guerra nas províncias sergipana e baiana. A vila de Itapicuru e o Engenho Camuciatá constituem elementos fundamentais desta abordagem, cujo objetivo central é resgatar as ações orquestradas por João Dantas a partir da região Agreste da Bahia, localidade distante do Recôncavo baiano e próxima à província de Sergipe. Investiga a atuação de um indivíduo de família abastada que enxergou na guerra uma oportunidade de ascensão social e política. Além da bibliografia específica, suplementada por obras memorialísticas, a análise apoia-se em documentos da Biblioteca Nacional (BN), do Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (IGHB) e do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS), onde foram utilizadas cartas, ofícios, atestações e recibos trocados com as principais lideranças do lado “independentista” da guerra.

Palavras-chave: Independência; João Dantas; Itapicuru; Sergipe; Bahia.

Abstract

This dissertation addresses the process of Brazil's political independence, focusing on Sergipe and Bahia, highlighting their individual and collective contradictions and tensions. It deals with the trajectory of the landowner, captain-major, and deputy João Dantas dos Reis Portátil (1773-1832), who came to be called João Dantas dos Imperiais Itapicuru. Based on João Dantas's years in public life, it addresses aspects of his family life, the relationships he established in the village of Itapicuru, where he was born and lived, and the network of sociability he wove during the war in the provinces of Sergipe and Bahia. The village of Itapicuru and the Camuciatá sugar mill constitute fundamental elements of this approach, whose central objective is to recover the actions orchestrated by João Dantas from the Agreste region of Bahia, a location distant from the Recôncavo Baiano and close to the province of Sergipe. It investigates the actions of an individual from a wealthy family who saw in the war an opportunity for social and political advancement. In addition to specific bibliography, supplemented by memoirs, the analysis relies on documents from the National Library (BN), the Public Archive of the State of Bahia (APEB), the Geographic and Historical Institute of Bahia (IGHB), and the Historical and Geographic Institute of Sergipe (IHGS), where letters, official documents, attestations, and receipts exchanged with the main leaders of the "independence" side of the war were used.

Keywords: Independence; João Dantas; Itapicuru; Sergipe; Bahia.

Sumário

Introdução.....	9
Capítulo I	21
Os protagonistas da participação de Itapicuru no processo de independência do Brasil em Sergipe e na Bahia 1816 – 1827.....	21
1 As ambições do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru	21
2 O General Pierre Labatut e a sua relação com João Dantas	32
3 O contexto local e a disputa de narrativa em torno da liderança do conflito em Itapicuru.....	36
Capítulo II.....	47
O início da participação de João Dantas no Processo de Ruptura com Portugal	47
1 O Quartel do Engenho Santo Antônio do Camuciatá.....	47
2 A participação de João Dantas no Ato de Aclamação a Dom Pedro I e na pacificação da Província de Sergipe	55
3 Benesses Imperiais: As Atestações e Comendas oriundas das Aclamações em Sergipe e a tentativa de anexar Itapicuru.....	68
Capítulo III	76
A Atuação de João Dantas em Cachoeira e nos Campos de Pirajá.....	76
1 A Posse de João Dantas como Membro do Conselho Interino do Governo da Província da Bahia.....	76
2 O Corpo de Cavalaria organizado por João Dantas.....	87
3 A Criação da Guarda Cívica de Cachoeira	94
Considerações finais.....	102
Fontes.....	105
Referências	108

Introdução

Esta dissertação tem como tema a independência do Brasil nas províncias de Sergipe e Bahia durante o período colonial e a sua transição para o Império, entre os anos de 1816 e 1827. Ocupa-se da atuação de João Dantas dos Reis Portátil (1773-1832) que, durante o conflito, passou a se chamar João Dantas dos Imperiais Itapicuru, em uma demonstração de apoio ao imperador Dom Pedro I, em um fato comum à época. Investiga-se, assim, o grau de particularidade que envolveu a participação de João Dantas capitão-mor da vila de Itapicuru, localizada no norte da Bahia, cuja atuação transcorreu em duas províncias.

Cronologicamente, tem como baliza temporal o ano de 1816 data da posse de João Dantas como capitão-mor de Itapicuru, onde este passa a assumir uma importante liderança local que repercutiu anos depois na guerra contra Portugal, possuindo diversos desdobramentos. E o ano de 1827 data da tentativa de Sergipe de anexar Itapicuru e do termo de “conchavo” assinado entre João Dantas e o major Pedro Ribeiro, antagonista de Dantas em Itapicuru e um dos protagonistas no processo de independência do Brasil na Bahia.

Analisa-se o nível de articulação e o nexos causal entre a independência sergipana e a atuação de João Dantas, bem como destaca a importância desse sertanejo nos acontecimentos oriundos da guerra em Salvador (Pirajá) e na sua atuação junto ao Conselho Interino de Governo, instalado em Cachoeira na Bahia.¹ Para isso, utilizou-se a concepção de “causa emancipadora”, conforme a historiografia corrente do tema, que exprime o sentimento de ruptura política com Portugal. Uma motivação que permeou o tecido político-social até mesmo das mais longínquas localidades baianas, cujos estudos são escassos, como no caso de Itapicuru, na região Agreste.

Assim, considera-se necessário reconstituir a trajetória de João Dantas nas lutas em prol da independência de Sergipe, em 1822, e, posteriormente, na Bahia, em 1823, resultando em um projeto de Estado nacional, que considerava importante assegurar a integridade territorial que existia na colônia, cujo propósito era não permitir que Portugal conseguisse manter um domínio no Nordeste, para que, com o passar do tempo, se fortalecesse e tentasse incorporar novamente o Brasil.²

¹ Governo composto por representantes eleitos das vilas que aclamaram o imperador Dom Pedro I. REBOUÇAS, Antônio Pereira. *Recordações Patrióticas 1821-1838*. Salvador: Alba Cultural, 2023. p. 64.

² MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2022. p. 217.

Diante disso, o capitão-mor de Itapicuru, João Dantas, liderou uma importante aclamação nas vilas de Campos (atual Tobias Barreto), Santa Luzia, Estância e São Cristóvão, em Sergipe. Foi a partir desse movimento integrador que o presidente da província sergipana, o brigadeiro Pedro Vieira de Melo, acuado, enviou uma carta, em 30 de setembro de 1822, para João Dantas, onde relatou que, a fim de “evitar os horrores de uma guerra civil”, iria aclamar Dom Pedro I em 1º de outubro de 1822.

João Dantas liderou um contingente de 2.000 (dois mil) homens, advindos de diversas localidades, como o Recôncavo baiano, e adentrou o território sergipano, cuja localização está situada na divisa com a vila de Itapicuru. Esse movimento militar, com a liderança do itapicuruense João Dantas, fez com que, segundo a historiadora sergipana Maria Thetis Nunes, a passagem do general Pierre Labatut (1776-1849) por Sergipe fosse uma “passeata”, tendo em vista que o general não precisou disparar um tiro ao adentrar no território da província de Sergipe.

A participação do capitão-mor João Dantas de Itapicuru não ficou restrita às aclamações em Sergipe. Somou-se o contingente de 500 homens enviados para Pirajá, na região metropolitana de Salvador. Itapicuru organizou uma das primeiras cavalarias do “exército libertador”, que eram os militares responsáveis por libertar a Bahia das tropas portuguesas, sob o comando do governador das armas, o português Ignácio Luís Madeira de Melo (1775-1834).

As obras historiográficas nacionais nos dão uma dimensão sobre o que significou a crise do sistema colonial e outros processos externos que influenciaram internamente no processo de independência. Sobre essas questões a obra *1822: Dimensões*, fruto de um debate dos anos de 1970, publicada por Carlos Guilherme Mota em 1972 constituiu-se numa referência indispensável. Nesta publicação, é possível compreendermos como a independência na Bahia foi promovida a partir dos interesses das classes dominantes, cujo alcance se estendeu até a província vizinha, Sergipe, que vivenciou forte influência da elite baiana, sob orientação do Conselho Interino de Governo de Cachoeira, na região do Recôncavo baiano.

Esta obra enfatiza como era importante para Portugal manter uma província sob o seu domínio no Brasil, para com o passar do tempo ir se fortalecendo de modo a recuperar o território perdido. As províncias de Sergipe e Bahia foram as últimas esperanças da metrópole portuguesa, em manter uma colônia no Brasil, razão pela qual, foram travadas árduas batalhas

nestes territórios, sobretudo na Bahia, ao contrário do que aconteceu no restante do país, motivo pelo qual foi enviado pelo imperador Dom Pedro I para as localidades acima, o general mercenário Pierre Labatut.

O Conselho Interino de Governo, sediado em Cachoeira, era um governo autônomo em oposição ao comandante das armas, o português Ignácio Luís Madeira de Melo, que se encontrava com suas tropas em Salvador. O conselho era subordinado a Dom Pedro I e era formado por representantes das classes dominantes, proprietários de terras e de escravizados, de diversas partes do interior da província, sobretudo da região do Recôncavo baiano.

Esses senhores viam na ruptura com Portugal uma oportunidade de manter os seus privilégios, oriundos de uma exploração de séculos, das grandes propriedades rurais e subsidiadas pela mão de obra escrava que alimentava a riqueza deles. Não lutar ou empregar esforços em prol dessa ruptura, poderia significar alterações no *status quo*, haja vista que Portugal poderia não privilegiar colonos em face de seus interesses mercantis, podendo ir de encontro aos interesses dos donos das terras, que a esta altura, já consideravam-se “proprietários” desse Brasil escravocrata e segregador.

O artigo *Peças de um Mosaico*, de João Paulo Pimenta, nos faz refletir sobre o processo de continuidade de elementos estruturais do Brasil colônia, dentre eles, a escravidão e a força dos grandes proprietários de terra e senhores de engenho. Não houve, na prática, considerando as questões sociais, uma independência, mas uma continuação das relações de poder instituídas na base do sistema escravocrata e segregador.³

Dessa forma, conclui-se da análise de João Paulo Pimenta que, apoiar o projeto de Dom Pedro I significava apoiar o processo de continuidade que foi a “independência” do Brasil. Pois ao contrário do que ocorreu com os países vizinhos da América do Sul, que se tornaram repúblicas, o Brasil continuou sendo uma monarquia, cujo imperador pertencia à mesma família real de Portugal. A ruptura foi apenas um modo de forjar um rompimento, cujos efeitos práticos não refletiram a gênese do que traduz ser uma verdadeira independência.⁴

Segundo João Paulo Pimenta, o processo de independência sempre contemplou, em seu interior, diversas independências menores, diversos projetos, regiões e agentes com possibilidades de sujeição ou ruptura. Nesse prisma, descortinamos as ambições que houve no

³ PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: os apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. p. 98.

⁴ Ibid.

processo de ruptura com Portugal e entendemos como a independência fortaleceu as classes dominantes no Primeiro Reinado de Dom Pedro I, ou seja, não contemplou questões sociais, como a escravidão, por exemplo.

No tocante a Itapicuru, as doações realizadas por João Dantas no período da guerra, evidenciam um investimento pecuniário que ajudou a subsidiar o conflito contra Portugal. A partir desse investimento, havia uma intensa expectativa de retorno no pós-guerra, que vieram através de benesses imperiais, oriundas de súplicas objetivando comendas, títulos e cargos, que fortaleceram as elites locais, onde passaram a ter mais prestígio político e ascensão social trazida pelo império, que essa elite ajudou a moldar conforme os seus próprios interesses.

Com base em obras historiográficas clássicas que, sob diferentes ângulos, analisaram o processo de independência do Brasil em Sergipe e na Bahia, esta dissertação utilizou como ponto de partida o livro *Sergipe Provincial I*, da historiadora Maria Thetis Nunes. Ele auxiliou na compreensão da participação de Itapicuru no processo de independência em Sergipe, ressaltando as nuances que envolveram as aclamações sob a liderança de João Dantas, juntamente com os 2.000 (dois mil) homens que o acompanharam, e a sua interlocução com o Conselho Interino de Governo, situado em Cachoeira.

A autora enfatiza alguns acontecimentos anteriores à guerra e que tiveram desdobramentos durante o conflito como a autonomia de Sergipe em relação à Bahia, conferida através de carta régia pelo rei Dom João VI em 08 de julho de 1820 e posteriormente à revolução do Porto em 24 de agosto de 1820. A partir desses acontecimentos, os portugueses do governo da Bahia, fiéis as cortes de Lisboa, deixaram de receber os impostos decorrentes da economia sergipana, o que acabou gerando revolta e a deposição por segmentos discordantes do primeiro presidente da província de Sergipe, Carlos César Burlamaque, em 18 de março de 1821.

Cerca de um ano e poucos meses após a deposição de Burlamaqui, o general Labatut, por sua vez, a fim de conquistar o apoio dos senhores de terras de Sergipe prometeu cargos e apoio junto ao governo de Cachoeira, o que assegurou o auxílio desses senhores a subordinação ao Conselho Interino de Governo de Cachoeira. Os senhores de engenho sergipanos, devido às promessas e nomeações de cargos por Pierre Labatut, optaram por se opor à autonomia sergipana, aliando se ao conselho interino de governo em Cachoeira.

Labatut, ao envolver se em questões internas em Sergipe, mexendo em um tema muito complexo e delicado que era a autonomia sergipana, acabou fazendo inimigos, que o

acusaram de tomar partido em questões locais que não lhes diziam respeito. Fato que pesou no processo aberto contra este sob diversas acusações oriundas de Sergipe e Bahia, onde foi acusado de ingerência e que acabou findando com a prisão deste, apesar de ter sido, posteriormente, inocentado.

O discurso de Afrânio Peixoto (1876-1947), na conferência sobre o centenário da independência do Brasil na Bahia, em 1923, no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, e publicado na revista de nº 48 do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, nos ajuda a entender como a cavalaria organizada por João Dantas e composta por 500 (quinhentos) homens revigorou o ânimo dos “patriotas” envolvidos nas batalhas oriundas da guerra.

Seguindo a mesma linha de Afrânio Peixoto, o historiador Manuel Correia Garcia enfatiza, na obra *História da Independência da Bahia*, que não existia um só soldado de cavalaria e que, então, o capitão-mor de Itapicuru, João Dantas, organizou um esquadrão de 500 homens que passaram a marchar rumo a Pirajá.

O historiador Pedro Calmon (1902-1985), na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, na edição do centenário da independência em 1923, chama a atenção para o fato de que não existia cavalaria até a batalha de Pirajá, em 8 de novembro de 1822, e que era indispensável a organização de uma cavalaria em 1823, criando o capitão-mor de Itapicuru um efetivo de 500 homens.

No entanto, conforme demonstra uma carta de João Dantas a Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (coronel Santinho) datada de setembro de 1822, os homens que lutaram na guerra por Itapicuru foram pagos por João Dantas, evidenciando uma atuação que pode ter sido muito mais fruto de objetivos pecuniários, do que de um patriotismo exacerbado e gratuito, como romantizado por Afrânio Peixoto, acima citado.

Nessa mesma corrente, o historiador Borges dos Reis (1859-1922) corrobora os historiadores de sua época ao afirmar, na obra *História do Brasil século XVI a XVIII*, que, durante a guerra, existiu um corpo de cavalaria organizado por João Dantas e outros três da mesma arma, sob o comando de Antônio Joaquim de Oliveira e Almeida, coronel Ignácio Pires de Carvalho e Albuquerque e o capitão José Antônio dos Reis.

A obra *Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia*, de autoria de Ignácio Accioli (1808-1865), relata como a batalha de Pirajá em 08 de novembro de 1822 encorajou ao extremo o exército libertador que progressivamente estava aumentando de força. E que, nesse sentido, foi criada em Cachoeira, uma guarda cívica cuja função era proteger a referida

vila. O historiador menciona que o comandante dessa companhia era o capitão-mor de Itapicuru, João Dantas.

Acompanhando Ignácio Accioli e seguindo essa mesma narrativa, o historiador Aristides Milton (1848-1904), na obra *Ephemerides Cachoeiranas*, relata que, em 20 de dezembro de 1822, o Conselho Interino de Governo da Província da Bahia aprovou a proposta do capitão-mor de Itapicuru, João Dantas, de organizar uma guarda cívica responsável pela segurança da vila de Cachoeira, no Recôncavo baiano.

O soldado Ladislau dos Santos Titara (1801-1861), que lutou na guerra e posteriormente escreveu o poema épico *Paraguassú: Epopéia da guerra da independência na Bahia*, menciona não somente a participação do capitão-mor João Dantas por Itapicuru, mas também a de seus filhos: o coronel Ignácio Dantas dos Reis Leite e o tenente-coronel João Dantas dos Reis Júnior. Ladislau foi um dos autores do hino ao dois de julho, que teve como inspiração alguns dos seus poemas.

Ladislau era um militar de carreira, considerado no seu tempo, um historiador e poeta. Era natural de Capuame, (atual Dias d'Ávila) e narrou diversos acontecimentos da guerra através de poemas, onde citou, inúmeros personagens que participaram do conflito armado, enaltecendo as vilas e os seus representantes nas batalhas.

A narrativa presente nas memórias da senhora de engenho Anna Ribeiro de Góes Bittencourt (1843-1930), na obra *Longos Serões do Campo*, publicada pela sua neta Maria Clara Mariani, em 1992, evidenciam o contexto local que precedeu à guerra em Itapicuru e mostram as discordâncias locais a partir do Agreste, o que fortalece a existência de uma disputa interna pela liderança no engajamento da participação da vila de Itapicuru com todas as suas complexidades, envolvendo as relações de poder, os jogos de interesses e a narrativa romantizada da memorialista.

Quando Anna Ribeiro escreveu a obra supracitada, a sua família vinha perdendo prestígio diante do novo contexto das mudanças sociais e políticas do país, como a abolição da escravidão e a instauração da República. A elite do campo, buscava se acomodar na capital, em empregos e cargos públicos. Dessa forma, era necessário evidenciar uma memória positiva dos seus antepassados, atribuindo-lhes feitos extraordinários e épicos que trouxessem à tona nomes e sobrenomes que já não eram mais tão facilmente lembrados.

Ao escrever o primeiro volume de suas memórias, *I O Major Pedro Ribeiro*, a autora conta a história dos seus antepassados e tem como principal objetivo, resgatar a memória do

seu avô na participação da guerra pela independência do Brasil na Bahia. Segundo a sua bisneta, Maria Clara Mariani, Anna Ribeiro entendia que o engajamento do seu avô, fora subestimado pelos cronistas da época.⁵

Anna Ribeiro traz a visão laudatória de uma senhora da elite imperial, que escutou de sua avó e mãe diversos acontecimentos sobre a guerra da independência na Bahia, sobretudo em Itapicuru. A memorialista menciona as divergências entre o seu avô, o major Pedro Ribeiro de Araújo, com o capitão-mor João Dantas, além de trazer aspectos importantes sobre o conflito, como a questão do recrutamento, lesões físicas e a visão da elite sobre alguns protagonistas da guerra, como o general Pierre Labatut.

A obra da memorialista é de grande relevância para compreendermos o contexto local, em Itapicuru, que precedeu o conflito, pois aborda as nuances da guerra a partir desta localidade, nos dando uma dimensão de como a guerra atingiu esta vila e como os seus protagonistas atuaram frente às disputas pelo poder local e prestígio regional durante o conflito. As trocas de acusações entre o major Pedro Ribeiro e João Dantas e como cada um exerceu o seu papel durante a guerra, que, embora fossem inimigos declarados, lutaram por uma causa em comum. Além de evidenciar a construção de uma narrativa que buscava a todo o tempo atrelar a conquista pela independência à liderança do major Pedro Ribeiro, romantizando o processo da guerra sem mencionar os reais interesses que estavam por trás das narrativas criadas.

O livro *Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional*, de Braz do Amaral (1861-1949), traz documentos importantes sobre as vilas e seus representantes nas batalhas, além de tabelas descritivas sobre o número de soldados, a quantidade de alimentos consumidos nos quartéis e discursos proferidos por ele próprio e por outros historiadores que mencionam a participação de Itapicuru no processo de independência, elucidando que as grandes batalhas pela independência ocorreram quase que exclusivamente a partir da Bahia, que teria se sacrificado pelo restante do território brasileiro.

Para os fins desta dissertação, o diálogo estende-se com *A Independência do Brasil na Bahia*, de Luiz Henrique Dias Tavares (1926-2020), obra que examina os principais acontecimentos da guerra, onde faz menção às vilas que participaram do processo, às aclamações, batalhas e às fases regionais e nacionais das lutas. Através deste livro,

⁵ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 2.

encontramos informações importantes, como a chegada de Labatut nos arredores de Salvador, após sua passagem por Sergipe e por Itapicuru, o seu local de entrada na Bahia.

Como suporte para entender a busca por recompensas nos esforços de guerra por parte da elite, através de comendas de ordens imperiais, a obra *Aspectos do 2 de Julho* (reedição de 2023), de Thales de Azevedo (1904-1995), evidencia o passo a passo para almejar uma condecoração do imperador Dom Pedro I. Explica como o suplicante deveria proceder na busca por testemunhas e documentação que comprovassem o conteúdo da súplica, objeto de intercessão do requerente.

Através da obra de Thales de Azevedo, pudemos compreender o porquê de João Dantas ter solicitado diversas atestações às autoridades locais das vilas onde aclamou Dom Pedro I em Sergipe. Foi através dessas atestações que esse fundamentou sua súplica ao imperador, requerendo a comenda da Ordem Imperial do Cruzeiro. Os documentos encontravam-se soltos na sede do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe e, após a leitura da referida obra, entendemos a finalidade dessa documentação que era a de fundamentar a súplica da comenda da ordem imperial do cruzeiro, criada em primeiro de dezembro de 1822, enquanto a guerra ainda estava em curso na Bahia, para celebrar a coroação de Dom Pedro I e estimular as ambições dos que ainda lutavam na província.

As historiadoras Maria das Graças de Andrade Leal e Avanete Pereira Souza organizaram a obra *Capítulos de História da Bahia: Independência* (2017), que traz onze capítulos de estudiosos sobre o tema, contemplando as diversas vertentes que envolvem a questão. Através dessa compilação, foi possível extrair informações pertinentes, como a frente militar comandada por João Dantas em direção a Sergipe, descrita por Lina Aras no capítulo VII da obra, e entender como a efervescência política oriunda das discussões sobre a independência no Recôncavo havia se espreado para outras regiões da província, como as vilas do alto sertão, segundo Argemiro Ribeiro no capítulo VI do livro.

A obra *Guerras por Toda Parte* (2023), de Sérgio Guerra Filho, nos mostra em que contexto se deu a contratação do general mercenário Pierre Labatut e como a relação do comandante das tropas do exército libertador estava se deteriorando em função do desgaste com os senhores de engenho, oriundo da recrutação de escravizados, o que acabou colaborando para a destituição de Labatut do comando do exército libertador.

Desse modo, a dissertação de mestrado *O Povo e a Guerra* (2004), de autoria de Sérgio Guerra Filho, nos dá uma escala da vasta documentação produzida pela elite baiana no

período da guerra, o que serviu para compreendermos a tentativa de consolidar nomes e sobrenomes de famílias influentes no período do conflito, que quiseram atrelar o sucesso da guerra às suas famílias, como foi o caso da memorialista Ana Ribeiro. E como as camadas populares foram importantes para consolidar a independência do Brasil na Bahia.

A abordagem desta pesquisa foca sobretudo o jogo de interesse que moveu a elite colonial da Bahia que viu no processo de ruptura com Portugal uma oportunidade de ascensão social e prestígio político no império recém-instituído. Os nomes que integravam o Conselho Interino de Governo foram agraciados com títulos de nobreza, condecorados com comendas imperiais e nomeações em cargos importantes, o que denota o real interesse que motivava as ações em prol da independência, baseadas na reafirmação das relações de poder que foram mantidas e ampliadas no Império.

A tese de doutorado da historiadora sergipana Edna Maria Matos Antônio, *A Independência do Solo que Habitamos* (2012), nos permite compreender como a atuação de João Dantas no sul de Sergipe, juntamente com a do general Labatut no norte da província, divisa com Alagoas, definiram a pacificação e expulsão dos portugueses desta província, evidenciando a participação da vila de Itapicuru no processo de independência de Sergipe.

É importante destacar que, na Bahia, as obras historiográficas sempre deram maior ênfase às pesquisas relacionadas à atuação da região do Recôncavo, com destaque para Cachoeira, que protagonizou batalhas, e Santo Amaro, cuja câmara de vereadores foi a primeira a se manifestar favorável à existência de um governo central sob a chefia de Dom Pedro I. Santo Amaro foi a primeira de dezessete vilas (incluindo Itapicuru) que apoiavam a causa emancipadora.⁶

Ademais, tais historiadores apenas mencionavam Itapicuru, mas as questões e problemas sempre decorriam do Recôncavo, enquanto cenário de guerra, e não de uma região longínqua, situada na divisa com a província de Sergipe. As pesquisas sobre a participação de Itapicuru, assim como as de outras vilas pouco estudadas por nossa historiografia, têm muito a dizer e a enriquecer o debate sobre o tema da independência e suas nuances.

Nesse sentido, diversos historiadores mencionam exclusivamente a participação de Itapicuru na pessoa do capitão-mor João Dantas. Mas a grande maioria dos estudos sobre o tema repousam na amplitude dada ao Recôncavo, que, em 1822, era a grande máquina

⁶ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Ed. Edufba, 2005.

econômica da província, onde estavam localizados os grandes engenhos e propriedades rurais dos grandes senhores baianos.

A liderança de João Dantas no conflito deve ser entendida como uma luta pela continuação dos privilégios e segregações vividos no Brasil colônia, além dos diversos interesses escondidos atrás do escudo da causa emancipadora. Os cargos, títulos, comendas e benesses começaram a vir logo após as primeiras batalhas, oriundas de súplicas, onde apareciam o verdadeiro combustível que motivava o “patriotismo” sugerido por Afrânio Peixoto, por exemplo.

Além do mais, a historiografia sergipana consultada não menciona quem foram os dois mil homens que aclamaram Dom Pedro I nessa província, assim como os historiadores baianos não fazem menção sobre quem foram os quinhentos homens que estavam sob o comando de João Dantas em Pirajá. Dessa forma, podemos enxergar um processo de invisibilidade desses soldados cujos registros, até o presente momento, não apareceram.

As produções historiográficas baianas que mencionam a participação de Itapicuru não se aprofundam sobre as fontes primárias, a fim de tentar entender como se deu tal processo nas entrelinhas das cartas, a partir do Agreste. A elite queria manter os seus privilégios, e nada como uma guerra para ostentar um “patriotismo” ou uma independência de acordo com seus interesses. O Brasil Império foi, sob muitos aspectos, uma continuidade do Brasil colônia, cujas famílias detentoras de terra e poder continuaram exercendo a sua influência nas relações vigentes.

As cartas entre João Dantas e Labatut, custodiadas pelo Arquivo Público do Estado da Bahia, nos possibilitam entender como Itapicuru pôde atender aos interesses do Conselho Interino do Governo da Bahia. A criação do quartel de Santo Antônio do Camuciatá, cuja localização estratégica, na divisa com Sergipe, poderia favorecer a execução dos projetos do Império nessa província. O que pôde ser confirmado através da solicitação feita a João Dantas, por parte do referido conselho, para que se aclamasse Dom Pedro I em Sergipe.

Outros documentos, como o ofício enviado pela câmara de vereadores de Itapicuru a Dom Pedro I, custodiado pela Biblioteca Nacional, rechaçando a proposta sergipana de anexar o distrito de Itapicuru a essa província, evidenciam a importância que Itapicuru teve na independência de Sergipe.

Esta pesquisa busca contribuir para a historiografia, ao analisar o contexto da independência do Brasil, a partir de Itapicuru, cuja participação ocorreu em duas províncias

distintas, Sergipe e Bahia e como as articulações iniciadas no processo emancipatório fortaleceu as elites através de títulos e ordens honoríficas. Evidenciando as verdadeiras expectativas por trás dos gestos patrióticos dos que lideraram os conflitos e elucidando o processo de transição entre colônia e Império sob a ótica da classe dominante.

Dividida em três capítulos, esta dissertação aborda, inicialmente, o contexto histórico internacional, nacional, provincial e local, até culminar na vila de Itapicuru e no processo de invisibilidade envolvendo esta localidade, diante da inexistência de pesquisas ou estudos aprofundados sobre a sua participação na independência. Os jogos de interesses, as relações de poder e as influências dos senhores de engenho no conflito, as nuances envolvendo a guerra, como o recrutamento, doações, cargos, além das narrativas criadas, com as devidas lacunas e tensões nas biografias dos envolvidos são tratados nessa sessão.

Neste primeiro capítulo, circunstanciamos os protagonistas da guerra em Itapicuru e como os personagens citados reagiram aos acontecimentos oriundos do conflito. As doações realizadas por João Dantas ao Conselho Interino de Governo, a relação entre o general Labatut e Itapicuru e a memória construída por Ana Ribeiro de Góes Bittencourt a partir do que esta escutou de sua mãe e avó sobre o processo de independência em Itapicuru, onde houve disputas de narrativa entre a atuação do major Pedro Ribeiro de Araújo e o capitão mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru.

As memórias de Ana Ribeiro elucidam a guerra de bastidores em Itapicuru, a busca pelo protagonismo durante o conflito e a frustração de um reconhecimento que não veio, para o seu avô, o major Pedro Ribeiro, segundo a memorialista. A narrativa construída enfatiza o quanto importante era ter o seu sobrenome atrelado ao sucesso da campanha emancipadora, deixando muito claro que não havia um interesse real por uma suposta independência, mas um objetivo de reconhecimento e exaltação por parte do Império e da imprensa, evidenciando o olhar de uma senhora da elite imperial, apenas preocupada com os feitos em torno da atuação do seu avô na guerra, pouco interessando as questões sociais.

O segundo capítulo trata do início da participação de Itapicuru no processo de independência do Brasil, iniciado em Sergipe com as aclamações a Dom Pedro I nas vilas de Campos (atual Tobias Barreto), Santa Luzia, Estância e São Cristóvão. A preparação militar no quartel Santo Antônio do Camuciata e os interesses por trás dos esforços empregados na guerra, através de súplicas objetivando comendas de ordens imperiais e outras benesses.

Neste capítulo, dialogaremos com a obra de Maria Thetis Nunes, *Sergipe Provincial I* que exalta a atuação da vila de Itapicuru no processo que envolveu a ruptura entre a província de Sergipe e Portugal. A atuação de João Dantas pelo sul de Sergipe oprimiu as forças militares a serviço dos portugueses, sob o comando do presidente da província, Pedro Vieira de Melo, o que causou a rendição deste e possibilitou a entrada do general Labatut pelo norte da província.

A carta do presidente da província de Sergipe, Pedro Vieira de Melo, enviada a João Dantas em 30 de setembro de 1822, demonstra a preocupação de uma guerra civil em Sergipe, motivo pelo qual, o presidente resolveu aderir à campanha emancipadora e aclamar Dom Pedro I, na capital São Cristóvão, em 01 de outubro de 1822.

No terceiro capítulo, abordamos a fase final do processo que envolveu João Dantas na independência do Brasil, a sua atuação como membro do Conselho Interino de Governo, a organização de uma das primeiras cavalarias do exército libertador para atuar nos campos de Pirajá, além da sua participação como comandante da guarda cívica de Cachoeira, que era a responsável por manter a ordem nesta localidade.

Por fim, a trajetória de João Dantas na guerra pela independência do Brasil, demonstra a atuação de um homem ambicioso, que enxergou na guerra uma oportunidade de ascensão política e social, sobretudo quando este foi eleito deputado para representar Itapicuru no Conselho Interino de Governo. Sua participação transcendeu a província da Bahia, chegando até a província de Sergipe, cujo feitos embasaram súplicas ao imperador Dom Pedro I e o colocaram como protagonista das ações militares advindas da vila de Itapicuru na região Agreste da Bahia.

CAPÍTULO I

Os protagonistas da participação de Itapicuru no processo de independência do Brasil em Sergipe e na Bahia 1816 – 1827

1 As ambições do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru

Foi na região Agreste da Bahia que nasceu o senhor de engenho João Dantas dos Reis Portátil, em 8 de março de 1773, no engenho Santo Antônio do Camuciatá, localizado na freguesia de Nossa Senhora de Nazaré do Itapicuru de Cima, atual município de Itapicuru. Era filho de Inácio dos Reis Leite e de Maria Francisca de Souza, esta filha do português Manoel Alves Martins e de Teodósia Maria de Souza Dantas, proprietários da fazenda Catu.⁷

Antes de adentrarmos nos aspectos biográficos, é necessário compreendermos a trajetória de João Dantas até chegar a líder do exército libertador em Itapicuru, e, sobretudo, refletirmos sobre questões que ocorreram a partir de sua atuação no decorrer da guerra, bem como dos outros protagonistas que serão estudados neste capítulo.⁸ Tendo em vista que, para entendermos a participação de Itapicuru no processo de independência do Brasil em Sergipe e na Bahia, é necessário compreendermos a atuação de personagens que orientaram toda a trama a partir da região Agreste.

João Dantas dedicou-se desde cedo às atividades agrícola, pastoril e industrial de açúcar mascavo e de aguardente, em princípio ajudando a seu pai e, após a morte deste, como proprietário da fazenda Santo Antônio do Camuciatá, em Itapicuru, onde adquiriu outros lotes de terra de seus parentes. No Camuciatá, construiu um sobrado, onde viveu, um novo engenho moente e um alambique de cobre.⁹

João Dantas foi arrematante direto e cessionário de arrematações de cobrança de dízimos reais de gado vacum e cavalariço e de impostos nas freguesias de Água Fria, Camisão (atual Ipirá), Itapicuru, Inhambupe, Jacobina, Jeremoabo, Monte Santo, Ouriçangas e Tucano.¹⁰

⁷ DANTAS, Maurício Tourinho. **Descendência do Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Obra memorialística e de cunho genealógico. Salvador: Ed. Étera, 2000. p. 13.

⁸ SILVA, Paulo Santos. **Rastros Biográficos. Estudos de Trajetórias**. Salvador, Eduneb, 2014, p. 47.

⁹ DANTAS, Maurício Tourinho. **Descendência do Capitão mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Obra memorialística e de cunho genealógico. Salvador, Ed. Étera, 2000, p. 14.

¹⁰ Ibid.

As andanças de João Dantas por diferentes freguesias trouxeram amigos e inimigos, até que, na noite do dia nove de agosto de 1813, enquanto pernoitava em Jeremoabo, foi atingido por um tiro de espingarda que, por pouco, não lhe ceifou a vida. O atentado foi a mando de um parente e, após o processo criminal, os culpados foram condenados.¹¹

João Dantas acusou Luís de Almeida que havia sido capitão-mor do terço das ordenanças da vila de Itapicuru e sua mulher Maria Vitória de Souza de mandantes do atentado em que foi vítima no dia nove de agosto de mil oitocentos e treze. O mulato Clemente, José de Araújo Lima e José Custódio foram acusados de executores.¹²

Os laços de parentescos entre João Dantas e Luís de Almeida Maciel residem no fato de dona Francisca Xavier de Souza Dantas, que era prima em segundo grau de Dantas e com quem este se casou, ser sobrinha da primeira e segunda esposa de Luís de Almeida, respectivamente Joana Vitória de Sousa Leite e Maria Vitória de Sousa.¹³

No dia vinte e quatro de julho de 1815, um acórdão do Tribunal de Relação da Bahia confirmou a sentença expedida pelo juiz ordinário de Itapicuru em cinco de novembro de 1814. Luís de Almeida teve dobrada a pena de degredo para a África e as multas que lhes foram inicialmente impostas. Contudo, não cumpriu o degredo por ser maior de cinquenta e cinco anos no período.¹⁴

As demandas entre Luís de Almeida e Dantas iniciaram quando este último ainda era juiz de órfãos em Itapicuru, ocasião em que Dantas solicitou que fosse aberto o inventário de Joana Vitória de Souza Leite, a primeira esposa falecida de Luís de Almeida. Este último discordou da avaliação dos bens do casal, que havia sido feita pelo juiz ordinário da vila de Itapicuru, dando início a um imbróglio que resultou na condenação de Luís de Almeida pela tentativa de homicídio acima descrita.¹⁵

O cargo de juiz de órfãos, segundo a memorialista Anna Ribeiro (1843-1930), fora conseguido por Luis de Almeida para João Dantas, que havia se casado com sua parenta. Luís de Almeida, segundo Anna Ribeiro, foi quem promovera o casamento entre Dantas e dona Francisca Xavier de Souza Dantas.¹⁶

¹¹ Ibid.

¹² BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 255.

¹³ Ibid. p. 249.

¹⁴ Ibid. p. 249 e 255.

¹⁵ Ibid. p. 248.

¹⁶ Ibid. p. 89.

Em 1800, João Dantas obteve a patente de capitão das ordenanças de Itapicuru; posteriormente, foi promovido a sargento-mor em 1807 e depois, em 1816 a capitão-mor da vila de Itapicuru, cargo que ocupou até depois da guerra pela independência.¹⁷

Os naturalistas alemães Von Spix e Von Martius que percorreram diversas regiões do Brasil no início do século XIX mencionam João Dantas ainda enquanto este ocupava o cargo de sargento-mor na obra *Através da Bahia*. Conforme relata a obra, a pedido de Felisberto Caldeira e de João Dantas, o proprietário da fazenda Anastacio, o Sr. Domingos da Mota Botelho, pôde roçar alguns trechos por onde passariam os viajantes em direção ao meteorito Bendegó, situado em Monte Santo na propriedade rural acima mencionada.¹⁸

O cargo de capitão-mor era um dos mais importantes do Brasil Colônia e foi criado em 10/12/1570, vinculado à companhia de ordenança. Sua nomeação era constituída pelo governador-geral, a quem o capitão deveria prestar juramento. Dentre as suas inúmeras funções, estavam a de penalizar, dando execução de sentença a todas as pessoas que não cumprissem suas ordens; ter competência na área cível e criminal e julgar conforme as ordenações; demarcar e tomar posse das terras descobertas em nome do rei; nomear uma pessoa de sua confiança para ocupar o seu lugar sempre que fosse se ausentar; e conceder terras de sesmarias às pessoas que julgasse merecedoras.¹⁹

O coronel do exército libertador Felisberto Gomes Caldeira, mencionado acima pelos naturalistas, era primo do homônimo Marquês de Barbacena e teve uma atuação importante na guerra pela independência do Brasil na Bahia. Segundo Manoel Querino, Caldeira foi injustamente esquecido pela historiografia sobre a guerra, a qual atribui importância exagerada ao general Labatut.²⁰

Desta forma, quando a guerra pela independência fora iniciada, João Dantas já estava ocupando o cargo de capitão-mor desde 1816 e possuía uma liderança consolidada na vila de Itapicuru. Antes mesmo de tomar posse no Conselho Interino de Governo, em 05 de novembro de 1822, em Cachoeira, João Dantas já se comunicava com lideranças significativas do conflito.

¹⁷ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. Cícero Dantas Martins - de Barão a Coronel, Trajetória Política de um Líder Conservador na Bahia 1838-1903. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2000. p. 37.

¹⁸ MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. *Através da Bahia*. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938. p. 266.

¹⁹ SALGADO, Graça. *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Nova Fronteira S.A, 1985. p. 404.

²⁰ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. *Longos Serões do Campo*. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 274.

Após a posse no Conselho Interino do Governo da Província da Bahia, João Dantas alterou o nome para João Dantas dos Imperiais Itapicuru. A alteração do nome fazia parte da grande onda “nativista” que envolvia o país durante o conflito. Não foi um caso isolado, mas um fato comum entre os “patriotas” que apoiavam Dom Pedro I e a emancipação de Portugal. O simbolismo da alteração no sobrenome permaneceu por décadas afora, tendo sido um marco temporal importante na vida dos envolvidos.²¹

Itapicuru, “freguesia desde 1698 e vila a partir de 1728”²², cuja localização está situada na região Agreste, já na divisa com Sergipe, deu a sua contribuição no processo da causa emancipadora e, embora exista um silenciamento historiográfico sobre os homens que serviram em Sergipe, Cachoeira e nos campos de Pirajá, sabemos da presença deles e que ajudaram a consolidar a independência política em relação a Portugal.

A vila de Itapicuru inicialmente tinha como sede a Vila Velha, atual povoado do município e em 25 de outubro de 1831 a sede foi transferida para a localidade atual. Nesse período, os seus limites eram consideráveis, fazendo divisa com as “Freguesias de Santa Tereza de Pombal, Santo Antônio de Jacobina, Santo Antônio do Pambu e a Capitania de Sergipe del Rey”, abrangendo um território superior a 30.000 quilômetros quadrados e constituindo uma área extensa onde se encontram atualmente os municípios de Rio Real, Crisópolis, Ribeira do Amparo, Tucano, Araci, Euclides da Cunha, Queimadas, Monte Santo, Cansanção, Jeremoabo, Paripiranga, Antas e Cícero Dantas”.²³

²¹ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 66.

²² SENA, Consuelo Pondé de. **Introdução ao Estudo de uma Comunidade do Agreste Baiano: Itapicuru 1830-1892**. Fundação Cultural da Bahia: Salvador/BA, 1979.

²³ CARVALHO, André Monteiro Pinto Dantas de. **O Velho Itapicuru, A História de um Passado de Glórias**. Salvador, Alba Cultural, 2021. p. 21.

Figura 1 – Mapa atual da região Agreste e Litoral Norte da Bahia.



Fonte: SIPAC. Disponível em: <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/territorio/litoral-norte-agreste-baiano/>. Acesso em: 20 abr. 2026.

Segundo Guerra Filho, “a elite baiana produziu fontes vastíssimas durante o período da guerra da independência.”²⁴ O envolvimento dessa elite do Brasil Colônia na Bahia tornou-se evidente, e o Conselho Interino era composto por representantes de famílias detentoras de terras e escravizados. Essas famílias investiram na guerra e doaram recursos de suas economias para a campanha emancipadora – e não foi diferente com a figura do capitão-mor de Itapicuru.

²⁴ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência da Bahia (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2004. p. 65.

As obras historiográficas clássicas relatam a participação de Itapicuru como um gesto “patriótico”, na pessoa do capitão-mor João Dantas, que representava a plenitude do mais profundo desejo de se tornar independente nesta circunscrição. Foi assim que descreveu Pedro Calmon, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, onde destacou a atuação do líder itapicuruense, em um conceito que poderia ser considerado anacrônico, haja vista as diversas questões que envolvem o termo “patriota”, em um contexto de continuidade de segregações e de escravidão, que foi o que, de fato, a independência consolidou.²⁵

Não lutar ou empregar esforços para que a Bahia se tornasse independente era, na verdade, um grave risco social, pois o que a elite colonial havia construído até aquele momento seria colocado em xeque por um novo governo, que não privilegiaria colonos, e sim a Coroa portuguesa.

Era necessário lutar, fosse para ascender socialmente no Império que estava nascendo, fosse para manter o *status quo* daquele momento. E foi o que essa elite fez: lutou para manter os seus privilégios e evitar correr riscos de perderem o que haviam conquistado até então, fruto do sistema escravocrata que era a base das riquezas dos senhores de engenho.

A guerra de interesses envolvendo membros da elite no processo de independência do Brasil na Bahia criou uma disputa de narrativas entre famílias em Itapicuru, como foi o caso do major Pedro Ribeiro de Araújo, proprietário de terras naquela localidade, e o capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru.

Segundo João Paulo Pimenta, “a guerra pela independência na Bahia deu vazão a muitos acertos de contas locais”.²⁶ O major Pedro Ribeiro de Araújo, que era desafeto do capitão-mor João Dantas, não lutou por Itapicuru, e sim pela vila de São Francisco (atual São Francisco do Conde), haja vista a desavença existente entre os dois.²⁷

Em carta de setembro de 1822, João Dantas escreveu para o tenente-coronel das forças armadas José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, conhecido como coronel Santinho e futuro barão e visconde de Pirajá. Na missiva, o capitão-mor alerta sobre a ameaça dos

²⁵ CALMON, Pedro. História da Independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 94, v. 148, 1923.

²⁶ PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: os apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. p. 107.

²⁷ CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de *et. al.* **Ano da Independência**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2010. p. 389.

inimigos adentrarem no distrito de Itapicuru, através da comarca de Sergipe, que fazia divisa com a referida vila.²⁸

Na mesma carta, João Dantas relata que tem feito pagamentos do próprio bolso para incentivar os soldados a lutarem com mais vontade e que enviou soldados para Cachoeira. Relata que esteve com o capitão-mor de Mirandela, a quem enviou o necessário para seguirem na luta.

Os indígenas participaram ativamente das batalhas pela independência, e os da região de Itapicuru, mais precisamente os Kiriris de Mirandela (atual Banzaê) e Nova Soure, também enviaram homens para os combates.²⁹ As Companhias de Ordenanças, que eram as responsáveis pela estabilidade da ordem interna local, recrutavam homens de 18 a 60 anos, e os indígenas levavam suas experiências em conflitos armados, com o diferencial de conhecerem bem os terrenos de combate.³⁰

O indígena conhecido como Bartolomeu Jacaré, oriundo da região do Soure (atual Nova Soure), divisa com Itapicuru, teve uma atuação importante na Batalha de Pirajá, em 8 de novembro de 1822. O soldado se destacou pelo empenho empregado nas batalhas e foi considerado como um diferencial do lado do exército libertador.³¹

Segundo Guerra Filho, o termo “exército libertador” foi como ficou conhecido o exército que se contrapôs às tropas portuguesas ocupantes da cidade do Salvador, constituído, em uma primeira etapa, de contingente exclusivamente baiano, mas logo engrossado por tropas de outras regiões do Brasil. A expressão “exército pacificador” também é utilizada para identificar o exército contrário às forças portuguesas e é um termo preponderante nas fontes primárias.³²

O fato de João Dantas ter enviado para Mirandela o necessário para a luta denota uma articulação regional que subsidiava a rede de apoio em torno da campanha emancipadora. As lideranças locais estavam articuladas e em diálogo constante, de modo a se organizarem dentro de uma logística necessária para uma guerra.

²⁸ Sessão de manuscritos - Correspondência da Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

²⁹ CANCELA, Francisco. **Os Indígenas e a Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Editora Saga, 2023. p. 32.

³⁰Ibid.

³¹ Ibid. p. 33.

³² GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência da Bahia (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2004. p. 11.

Em outra carta de 14 de setembro de 1822, Bento de Araújo Lopes Vilas Boas (futuro Barão de Maragogipe) relata que considera útil João Dantas manter, em Itapicuru, oficiais ferreiros para fabricar armas e consertar outras, além da aquisição de pólvora.

O engenho Camuciatá, que era propriedade do capitão-mor João Dantas, foi transformado em quartel-general, situado na divisa com a província de Sergipe, e armazenou pólvora e armas, além de ter concentrado os homens que lutariam na guerra, advindos de outras províncias como Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Paraíba.³³

As cartas acima indicam uma preparação para o ato de aclamação, que ocorreu em Sergipe no dia 24 de setembro de 1822, sob comando do capitão-mor João Dantas e a pedido do Conselho Interino de Cachoeira. A fabricação de armas e o armazenamento de pólvora no engenho Camuciatá, de propriedade do capitão-mor, apontam para uma organização bélica na estratégica localização de Itapicuru, na divisa com a província de Sergipe.

A referida aclamação ocorreu em 24 de setembro de 1822 e mobilizou 2.000 homens que marcharam sobre as vilas de Campos (atual Tobias Barreto), Santa Luzia, Estância e São Cristóvão.³⁴ O importante ato de aclamação a Dom Pedro I, na província de Sergipe sob a liderança do capitão-mor João Dantas, significou a pacificação desta localidade.³⁵

Labatut, advindo de Alagoas, ao adentrar em Sergipe pelo rio São Francisco, teria ficado surpreso com a pacificação ocorrida anterior à sua chegada nesta localidade, tornando dispensável a sua presença em Sergipe.³⁶

Thetis Nunes vai além ao dizer que a passagem de Labatut por Sergipe se transformou em uma verdadeira passeata, haja vista a atuação de João Dantas ocorrida anteriormente, em 24 de setembro de 1822.³⁷ “As guerras de independência contribuíram para que a unidade política em construção se tornasse também uma unidade nacional.”³⁸

Um grande projeto de Império estava nascendo sob a égide da escravidão, desigualdade e latifúndios. Assim, o processo iniciado em Sergipe deveria ser estendido à Bahia, expulsando e eliminando os focos de resistência portuguesa.

³³ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil**. Salvador, F. Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 107.

³⁴ ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do Solo que Habitamos: Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império do Brasileiro**. Sergipe (1750-1831). Cultura Acadêmica: São Paulo, 2012. p. 125.

³⁵ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 66.

³⁶ Ibid.

³⁷ Ibid.

³⁸ PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: os apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. p. 103.

A atuação de João Dantas em solo sergipano garantiu o êxito do exército libertador na província vizinha e assegurou a tranquilidade no distrito de Itapicuru, que vivia sob a ameaça de tropas portuguesas e soldados subordinados ao reino de Portugal instalados em Sergipe.

No entanto, o conceito de patriotismo usado por Labatut, na carta acima, expressa um jogo de interesse movido sob o escudo da causa emancipadora. João Dantas utilizou sua ação em Sergipe como trampolim para uma condecoração do imperador Dom Pedro I, a quem suplicou a comenda de dignitário da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul.³⁹

A guerra pela independência serviu para consolidar nomes da elite colonial, que se fortaleceram no Primeiro Reinado e continuaram durante o Segundo Reinado, como a própria família do capitão-mor João Dantas, que colheu as benesses dos serviços prestados por seu patriarca.

As comendas provenientes de ordens honoríficas concedidas a João Dantas e o seus filhos Ignácio Dantas dos Reis Leite e João Dantas dos Reis, dentre elas, a da ordem imperial do cruzeiro. O título de barão do Rio Real concedido a José Dantas Itapicuru, também filho de João Dantas, além da manutenção e nomeação em cargos após o fim das batalhas e consolidação do império, como foi o caso da confirmação de João Dantas no posto de capitão-mor das ordenanças de Itapicuru, conforme carta de dezenove de janeiro de 1825.

Mas João Dantas foi apenas um dos numerosos nomes que lutaram na guerra e colheram o prestígio nos anos seguintes, como o Barão de Maragogipe, Barão da Torre, o Visconde de Pirajá e muitos outros que receberam as recompensas através de títulos e comendas imperiais no pós-guerra.⁴⁰

A árvore genealógica de João Dantas dos Reis Portátil traz descendentes conhecidos no Brasil Império, como seu filho José Dantas Itapicuru (1º Barão do Rio Real) e seus netos João Gualberto Dantas (2º Barão do Rio Real), Manoel Pinto de Souza Dantas (Conselheiro Dantas) e Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo), além do importante diplomata brasileiro durante a Segunda Guerra Mundial, Luiz Martins de Souza Dantas, seu trineto, considerado pelo historiador Fábio Koifman o “Oscar Schindler brasileiro.”⁴¹

Na política do nordeste da Bahia, nós sabemos que o poder esteve, durante o Império, praticamente na mesma família, dissentida em alguns de seus membros, todos eles ligados pela mesma estrutura genealógica. De um lado, o grupo que pode

³⁹ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 66.

⁴⁰ RHEINGANTZ, Carlos G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1960.

⁴¹ KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: O Embaixador Souza Dantas e os Refugiados do Nazismo**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2002.

ser simbolizado pelo Barão de Jeremoabo, Cícero Dantas Martins; e, do outro, o grupo que pode ser simbolizado pelo Conselheiro Dantas, Manoel Pinto de Souza Dantas, que eram primos.⁴²

A guerra pela independência serviu muito mais aos interesses dessa elite colonial escravocrata do que aos interesses das camadas populares. A estrutura do Primeiro Reinado pós-independência foi a mesma, sustentada na escravidão, na terra e no poder patriarcal dos senhores de engenho.

Em 6 de setembro de 1822, foi instalado o Conselho Interino do Governo da Bahia, em Cachoeira. As principais vilas da província participaram com representantes.

Embora os protagonistas daqueles eventos admitissem que não pretendiam alterar o “regime atual e a administração desta província”, os principais senhores de engenho residentes no Recôncavo, reunidos no Senado da Câmara da Vila de Cachoeira em 21 de agosto de 1822, decidiram estabelecer um “governo geral, não só para o Recôncavo e comarca da Bahia, mas também para toda a província”.⁴³

Dessa forma, o ato de aclamação, executado em Sergipe, credenciou João Dantas a um novo patamar: sua eleição e posse como membro do Conselho Provisório de Governo, ocorrida em 5 de novembro de 1822, em Cachoeira, três dias antes da Batalha de Pirajá. Isso significava o reconhecimento dos serviços prestados, mas também um pedido de novo engajamento militar para a batalha que viria no dia 8 de novembro de 1822.⁴⁴ “As correspondências das câmaras das vilas do Alto Sertão da Bahia demonstram que a efervescência política havia se espreado para outras regiões, demandando providências dos poderes centrais.”⁴⁵

O quadro político foi comentado por Afrânio Peixoto;

Enquanto o desânimo se apodera dos que tem consigo a perspectiva da fé e já alcançam a dureza das provocações na Bahia sitiada, entre os sitiados, é uma nova explosão de patriotismo, que a certeza da vitória ascende. A cavalaria que o Clarim

⁴² TEIXEIRA, Cid. **Coronéis e Oligarquias**. Bahia: Ed. UFBA, 1998. p. 36.

⁴³ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de Souza; SOUZA, Maria Aparecida Silva de. A independência do Brasil na Bahia: Dimensões políticas e conflitos (1821-1823). In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças (Org). **Capítulos de História da Bahia: Independência**. Salvador: Eduneb, 2017. p. 236.

⁴⁴ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **O Barão de Jeremoabo e a Política de seu Tempo: Trajetória de um Líder Conservador na Bahia**. Salvador/BA: EGBA, 2006. p. 107.

⁴⁵ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de Souza; SOUZA, Maria Aparecida Silva de. A independência do Brasil na Bahia: Dimensões políticas e conflitos (1821-1823). In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças (Org). **Capítulos de História da Bahia: Independência**. Salvador: Eduneb, 2017. p. 236.

Luiz Lopes, invocara para o triunfo, chega finalmente. Forma-se sob o comando do Capitão-mor João Dantas e são 500 cavaleiros que marcham para Pirajá.⁴⁶

Os historiadores Pedro Calmon, na Revista do Instituto Geográfico e Histórico Brasileiro (1923), e Afrânio Peixoto, na Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1923), mencionam os 500 homens advindos de Itapicuru que lutaram em Pirajá, assim como a maioria das referências sobre Itapicuru no processo de independência, que tocam apenas nesse acontecimento e na cavalaria organizada pelo capitão-mor João Dantas, sem o devido aprofundamento. “O corpo de cavalaria, organizado pelo Capitão-mor de Itapicuru João Dantas dos Reis Portátil e três outros da mesma arma, organizados por Antônio Joaquim de Oliveira e Almeida, Coronel Ignácio Pires de Carvalho e Albuquerque e Capitão José Antônio dos Reis.”⁴⁷

Ao pesquisar os acontecimentos unificados no Recôncavo, podemos chegar ao Agreste, pois a guarda cívica de Cachoeira, que fora utilizada para a proteção desta vila durante a guerra, foi comandada pelo capitão-mor João Dantas, da vila de Itapicuru, o que demonstra uma atuação importante de um cidadão nascido em uma localidade geograficamente distante do conflito.

As diversas doações realizadas por João Dantas, devidamente problematizadas no capítulo III desta dissertação, revelam um investimento pecuniário e de objetos para a campanha emancipadora da Bahia. Os interesses velados de João Dantas estavam embutidos nessas quantias doadas ao Conselho Interino. A memorialista Anna Ribeiro de Góes Bittencourt, que escutou da sua mãe histórias e relatos sobre o período da independência do Brasil na Bahia, elucida com um olhar divergente para a atuação “patriótica” de João Dantas.

Ana Ribeiro destacou em suas memórias os meios ambiciosos utilizados por João Dantas para conquistar os seus interesses. A memorialista o considerava “ambicioso, inteligente e pouco escrupuloso”, disposto a tudo para vencer e atingir os seus objetivos, o que em parte corrobora os passos dados por João Dantas durante a guerra, devidamente calculados através de doações, pagamentos feitos do próprio bolso aos soldados que lutaram a seu pedido e no cumprimento das ordens advindas do Conselho Interino de Governo e do general Pierre Labatut.⁴⁸

⁴⁶ PEIXOTO, Afrânio. “2 de Julho de 1923 (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 2 de Julho de 1923)”. *Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia*. Bahia, nº 48, p. 107-127, 1923. p. 109.

⁴⁷ REIS, Borges dos. *História do Brasil Século XVI a XVIII*. Salvador: Ed. Tristã e Pinto, 1915. p. 80.

⁴⁸ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Góes. *Longos Serões do Campo*. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 129.

João Dantas faleceu em Salvador no dia 09 de maio de 1832 deixando numerosa descendência. O seu nome consta na letra do hino municipal de Itapicuru que faz menção a sua coragem e as tropas lideradas por este durante a campanha emancipadora de 1823, ressaltando a memória local sobre um dos protagonistas da guerra nessa localidade.

2 O general Pierre Labatut e a sua relação com João Dantas

Pierre Labatut (1776-1849) nasceu em Cannes, na França, e ficou famoso por ter feito parte do exército de Napoleão Bonaparte, cujo destaque se deu durante a Guerra Peninsular. O general atuou na campanha pela independência da Grã-Colômbia, no exército de Simón Bolívar, nas Antilhas e na Guiana Francesa.⁴⁹

Em virtude dos acontecimentos oriundos da Revolução do Porto, em 1820, Dom Pedro I contratou o general mercenário Pierre Labatut para organizar o exército libertador em oposição às tropas comandadas pelo português Inácio Luís Madeira de Melo, que ocupava a capital da província da Bahia, Salvador.⁵⁰

No tocante a Labatut, Anna Ribeiro narrou sua chegada em Pirajá:

Quando Labatut apresentou-se em Pirajá, causou má impressão: a testa muito estreita, nenhum traço de distinção. Não tinha o ar imponente que se espera encontrar nos grandes homens, principalmente nos guerreiros. Tinha em uma das orelhas um brinco de ouro. Um oficial, decerto um ingênuo ou adulator teve a lembrança de dizer aos companheiros:

— Devemos furar a orelha para usar brinco como o General e vamos cotizar-nos para lhe oferecer um rico brinco de brilhantes!

- Já viram algum europeu distinto usar brinco na orelha? Isto é só próprio de marinheiros ou gente da plebe.⁵¹

O imaginário da memorialista provavelmente esperava um homem com características diferentes, o que torna a descrição acima de cunho depreciativo, louvando um suposto ar imponente, relacionando a guerreiros, que o general francês, segundo Anna Ribeiro, não detinha.

Mas Anna Ribeiro vai além e questiona a coragem do general em um acontecimento que, segundo a memorialista, teria causado risos nos soldados do exército libertador.

⁴⁹ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil**. Bahia: Ed. F. Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 104.

⁵⁰ GUERRA FILHO, Sérgio Aramando Diniz. **Guerras por toda parte**: Conflitos armados que impactaram as independências do Brasil. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2023. p. 70.

⁵¹ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 129.

Foram mostrar o acampamento a Labatut, indicando-lhe os pontos em que havia mais probabilidade de serem atacados pelos lusitanos. Ouviram-se uns tiros remotos. O General deu de rédea ao cavalo declarando que ali não ficaria, apesar de estar cercado de oficiais que lhe afirmavam não haver o menor perigo. Ele, porém, não esteve pelos autos a correu até o quartel. Os soldados que o viam passar riam à socapa, comentando o fato, que produziu péssima impressão, porque é sabido o quanto coragem estóica se impõe às multidões.⁵²

Sem dúvida, a integração do general Labatut ao “exército libertador” deu uma conotação positiva às forças da campanha emancipadora. A sua experiência em conflitos importantes que ocorreram anteriormente fez com que o caráter militar estivesse presente perante os senhores de terra, escravizados e libertos que lutaram na guerra. Labatut implementou estratégias militares que fortaleceram o exército libertador.

A relação do general com o Conselho Interino de Governo era muito delicada, pois a iniciativa de Labatut de criar tropas de libertos e escravizados assustava os senhores de terra, que temiam uma mudança no panorama social desse período.⁵³

O primeiro repudiava a iniciativa do general francês em criar tropas de libertos e de escravizados para auxiliar no combate as tropas portuguesas ocupantes da capital quando ainda havia homens livres que poderiam ser recrutados. Afinal, era conveniente não conceder armas às classes de cor naquelas circunstâncias não apenas porque possuíam razões suficientes para rebelar, e tanto mais quanto sendo estas classes as que tem menos a perder, e menos laços tem sociais, são as mais aptas para sustentarem empresas arrojadas e tresloucadas, mais subversivas.⁵⁴

Ao recrutar escravizados, Labatut estava literalmente mexendo nas propriedades dos senhores, que não ficaram assistindo de braços cruzados, mas fizeram queixas ao Conselho Interino de Governo. Devido a essas divergências entre Labatut e os senhores de engenho, o general mercenário foi desligado do comando do exército.⁵⁵

De fato, houve recrutamento de escravos na Bahia, mas foi um esforço muito improvisado, que não foi ordenado, nem regulado por decreto. Antes, o general francês nomeado pelo imperador Dom Pedro I para comandar as forças patriotas na Bahia, Pierre Labatut, recrutou e alistou escravos que foram confiscados de senhores de engenhos portugueses ausentes.⁵⁶

⁵² Ibid.

⁵³ GUERRA FILHO, Sérgio Aramando Diniz. **Guerras por toda parte**. Conflitos armados que impactaram as independências do Brasil. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2023. p. 70.

⁵⁴ Ibid.

⁵⁵ Ibid.

⁵⁶ KRAAY, Hendrick. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras, e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, Volume nº 22, número 43, 2022. p. 02.

Labatut trocou farta correspondência com o capitão-mor de Itapicuru, João Dantas, e tocou em diversos temas relacionados à guerra. Na maioria das cartas, Labatut agradece a João Dantas pelas doações e pelo cumprimento de ordens por parte do capitão-mor.

Se, por um lado, a relação de Labatut com os senhores de engenho estava fervilhando, a relação do general com o capitão-mor de Itapicuru era, segundo as cartas, a mais cordial possível, com exceção de uma portaria de 17 de outubro de 1822, quando o general, ao final, assim escreve: “Exército que marcha a pacificação na Bahia, não admitindo desculpas algumas na falta que possa haver a esta minha determinação de que lhe pertencem para sua inteligência e presente execução... Labatut. General.”⁵⁷

Ao que tudo indica, o general está se referindo aos preparativos para a batalha de Pirajá ocorrida em 08 de novembro de 1822 em Salvador, onde João Dantas também atuou em uma fase posterior ao ato de aclamação ocorrido em Sergipe, em 24 de setembro de 1822, nas vilas de Campos (atual Tobias Barreto), Santa Luzia, Estância e São Cristóvão.⁵⁸

Labatut passou pelas províncias de Alagoas e Sergipe, chegando à Bahia por Itapicuru, onde pernitoou no engenho Camuciatá, de propriedade do capitão-mor João Dantas, antes de seguir para o engenho Novo, em Pirajá. Por lá também passaram tropas da Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.⁵⁹

...principalmente do grupo liderado pelo comendador João Dantas dos Imperiais Itapicuru, patriarca da influente família Souza Dantas. Esse grupo esteve diretamente ligado ao processo de aclamação de D. Pedro em Sergipe, bem como à integração dos sergipanos no movimento de repressão aos rebeldes de Salvador, que culminou no 2 de julho de 1823.⁶⁰

No dia 21 de maio de 1823, o Conselho Interino de Governo da Bahia destituiu o general Pierre Labatut do comando do exército libertador e nomeou, em seu lugar, o coronel José Joaquim de Lima e Silva, que assumiu o comando do exército libertador.⁶¹

As divergências entre o general Labatut e o Conselho Interino, somadas às diversas críticas feitas pelos senhores de engenho ao general, acabaram pesando na decisão do

⁵⁷ Sessão de manuscritos - APEB.

⁵⁸ ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do Solo que Habitamos: Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império do Brasileiro. Sergipe (1750-1831).** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 125.

⁵⁹ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil.** Bahia: Ed. F. Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 107.

⁶⁰ ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. A Independência de Sergipe e a Revolução Pernambucana de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 41–56, 2022. p. 46.

⁶¹ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil.** Bahia: Ed. F. Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 125.

conselho.⁶² Além disso, 51 escravizados foram executados a mando do general, quando estes se encontravam em um quilombo.

Sobre as sentenças de morte ordenadas por Labatut, Anna Ribeiro considera:

Embora descrito como um homem despido de características militares, afirma que ditar sentenças de morte em excesso foi uma das acusações feitas a Labatut no processo que foi movido contra ele pelo governo que se instalou na Bahia, depois da partida dos portugueses. Teriam sido executados dois soldados acusados de assassinio e “dois espiões de Madeira”. O general francês defendeu-se, considerando que era seu dever “(...)executar de pronto, os espiões, repreender os que não cumprem os deveres da honra e da conduta militar e assim o número de bravos, e fazê-los mais bravos, se possível for”.⁶³

Não resta dúvida de que o general exorbitou de suas funções, abusando das sentenças de morte e ignorando as propriedades privadas, o que gerou insatisfação entre a elite dos senhores de engenho. Se, em Itapicuru, Labatut foi bem recebido e conseguiu manter uma boa relação, conforme demonstram as correspondências com o capitão-mor, o mesmo não se pode dizer do restante dos senhores de engenho da Bahia, especialmente do Recôncavo.

Anna Ribeiro comentou sobre o comportamento abusivo por parte do general: “Os atos de rigor que exerceu não podiam senão revoltar os brasileiros, de índole compassiva, como têm por demais provado em todos os tempos.”⁶⁴

João Dantas acabou utilizando a suposta perseguição a Labatut para justificar uma acusação de fraude que lhe fora imputada nas eleições de Itapicuru. Ao ser acusado de fraudar a eleição, alegou que isso aconteceu devido à sua amizade com o general.⁶⁵

A questão teve desdobramentos e João Dantas contratou o advogado Antônio Rebouças para lhe defender, sendo este último agredido devido a questões envolvendo as fraudes eleitorais. João Dantas enviou o seu advogado, juntamente com seu filho homônimo, à Corte para recorrer ao imperador.⁶⁶

O advogado Antônio Pereira Rebouças (1798-1880) foi um dos juristas mais importantes da Bahia no século XIX e participou ativamente das batalhas em prol da independência. O jurista era natural de Maragogipe, na região do Recôncavo e possuía grande

⁶² GUERRA FILHO, Sérgio Aramando Diniz. **Guerras por toda parte**: Conflitos armados que impactaram as independências do Brasil. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2023. p. 70.

⁶³ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 275.

⁶⁴ Ibid. p. 129.

⁶⁵ DANTAS, Mauricio Tourinho. **Descendência do Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Salvador: Ed. Étera, 2000. p. 10.

⁶⁶ Ibid.

prestígio político no Império, tendo sido deputado geral e conselheiro do imperador Dom Pedro II.

Antônio Rebouças escreveu suas memórias *Recordações Patrióticas 1821-1838*, obra na qual narra os diversos acontecimentos da guerra através de registros significativos como a instalação do Conselho Interino de Governo em Cachoeira e a eleição de seus membros, na qual aponta, dentre outros, João Dantas como representante pela vila de Itapicuru.⁶⁷

Sendo assim, devido ao bom histórico entre o general Labatut e o capitão-mor, conforme consta na carta escrita por Labatut a João Dantas em 13 de dezembro de 1822 na qual diz “aqui fico pronto a sua disposição, pois sou de Vossa Senhoria amigo sincero e afetuoso”⁶⁸ este último acabou posicionando-se contra a destituição do general, o que se justifica pela maneira respeitosa com que se tratavam nas correspondências relativas à guerra.⁶⁹

3 O contexto local e a disputa de narrativa em torno da liderança do conflito em Itapicuru

O contexto local que precedeu a guerra em Itapicuru evidenciou disputas de poder e narrativa envolvendo personalidades locais. Os proprietários de terra da vila perceberam na guerra uma excelente oportunidade de ascensão social e prestígio político a partir da liderança advinda da região Agreste. As memórias de Anna Ribeiro descortinam a realidade que antecedeu o conflito nesta localidade e evidenciam que a atuação de João Dantas a frente de Itapicuru, inicialmente, não foi um consenso e enfrentou a oposição do major Pedro Ribeiro de Araújo.⁷⁰

Anna Ribeiro de Goes Bittencourt considerada uma das primeiras escritoras baianas, foi uma senhora da elite imperial da Bahia do século XIX que escreveu suas memórias, as quais foram publicadas em 1992 por sua bisneta, Maria Clara Mariani Bittencourt. A mãe da memorialista morou em uma fazenda na vila de Itapicuru no período da guerra pela

⁶⁷ Ibid. p. 65.

⁶⁸ Sessão de manuscritos - APEB.

⁶⁹ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil**. Bahia: Ed. FCasa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 107.

⁷⁰ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 01.

independência e narrou diversas passagens para a sua filha, que as escreveu em suas memórias.⁷¹

Anna Ribeiro teceu diversos comentários sobre situações envolvendo a guerra, episódios que nos ajudam a imaginar o termômetro da situação durante o conflito. Trata-se de comentários reais e muitas vezes preconceituosos, mas que ilustram o que foi a campanha emancipadora na Bahia, visto pela ótica de uma senhora da elite imperial.

Os depoimentos colhidos por Anna Ribeiro sobre o período da guerra nos fazem entender como a elite considerava importante ter o seu nome associado a uma causa histórica e emblemática que ecoaria por séculos afora. Ter um parente ou o seu sobrenome atrelado a uma causa tão nobre, na visão da época, era motivo de orgulho para essa elite imperial.

Embora saibamos que a independência foi um processo de continuação dos privilégios e segregações existentes no Brasil colônia, que fortaleceu os membros da elite em posições importantes que já ocupavam antes mesmo da independência, para a memorialista era importante que o nome do seu avô, o major Pedro Ribeiro de Araújo, que lutou na guerra pela vila de São Francisco (São Francisco do Conde, em 2025), fosse lembrado como herói.

Posto isto, inicialmente é preciso evidenciar o contexto local de Itapicuru que precedeu o conflito. Duas famílias rivalizavam nessa localidade: a família Ribeiro, representada na pessoa do major Pedro Ribeiro de Araújo, e o capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru. Ambos eram inimigos e protagonizaram papéis de destaque na guerra pela independência do Brasil na Bahia.

O major Pedro Ribeiro de Araújo, nascido em março de 1769, segundo relato de Anna Ribeiro, era avô da memorialista e ocupa destaque no primeiro capítulo de suas memórias, cujo título leva o seu nome.⁷²

O major, que era inimigo público do capitão-mor João Dantas, embora estivesse morando na vila de Itapicuru durante o conflito, não lutou por Itapicuru. Pedro Ribeiro foi lutar pela vila de São Francisco (atual São Francisco do Conde), onde assumiu o posto de capitão de milícias da cavalaria. O fato de o capitão-mor João Dantas estar à frente por Itapicuru, inclusive ocupando uma posição no conselho interino, não abria espaço para a agregação do major Pedro Ribeiro, já que eram inimigos declarados.

Outra possibilidade que justifique o fato de o major Pedro Ribeiro ter ido lutar pela vila de São Francisco, no Recôncavo, seria a proximidade com os protagonistas mais

⁷¹ Ibid.

⁷² Ibid. p. 22.

influentes da guerra, que poderiam em um momento posterior abrir portas e oportunidades para o major. Era um momento de tensão, mas também de oportunidades, o que fazia com que os participantes planejassem bem os seus movimentos como em um tabuleiro de xadrez, onde cada jogada é milimetricamente calculada.

Dessa forma, Pedro Ribeiro foi “provisoriamente nomeado ajudante-general do exército brasileiro” junto ao senhor Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o coronel Santinho.⁷³

Além do pessoal de sua companhia, que fazia parte do batalhão de Bento Lopes, levava Pedro Ribeiro grande contingente de voluntários que se incumbirá de angariar entre seus agregados e protegidos, mais ainda homens de posição, seus parentes e amigos. Estes eram numerosos, porque, além de Alagoinhas lugar em que nascera e residira, tinha-os também em Itapicuru, onde se tornara grande fazendeiro, em virtude de seu casamento com a neta do capitão mor Luiz de Almeida Maciel. Em Pojuca também, tinha parentes e amigos, dos quais alguns acompanharam-no. Partiram, pois, animados pelo amor da Pátria e bafejados pela esperança.⁷⁴

Os protagonistas acima mencionados colheram louros significativos no pós-independência. O coronel Santinho foi agraciado com o título de barão e posteriormente visconde de Pirajá pelos serviços prestados no processo de ruptura com Portugal. No tocante a Bento Lopes, fora agraciado com o título de barão de Maragojipe, graças a sua liderança no conflito armado contra os portugueses.⁷⁵

Nesse sentido, o que valeria mais a pena para o major Pedro Ribeiro, lutar por Itapicuru e disputar as atenções com João Dantas, ou lutar próximo dos senhores de engenho do Recôncavo, que estavam à frente da guerra e em diálogo constante com o imperador, visto que as decisões políticas nesse momento, partiam dessa região, sobretudo de Cachoeira que concentrava tropas e reuniões com o alto comando da frente independentista.

As desavenças entre o major Pedro Ribeiro de Araújo e o capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru começaram muito antes da guerra pela independência. Pedro Ribeiro era amigo de Luís de Almeida, este último detinha relações comerciais com o senhor Pedro Caetano que havia criado Pedro Ribeiro.⁷⁶

⁷³ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 106.

⁷⁴ Ibid.

⁷⁵ RHEINGANTZ, Carlos G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

⁷⁶ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 247.

Conforme mencionado, Luís de Almeida que por sua vez foi condenado pela tentativa de homicídio em face de João Dantas, conforme acórdão do Tribunal de Relação da Bahia de vinte e quatro de julho de mil oitocentos e quinze.⁷⁷

A neta de Luís de Almeida, Joana de Souza Leite, fora casada com o major Pedro Ribeiro e haviam se conhecido em função da amizade entre as famílias dos dois. Anna Ribeiro romantizou a figura do então capitão mor de Itapicuru Luís de Almeida, antecessor de João Dantas no posto e avô da sua avó dona Joana.

Da vila de Itapicuru, fora, com o mesmo fim, a família do Capitão-mor Luiz de Almeida, fazendeiro abastado que gozava do melhor conceito entre seus conterrâneos. Tinha ele uma neta de cuja beleza e virtude corria a fama não só em Itapicuru como nas terras vizinhas.⁷⁸

Em momento posterior à disputa entre Dantas e Luís de Almeida, enquanto João Dantas já era o capitão mor da vila de Itapicuru, em 1816, o major Pedro Ribeiro entrou com uma representação junto ao rei de Portugal para que a patente de João Dantas fosse sustada.

Pedro Ribeiro acusava João Dantas “de levar à praça bens de raiz dos órfãos pelos quais devia zelar, arrematando-os através de prepostos, grave crime previsto na legislação portuguesa (Ordenações... Livro Quarto, Título XV).”⁷⁹

João Dantas, por sua vez, se defendeu conforme o auto de justificação, alegando que “Pedro Ribeiro era de mau gênio, revoltoso, perturbador da república, presumido de valente, tanto que tem intimidado a muitas pessoas que se não querem moldar a sua conduta”. Alegou ainda que as testemunhas do major haviam sido obrigadas a assinarem contra ele.⁸⁰

Tais acontecimentos repercutiram anos mais tarde, quando a guerra contra Portugal eclodiu em Itapicuru. Os dois antagonistas tiveram que lutar pela mesma causa, mas por localidades distintas, haja vista as celeumas geradas antes do conflito.

No que se refere ao seu avô, o Major Pedro Ribeiro, a autora relata que “(...) dessa vida relativamente tranquila, vieram arrancá-los os acontecimentos que deram origem à Guerra da Independência, na qual a Bahia teve, como é sabido, tão grande parte e cujo principal teatro foram as campinas de Pirajá.”⁸¹

⁷⁷ Ibid. p. 245.

⁷⁸ Ibid. p. 77.

⁷⁹ Ibid. p. 251.

⁸⁰ Ibid. p. 349.

⁸¹ Ibid. p. 105.

Anna Ribeiro acreditava que o seu avô foi compelido a lutar e, o que é pior, lutar longe de casa, sem garantia alguma de que fosse regressar. A memorialista valorizava o fato de o major ter saído do seu engenho, em Itapicuru, para ir lutar pela vila de São Francisco, o que era visto como um diferencial, segundo ela:

Convocado como todos os agricultores mais importantes, para uma reunião em casa de Bento Lopes (futuro Barão de Maragogipe), que, de acordo com os patriotas da capital, tomara a iniciativa de correr em auxílio da Pátria, foi Pedro Ribeiro um dos mais entusiastas em abraçar aquela causa. Não o deteve a ideia de deixar uma esposa bela e adorada e quatro filhos em tenra idade, além de suas propriedades, já contando com os prejuízos que a sua ausência acarretaria.⁸²

Ana Ribeiro, em suas memórias, acusa João Dantas de ser “inteligente e pouco escrupuloso”, acusando-o de “obter lucros fraudulentos”, e se ressentido do seu avô não ter tido o reconhecimento devido no tocante à sua participação na independência do Brasil na Bahia.

Anna Ribeiro diz que: “Entretanto vi, há pouco tempo, em uma gazeta, uma referência a João Dantas, considerando-o um dos beneméritos da pátria na Guerra da Independência! Todavia ele não deixou sua casa e fazenda como fizeram tantos outros, indo arriscar a vida nos campos de Pirajá!”⁸³

Contudo, segundo o soldado Ladislau Titara, que lutou na guerra e esteve presente na batalha de Pirajá, João Dantas não só lutou, como engajou os seus filhos na luta:

Traz Itapicuru, que porventura, as dignas suações ouviu dos Dantas e d`outros, que no Brasil o bem aspiram. E em outro estrofe continua: O Capitão-mor João Dantas dos Imperiaes Itapicurú (antes dos Reis Portátil) e seos filhos o Coronel Ignacio Dantas dos Reis Leite e Tenente Coronel João Dantas dos Reis Júnior.⁸⁴

Ao que parece, a disputa entre famílias da elite em Itapicuru viu na guerra uma oportunidade de reconhecimento e ascensão social, o que justificaria o questionamento da memorialista pela ausência do nome do seu avô nas páginas das gazetas, como aconteceu com o capitão-mor João Dantas.⁸⁵

⁸² Ibid. p. 105.

⁸³ Ibid. p. 127.

⁸⁴ TITARA, Ladislau dos Santos. Paraguassu: Epopéia da Guerra da Independência na Bahia. Bahia: Ed. **Revistas dos Tribunais**, 1973. s.p.

⁸⁵ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 217.

O tom laudatório com que a memorialista narra os acontecimentos da independência evidencia um ressentimento para com a história e como esta é escrita. “E assim se faz a história! Por isso disse com razão alguém: Não há nada mais mentiroso do que a história.”⁸⁶

Anna Ribeiro cresceu escutando histórias de seus familiares como as de Inocêncio Marques de Araújo Goes (1811-1897), o Barão de Araújo Góes, ou de Antônio Calmon de Araújo Góes, o Barão de Camaçari. Era parente ainda de Paulino César de Araújo Góes (1840-1936), o Barão de São Miguel, que foi seu professor de história e geografia.⁸⁷

Dessa forma, era natural que estivesse sentindo falta de um parente mais próximo no rol dos notabilizados pela história oficial. E, devido a essa ausência do nome do seu avô, o major Pedro Ribeiro de Araújo, nas gazetas, ao contrário do que ocorreu com seus parentes acima citados, entendemos o porquê da frustração da memorialista.

Anna Ribeiro assim se referiu aos seus familiares da estirpe Araújo Góes:

Os Araújo Góes, do Catu, que ali ocupavam vasta área de território, gozaram sempre da reputação de homens probos, cumpridores de seus contratos, nunca desmentindo da espécie da aristocracia formada pela classe muito considerada dos senhores de engenho, que era a segunda nobreza do país, como era na França a magistratura. Tendo gozado de grandes privilégios nos tempos coloniais, conservavam ainda bastantes garantias no Império, como ainda vi na minha mocidade.⁸⁸

Dessa forma, haja vista a valorização dos seus familiares no império, alguns mencionados por Wanderley Pinho⁸⁹ em *Salões e Damas do Segundo Reinado*, era natural que a memorialista buscasse o mesmo reconhecimento para o seu avô Pedro Ribeiro. Daí a frustração de tê-lo visto sair da vila de Itapicuru para lutar na vila de São Francisco, sem a notoriedade, por exemplo, que João Dantas teve, segundo Anna Ribeiro.

A guerra pela independência foi a oportunidade mais factível para o major Pedro Ribeiro galgar espaço nas gazetas dos jornais, pois foi uma excelente vitrine social e histórica para as gerações posteriores.

E o major, assim como João Dantas e seus filhos, também soube colher os louros de seus esforços nos campos de batalha. O mesmo foi agraciado com condecorações do

⁸⁶ Ibid. p. 128.

⁸⁷ OLIVEIRA, Marcelo Souza. **Uma Senhora de Engenho no mundo das letras: O declínio senhorial em Anna Ribeiro**. Salvador: Edunéb, 2009. p. 36 e 36.

⁸⁸ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 01.

⁸⁹ PINHO, Wanderley. **Salões e Damas do Segundo Reinado**. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1970.

imperador Dom Pedro I, as comendas da imperial ordem de Cristo e do Cruzeiro, conforme anexo X das memórias de Anna Ribeiro.⁹⁰

Pedro Ribeiro também foi lembrado pelo soldado e autor do hino ao 2 de julho, Ladislau dos Santos Titara, em Paraguassú, epopéia da guerra pela independência, onde este relata os acontecimentos da guerra através de poemas.⁹¹

O major ainda conseguiu uma pensão do governo brasileiro no valor de seiscentos mil réis, devido a uma cegueira contraída nos conflitos armados durante a campanha emancipadora.⁹²

Como podemos ver, o major teve o seu reconhecimento durante a campanha emancipadora. No entanto, a queixa da memorialista encontra-se, sobretudo, pelo fato do seu avô não ter sido registrado nas memórias de Ignácio Accioli de Cerqueira Silva, historiador do século XIX, que narrou os principais acontecimentos da independência.

“- Do mais perigoso, encarrego-me eu”, disse Pedro Ribeiro. Foi ainda ele designado para falar a Labatut. Bem se vê que meu avô foi um vulto de destaque nessa campanha e que minha mãe tinha razão de se admirar não encontrando seu nome nas Memórias de Accioli.”⁹³

A Bahia nesse período era provinciana e os participantes da guerra se conheciam pessoalmente ou de nome. O fato de Accioli ter ou não citado o major, pode revelar algum desentendimento anterior entre os dois ou alguma questão relacionada à guerra, visto que Accioli também lutou na guerra e detinha as suas próprias conclusões e juízo de valor sobre as questões civis e militares que nortearam o conflito.

Dentre as ações executadas por Pedro Ribeiro durante a guerra, está a destruição do quilombo da Mata Escura, conforme a nota 211 das memórias de Anna Ribeiro:

Pedro Ribeiro foi o executor da ordem de Labatut para que se destruísse o quilombo de Mata Escura, conforme atesta José de Barros Falcão de Lacerda (cf. Doc. VIII. 3, Anexos). Titara, não tão afirmativo, também indica que coube a Pedro Ribeiro a responsabilidade pela destruição do quilombo (cf. Doc. VII.5, Anexos).⁹⁴

A memorialista parece ter exagerado ao dizer que o seu avô não teve o reconhecimento devido e prosseguir criticando o modo como se fazia a história. O major

⁹⁰ Ibid. p. 403 e 404.

⁹¹ Ibid. p. 370.

⁹² Ibid. p. 196.

⁹³ Ibid. p. 113.

⁹⁴ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 274.

Pedro Ribeiro teve comprovadamente o seu reconhecimento nos esforços de batalhas pelo império do Brasil e, por alguma razão, foi esquecido pelo historiador Ignácio Accioli, o que gerou provavelmente toda a revolta de Ana Ribeiro, sobretudo pelo historiador ter citado o antagonista do major, o capitão-mor João Dantas.

João Paulo Pimenta, historiador e estudioso do processo de independência no Brasil, assim definiu: “O processo de independência sempre contemplou em seu interior vários processos menores, várias independências. Essa pluralidade se referia a diversos projetos, regiões e agentes, o que implicava diferentes possibilidades de sujeição ou de ruptura.”⁹⁵

É fundamental entendermos que, para esses senhores que lutaram na guerra e empregaram esforços humanos e pecuniários, havia uma intensa expectativa de um retorno no recém-instituído Império do Brasil. Esse retorno poderia vir através de cargos, títulos, comendas e concessões, ou simplesmente em um reconhecimento que favorecesse a vida de seus familiares, como aconteceu com os filhos de João Dantas e com ele próprio, quando este recebeu a comenda de dignitário da ordem imperial do Cruzeiro do Sul de Dom Pedro I.⁹⁶

Ou seja, os projetos menores, embutidos no projeto maior de independência, transformaram a guerra em um verdadeiro jogo de xadrez, onde um movimento errado poderia colocar em xeque tudo que havia sido conquistado até então.

Ao contrário do que ocorreu em outros países do continente sul-americano, o Brasil continuou uma monarquia, porém independente de Portugal. Segundo João Paulo Pimenta, “[...] a guerra pela independência na Bahia deu vazão a muitos acertos de contas locais.”⁹⁷

Tal afirmação do autor corrobora um trecho das memórias de Ana Ribeiro.

Em um parágrafo das Memórias da Bahia já citadas, tratando do fuzilamento dos africanos ordenado por Labatut, é dito:

Este ato de severidade, ditado pela urgência das circunstâncias, não mereceu a menor censura dos que estavam ao fato da necessidade de um castigo exemplar, que evitasse o desenvolvimento da total insurreição da escravatura em tão crítico momento; mas não aconteceu assim com a morte de João Antônio da Fonseca, a quem o mesmo Labatut, por ofício dirigido no dia 23 ao Coronel Ignacio Dantas dos Reis Portátil (filho de João Dantas), mandou fuzilar pelo motivo de ser espião do general Madeira, quando semelhante imputação era apenas filha do ódio que a este

⁹⁵ PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: os apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. p. 94.

⁹⁶ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 66.

⁹⁷ PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: os apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000. p. 107.

infeliz consagrava um dos seus perseguidores (não declina o nome), pessoa de grande influência na vila de Itapicuru.⁹⁸

A passagem descrita acima, pela memorialista, sugere que o fuzilamento de João Antônio da Fonseca não teve amparo legal, mas foi fruto puramente do ódio nutrido pela vítima, oriundo de pessoa de grande influência em Itapicuru, cujo nome não é citado.

Utilizar a guerra para acertos de contas locais, como João Paulo Pimenta sugere, evidencia o quão cruéis e forjados podem ser os bastidores que envolvem um conflito deste porte. Em carta de 4 de janeiro de 1823, Labatut escreve para João Dantas, relatando uma prisão para que o capitão-mor de Itapicuru ficasse satisfeito.

Ilmo Sr. Capitão-Mor Joao Dantas dos Reis. Como seu amigo e para evitar contestações rogo-lhe que fique satisfeito com a prisão que sofreu o genro do boticário José Moreira Guimarães, o qual me fez um requerimento apoiado na lei e em não ser militar, que eu não posso fugir das razões fortíssimas, que alega; ficando sempre a mira do comportamento do tal sujeito. Aqui fico as ordens de V. Ex^a de que sou amigo e sincero. Labatut. General.⁹⁹

A missiva acima descreve uma pessoalidade no tratamento das palavras utilizadas pelo general Labatut, onde não se vê um aspecto formal e militar que deveria compor uma informação relacionada a uma prisão, mas sim uma tentativa de agradar o capitão-mor sobre algo que deveria ser protocolar e não pessoal.

Outro aspecto que merece atenção diz respeito ao recrutamento e envolvimento dos familiares dos envolvidos na guerra. O capitão-mor João Dantas introduziu seus filhos Inácio Dantas dos Reis Leite e João Dantas dos Reis na liderança dos conflitos. Ambos participaram do ato de aclamação a Dom Pedro I em Sergipe, no dia 24 de setembro de 1822.¹⁰⁰

Inácio Dantas dos Reis Leite, que foi coronel do regimento de cavalaria de milícias e de caçadores em Itapicuru, teria ainda liderado uma aclamação a Dom Pedro I em Tucano, na Bahia.¹⁰¹ E João Dantas dos Reis, que foi tenente-coronel do regimento de cavalaria de milícias de Itapicuru.¹⁰²

Ana Ribeiro traz um diálogo do que significou esse recrutamento para a guerra:

⁹⁸ BITTENCOURT, Anna Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1992, p.128.

⁹⁹ Sessão de manuscritos - APEB.

¹⁰⁰ ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do Solo que Habitamos: Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império do Brasileiro**. Sergipe (1750-1831). São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 125.

¹⁰¹ DANTAS, Mauricio Tourinho. **Descendência do Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Salvador: Ed. Étera, 2000. p. 15.

¹⁰² Ibid.

Recordo o que se deu entre Pedro Ribeiro e uma de suas irmãs, D. Francisca, viúva de D. João Úzeda e Luna, que tinha um só filho e três filhas solteiras”:

- Meu irmão, disse -lhe ela, lembre se de que Antônio é meu único arrimo e de minhas filhas. Que será de nós se ele faltar?

- Ele tornou-lhe:

- E que dirão os seus amigos vendo-me poupar meu sobrinho quando os convidado a seguirem – me? Demais, pense na triste figura que fará seu filho, cruzando os braços quando outros, que tem iguais laços a prendê-los, vão oferecer seus serviços à Pátria. Você, que sempre teve uma fé viva e inabalável, entregue seu filho à Mãe de Deus, e ele voltará com vida.¹⁰³

Dessa forma, diante do contexto local que precedeu a guerra em Itapicuru, não poderia haver distinção entre os recrutados para as batalhas, evidenciando que ninguém poderia ser poupado, conforme trecho da carta de Labatut a João Dantas, de 22/10/1822: “(...) por todos esses motivos atendendo à representação de Vossa Senhoria, ordeno que conclua o alistamento dos esquadrões.”¹⁰⁴

Sendo assim, as tensões entre Ribeiro e Dantas e as disputas de narrativas em torno do protagonismo dos acontecimentos sobre a independência prevaleceram mesmo após a guerra, ocasião em que ambos assinaram em 1827 um Termo de Conchavo e Amigável Composição. Sob pena de em caso de reincidência e hostilidades mútuas, serem impostas penalidades aos dois senhores.¹⁰⁵

Nas décadas seguintes, os descendentes do major Pedro Ribeiro e do capitão-mor João Dantas exerceram posições de extrema relevância na província da Bahia e fora dela. O neto de João Dantas, Manoel Pinto de Souza Dantas (1831-1894), além de deputado geral e provincial foi presidente da província de Alagoas de 1859 a 1860, presidente da província da Bahia de 1865 a 1866, presidente da província do Paraná de 1879 a 1880 e presidente do conselho de ministros do império de 1884 a 1855.¹⁰⁶

Já o filho de Anna Ribeiro, o desembargador Pedro Ribeiro de Araújo Bittencourt (1866-1957) esteve à frente por quase duas décadas do judiciário baiano. Foi presidente do Tribunal de Justiça da Bahia, na época conhecido como côrte de apelação de 1920 a 1937, dando início a construção do fórum Rui Barbosa, iniciado em sua gestão.¹⁰⁷

¹⁰³ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro. Rio de Janeiro: Ed. Nova Fronteira, 1992. p. 106.

¹⁰⁴ Sessão de manuscritos - Correspondência da Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

¹⁰⁵ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. Volume I. O Major Pedro Ribeiro, Rio de Janeiro, Ed. Nova Fronteira, 1992, p. 258.

¹⁰⁶ BRASIL. Conselho de Estado 1842-1889. Volume 1, 1842-1845. Câmara dos Deputados, Brasília, 1978. p. 59.

¹⁰⁷ BAHIA. Bahia de Todos os Fatos. **Cenas da vida republicana 1889-1891**. Salvador, Alba Cultural, 2021. p.137.

Destarte, as ambições pessoais de João Dantas e Pedro Ribeiro alimentaram brigas e discórdias, mas podemos concluir que os dois brigaram, mas ganharam. Não houve derrotados nessa desavença pública, muito pelo contrário, os dois saíram ganhando e puderam assistir nas décadas seguintes a ascensão social de seus descendentes que colheram os frutos das ambições dos seus antepassados.

Portanto, a Bahia ufanista de certa forma apagou essas disputas locais, desavenças públicas e ambições pessoais dos que lideraram a guerra do lado brasileiro. Por trás do escudo da causa emancipadora, havia uma compilação de desejos embasados em súplicas, cargos e títulos, evidenciando o que de fato motivou a execução de ações militares por parte de Dantas e Ribeiro.

Por fim, as articulações iniciadas no contexto da disputa pelo poder durante o período da independência, de alguma forma, ajudou a promover nas décadas seguintes, os descendentes dos envolvidos no conflito. As relações de poder instituídas na base da política e do poder dos senhores de terra possibilitou aos herdeiros de João Dantas e do major Pedro Ribeiro chegarem a altos cargos da administração pública, evidenciando que o Império fortaleceu ainda mais a continuação do poder das respectivas famílias, no jogo de interesse que moveu os protagonistas por Itapicuru no processo que culminou no 2 de julho de 1823.

CAPÍTULO II

O início da participação de João Dantas no processo de ruptura com Portugal

1 O quartel do engenho Santo Antônio do Camuciá

As terras onde está situado o engenho Santo Antônio do Camuciá foram adquiridas em 15 de outubro de 1754 pelo sesmeiro português Baltazar dos Reis Porto e sua esposa, Leandra Sancha Leite (avós de João Dantas dos Reis Portátil), que as adquiriram da senhora Inácia Pereira Leite, viúva de um descendente de Garcia D'Ávila. A propriedade pertenceu à família D'Ávila por cinco gerações, até passar para as mãos dos novos proprietários.¹⁰⁸

O casal passou a morar na propriedade juntamente com a sua família e destinou o seu uso para o plantio de cana-de-açúcar. Com os negócios prosperando, foi construído um engenho de cana-de-açúcar para dar conta do que era produzido nas terras. O engenho foi batizado de Santo Antônio do Camuciá; esta última, palavra indígena, significa "pote d'água", em referência ao rio Itapicuru, situado ao fundo da propriedade.¹⁰⁹ “1627 - Nessa época, nos anos 20 do século XVII, a Casa da Torre já ocupava terras que iam do Rio Pojuca ao Itapicuru, do Vaza-Barris ao Rio Real.”¹¹⁰

Felisbello Freire, em sua clássica obra *História Territorial do Brasil*, onde detalha as nuances dos espaços territoriais da Bahia colonial, sua colonização e seu povoamento, no tocante ao século XVII, assim definiu: “Vemos que toda a extensão territorial de Urubu até 10 léguas abaixo do rio Salitre, pelo São Francisco, passando pelas cabeceiras dos rios Real, Itapicuru e Inhambupe, pertencia quase que exclusivamente a duas famílias: Garcia D'Ávila e Antônio Guedes.”¹¹¹

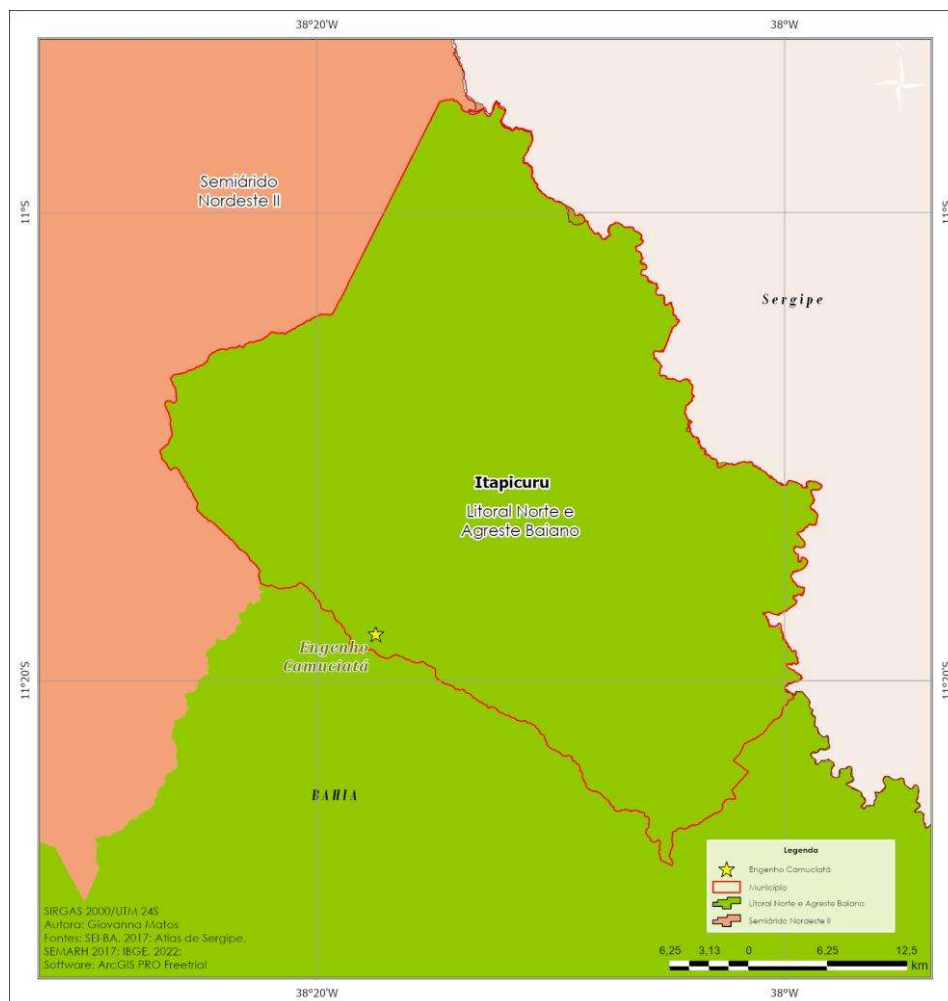
¹⁰⁸ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **O Barão de Jeremoabo e a Política de seu Tempo: Trajetória de um Líder Conservador na Bahia**. Salvador: EGBA, 2006.

¹⁰⁹ ANDRADE, Maristela do Nascimento. Poder e política no Brasil Imperial: traços da gênese e da trajetória dos Fontes e dos Dantas no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850). 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. p. 97.

¹¹⁰ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim Garcez. As Terras da Casa da Torre na Obra de Pedro Calmon. **Revista da Fundação Pedro Calmon**. Centro de Memória da Bahia. Salvador, nº2, 1997. p. 35.

¹¹¹ FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brasil**. Bahia, Sergipe e Espírito Santo. 1º Vol. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 1998. p. 34.

Figura 2 – Mapa com a localização de Itapicuru e do Engenho Camuciata.



Fonte: Desenvolvido pela Geógrafa Giovana Matos (2026).

Os Dantas, a partir do século XVIII, substituíram os D'Ávila na região nordeste da Bahia. Seus antepassados foram sesmeiros e, posteriormente, foram adquirindo outras terras, como as pertencentes ao núcleo familiar de Garcia D'Ávila Pereira, que foi o maior proprietário de terras do Brasil colônia, cuja sede era a famosa Casa da Torre, localizada na Praia do Forte, litoral norte da Bahia.

João Dantas dos Reis Portátil, neto do sesmeiro português Baltazar dos Reis Porto, nasceu no engenho Camuciata e, entre o final do século XVIII e início do XIX, construiu naquela localidade um sobrado onde viveu e um alambique de cobre. João Dantas também

construiu um novo engenho moente, haja vista as adequações necessárias ao incremento da produção.¹¹²

Após sua posse como capitão-mor da vila de Itapicuru, em 1816, e início da campanha emancipadora, em 1822, João Dantas transformou o seu engenho Santo Antônio do Camuciata em quartel-general, batizando-o de Quartel de Santo Antônio. A localização estratégica do engenho Camuciata, na divisa com a província de Sergipe, configurava elemento de grande valor político e militar para a campanha emancipadora na região.

Durante a guerra de independência, sob a chefia do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru (1773-1832) e de seus filhos, partiu dessa propriedade contingente de dois mil homens para fazer aclamar Dom Pedro I como defensor perpétuo do Brasil, no termo da vila de Campos, associada às vilas de Lagarto, de Santa Luzia, de Estância e de São Cristóvão, no sertão de Sergipe Del Rey. A propriedade também serviu de quartel-general para Pedro Labatut e seu exército, em 1823, e dela partiu o capitão-mor João Dantas dos Imperiais, um dos membros da Junta Interina que governou a Bahia em Cachoeira, com tropa de quinhentos homens para lutar em prol da independência da Bahia, nos campos de Pirajá, sob o comando do general Pedro Labatut.¹¹³

A palavra "quartel" deriva do francês *quartier* e, em um sentido militar, quer dizer: conjunto de instalações onde se alojam tropas e se guarda o respectivo equipamento.¹¹⁴ E foi exatamente isso o que aconteceu com o engenho Camuciata durante a campanha emancipadora de 1823.

O Quartel de Santo Antônio serviu ao Exército Pacificador, aquartelando as tropas e armazenando munições para serem utilizadas nas batalhas. O local serviu de concentração para os soldados advindos de outras províncias, como as de Alagoas, Sergipe, Paraíba e Pernambuco. O general Labatut, advindo de Alagoas e passando por Sergipe, finalmente adentrou na Bahia por Itapicuru, onde pernoitou antes de seguir para o Engenho Novo, em Pirajá.¹¹⁵

¹¹² DANTAS, Mauricio Tourinho. **Descendência do Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Salvador: Ed. Étera, 2000. p. 13.

¹¹³ ANDRADE, Maristela do Nascimento. Poder e política no Brasil Imperial: traços da gênese e da trajetória dos Fontes e dos Dantas no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850). 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017. p. 98.

¹¹⁴ Porto Editora – no Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/quartel>

¹¹⁵ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil**. Bahia: Ed. F. Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 107.

Em carta datada de 14 de setembro de 1822, Bento de Araújo Lopes Villas Boas (futuro Barão de Maragogipe) escreve para o capitão-mor João Dantas e faz menção a aspectos apropriados de um quartel-general. Em um trecho da carta, diz:

Ele se patenteia bem na escolha que Vossa Senhoria tem feito de gente que se está adestrando no manejo das armas para poder incorporar-se na marcha do exército, que há de salvar esta província da repressão ignominosa em que a tem a insubordinada tropa europeia, o intruso governador das armas o boçal Madeira!¹¹⁶

Segundo a missiva acima, houve, muito provavelmente, treinamento de civis para serem incorporados ao Exército Pacificador. Tendo o capitão-mor cedido o seu engenho para que fosse o quartel-general a serviço do referido Exército, seria natural que os treinamentos estivessem acontecendo nesta localidade. Em outro trecho da referida carta, Bento Lopes prossegue: “...achamos muito útil o cuidado que Vossa Senhoria tem tido em estabelecer aí oficiais de ferreiros para fazer algumas armas e consertar outras, que já tinha as diligências com que já tem adquirido pólvora...”¹¹⁷

Ou seja, o caráter militar havia impregnado o engenho Camuciata, que passava a ser o Quartel de Santo Antônio. Todas essas movimentações corroboram um trecho da carta de Labatut a João Dantas, datada de 22/10/1822: “(...) por todos esses motivos, atendendo à representação de Vossa Senhoria, ordeno que conclua o alistamento dos esquadrões.”¹¹⁸

Diante dos intensos movimentos relacionados à guerra pela Independência na vila de Itapicuru, mais precisamente no Quartel de Santo Antônio, João Dantas se viu obrigado a pedir, em ofício datado de 06 de setembro de 1822, ao Conselho Interino de Governo em Cachoeira, a instalação de um correio na localidade. No mesmo ofício, o capitão-mor confirma o recebimento de munição. Sobre a criação dos correios no Brasil:

Somente em 1663, com o regimento real de 25 de janeiro, começaram as atividades no Brasil, estendendo-se ao território da colônia a jurisdição hereditária do então correio-mor de Portugal, Luís Gomes da Matta Neto (Peron, s.d.). Em 10 de dezembro do mesmo ano, o alferes João Cavaleiro Cardoso foi investido no cargo de correio-mor para o Rio de Janeiro.¹¹⁹

¹¹⁶ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

¹¹⁷ Ibid.

¹¹⁸ Ibid.

¹¹⁹ LOPES, Domingos de Castro. **O correio brasileiro**: notícia histórica. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1909. p. 5.

Com a chegada da família real em 1808, o correio ganhou um novo impulso no Brasil Colônia, que passou a contar com diversas rotas terrestres. Com o advento da guerra e sendo as cartas o único meio de comunicação, era necessário portadores de extrema confiança, capazes de levar as correspondências sem o risco de ir parar nas mãos erradas.

No entanto, com a administração colonial sob o comando de Portugal, o referido correio provavelmente era uma adaptação criada especialmente para a guerra, haja vista que Salvador estava tomada pelas tropas portuguesas, sob o comando do general Madeira de Melo. Não fazia sentido algum confiar nos correios partindo da capital, o que fortalece a tese de um correio sob a organização do Conselho Interino de Governo durante a guerra, localizado em Cachoeira.

O relatório dos Trabalhos do Conselho Interino do Governo da Bahia faz menção a instalação dos correios no Recôncavo:

Em seguida estabeleceu o Conselho um Correio terrestre, desde a Villa de São Jorge dos Ilhéos até á de São Francisco de Sergipe do Conde; facilitando d'esta arte a comunicação entre as Povoações do Recôncavo Marítimo, e a pronta execução das ordens, que expedidas fossem a prol da defesa.¹²⁰

Os quartéis-generais exercem função estratégica e centralizadora em conflitos armados, como a guerra pela independência do Brasil na Bahia. O quartel-general do Engenho Novo, em Pirajá, foi prova disso. O referido quartel organizou toda a logística de guerra, que subsidiou, por exemplo, a Batalha de Pirajá, ocorrida em 8 de novembro de 1822.

No dia 28 de outubro de 1822, Pierre Labatut chegou às proximidades de Salvador, mais precisamente na feira do Capuame (atualmente Dias D'Ávila), prosseguindo até o Engenho Novo, onde estava localizado o quartel-general. O coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (coronel Santinho) o recebeu e passou o comando das tropas para o general.¹²¹

O clã Pires de Carvalho e Albuquerque era o responsável pelo quartel-general situado no Engenho Novo, em Pirajá. Eram três irmãos: Antônio Joaquim Pires de Carvalho e

¹²⁰ CALMON, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C, Rio de Janeiro, 1923. p. 22.

¹²¹ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Ed. Civilização Brasileira, 1977. p. 70.

Albuquerque, Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque e Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (coronel Santinho).¹²²

Os irmãos eram descendentes diretos, por parte de mãe, de Garcia D'Ávila e controladores da famosa Casa da Torre, cuja sede estava situada em um platô junto à enseada de Tatuapara, ficando a aproximadamente 14 léguas da barra norte da Baía de Todos os Santos. Nesse lugar foi edificado o Forte de Tatuapara, visando a proteção contra corsários e possíveis inimigos. O forte contava com canhões que também foram colocados na colina, onde estava situado o Castelo da Torre (atualmente em ruínas).¹²³

A atuação dos irmãos da Casa da Torre, no tocante ao processo de independência, foi uma luta de manutenção dos privilégios do Brasil Colônia. A dinastia possuía o maior latifúndio e uma enorme fortuna, cuja base era o sistema escravocrata e a própria hierarquia das relações sociais, que facilitava a manutenção do “*status quo*”.

Garcia D'Ávila chegou à Bahia em 1549, juntamente com o primeiro governador-geral da colônia, Tomé de Souza. Trabalhou no almoxarifado e foi feitor da cidade e da alfândega, na recém-criada capital do Brasil Colônia, Salvador. A partir daí, devido aos bons serviços prestados, passou a receber sesmarias, acumulando, com o passar dos anos, uma quantidade enorme de terras.¹²⁴

De acordo com Duarte:

Nas décadas seguintes, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque assumiu uma posição politicamente importante na sociedade baiana. De fato, os irmãos da Casa da Torre foram essenciais na consolidação do império na Província da Bahia, imersa em agitação, com revoltas de escravizados, saques, sem falar da própria guerra de independência, conforme o novo regime ganhava o feito de uma mudança apenas político-institucional, conservando, tanto quanto possível, a hierarquia nas relações sociais e a ordem escravocrata.¹²⁵

Dessa forma, os irmãos Pires de Carvalho e Albuquerque ajudaram a moldar o quebra-cabeça da independência do Brasil na Bahia, sob o escudo da causa emancipadora. Estiveram à frente do exército libertador e do Conselho Interino de Governo, cargos-chave que repercutiam diretamente em todos os outros desfechos da guerra, incluindo Itapicuru.

¹²² CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil**. Bahia: Ed. F. Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 112.

¹²³ Ibid. p. 111.

¹²⁴ GARCEZ, Angelina Nobre Rolim Garcez. As Terras da Casa da Torre na Obra de Pedro Calmon. **Revista da Fundação Pedro Calmon**. Centro de Memória da Bahia. Salvador, nº2, 1997. p. 34.

¹²⁵ DUARTE, Daniel. **Escritos sobre o 2 de Julho**. Memória e Política. Salvador: EGBA, 2023. p. 119.

Em carta de setembro de 1822 o capitão-mor João Dantas escreve para Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o coronel Santinho:

Meu amigo e Sr. a quem prezo. Ontem pelas 8 horas da noite, recebi de V.S. de 13 do corrente, em resposta da que dirigi, tendo depois dessa escrito duas e remetido pelas postas que me certificou havê-las entregue; motivo por onde criei também duas neste Distrito. Eu Acho-me ao presente com três destacadas e hoje vou criar outras, pois que os inimigos da comarca de Sergipe já tentaram entrar neste distrito, o que eu muito estimaria para lhe mandar fazer fogo por todos os lados. O meus soldados estão recebendo dinheiro dado por mim, para que assim sirvam com mais vontade. Já escrevi a V.S. ter sido eleito para membro do governo e que meu filho Coronel Inácio Dantas, também foi eleito pela câmara e cidadãos comandante da força armada deste distrito e eu só estou à espera dos soldados que mandei para Cachoeira e dando as instruções e providências, que me parecem necessárias bem da santa causa e findas elas sigo para Cachoeira a reunir me com os mais o Exmo. Sr. Elesbão e assim como me alegro com a notícia de estar Madeira em partida para mais breve se matarem. Nós temos de ser felizes com a ajuda de Deus, porque a nossa causa é protegida por Deus. Ontem ao meio dia, aqui chegou o Capitão-Mor de Mirandela, a quem mandei o necessário para seguirem a presença de V.S, o que é portador desta e sobre o ajudante já lhe escrevi e por isso não digo mais nada a esse respeito; só certificar-lhe que este distrito se acha sem armas e eu disposto a gastar até o último real a fim de ficarmos bem.¹²⁶

Na missiva acima, João Dantas detalha para o coronel Santinho questões importantes relacionadas à guerra. Cita o quartel de Santo Antônio, local de onde escreveu a carta; os pagamentos realizados do próprio bolso aos soldados; a dificuldade para a entrega de cartas; a ameaça constante vinda da província vizinha, Sergipe; a falta de armas; e a sua eleição para o conselho interino, além da nomeação de seu filho, Ignácio Dantas, como comandante das forças armadas de Itapicuru.

A carta de João Dantas, além de ser um relato sobre as dificuldades de ordem imperativa enfrentadas em Itapicuru no tocante à guerra, é, acima de tudo, um testemunho das adversidades que podem envolver um conflito armado e duradouro, como foi a guerra pela independência do Brasil na Bahia.

Mas os irmãos Pires de Carvalho e Albuquerque compreendiam bem as alegações de João Dantas e as circunstâncias que envolviam a guerra em Itapicuru. Se no Engenho Novo, em Pirajá, havia dificuldades, no quartel de Santo Antônio, em Itapicuru, não poderia ser diferente, haja vista a distância da capital e do Recôncavo, onde a logística de guerra não favorecia lugares longínquos, como era o caso de Itapicuru.

Segundo Ignácio Accioli de Cerqueira Silva, as bocas consumidoras do Exército Pacificador fornecidas pelo Comissário Geral em 8 de abril de 1825 indicavam que somente

¹²⁶ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

no Engenho Novo 739 praças combatentes se alimentavam diariamente de carne e farinha, além de 3.672 homens alojados na brigada de Pirajá.¹²⁷

Isso explica por que João Dantas, embebido da causa emancipadora, doou 31 cabeças de gado vacum ao exército pacificador em 28 de maio de 1823, conforme recibo emitido por Pedro Ferreira Bandeira, comissário em chefe. Alimentar diariamente uma tropa dessa magnitude envolvia um esforço hercúleo por parte de quem administrava o quartel do Engenho Novo em Pirajá.¹²⁸

Os senhores de engenho, a exemplo de João Dantas, doaram e ajudaram a manter a alimentação dos soldados — era mais um escambo dentro da imensa troca de favores que ocorreu sob o “patriotismo” que envolvia esses senhores. Prova disso é que os irmãos Pires de Carvalho simplesmente colheram as benesses do imperador mais cedo que os outros.

Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, que era capitão das ordenanças de Santo Amaro e comandante do regimento de milícias da Casa da Torre, foi agraciado com o título de Barão da Torre em 1º de dezembro de 1822, tendo sido o primeiro nobre do Império do Brasil.¹²⁹

Seu irmão, Francisco Elisbão Pires de Carvalho e Albuquerque, que foi presidente do conselho interino de governo da província da Bahia, com sede em Cachoeira, foi agraciado com o título de Barão de Jaguaripe em 1º de dezembro de 1824.¹³⁰

Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, conhecido como coronel Santinho, foi o comandante do exército pacificador até a chegada do general Labatut e responsável pelo bloqueio da estrada das Boiadas, que ligava o sertão a Salvador, deixando a capital sem suprimentos e causando o desespero do comandante das armas de Portugal, o general Madeira de Melo.

Dom Pedro I agraciou o Coronel Santinho com o título de Barão de Pirajá, em 5 de maio de 1826 e, posteriormente, Visconde de Pirajá.

É incontestável a participação desse clã no processo de ruptura com Portugal, mas, de igual forma, é incontestável que esses senhores lutaram em causa própria, embebidos pelo sentimento que os motivava: a manutenção dos privilégios.¹³¹

¹²⁷ SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C, Tomo II, Salvador, 1836. nota 20. p. 49.

¹²⁸ Sessão de manuscritos – Correspondência da Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

¹²⁹ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho Independência da Bahia e do Brasil**. Bahia: Ed. FCasa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 113.

¹³⁰ Ibid.

Ignorar que o processo de ruptura com Portugal beneficiou as famílias dominantes e as manteve em evidência por décadas a fio é ignorar que, de fato, não houve rupturas nas estruturas sociais no Brasil entre 1822 e 1823. O processo de continuação foi ainda mais perverso, segregador e infame para uma elite imperial que não movia uma palha sem que seus interesses velados estivessem devidamente orquestrados nas ações que estavam por vir.

Por fim, os quartéis eram verdadeiros centros de dominação, onde se inculcia na mente dos praças que valia a pena lutar por uma causa que era também deles, que era algo justo e auspicioso para todos. Mas que, na verdade, era para todos aqueles que queriam manter o *status quo*.

Dessa forma, forjar um processo de ruptura esculpido na escravidão de uns e nos privilégios de outros, sob o escudo de uma causa que, possui força e dissimulação ao mesmo tempo: a independência.

2 A participação de João Dantas no ato de aclamação a Dom Pedro I e na pacificação da província de Sergipe

O projeto de nação que estava nascendo com o Império do Brasil, em 1822, tinha como objetivo criar uma unidade nacional que mantivesse o extenso território colonial. Esse Estado nacional, que estava sendo gestado inicialmente no Sudeste e, posteriormente, em outras regiões, visava à construção de um grande império, evitando o surgimento de repúblicas ou de colônias portuguesas fragmentadas dentro do espaço geográfico do Brasil colonial.

Dessa forma, havia uma preocupação por parte de Dom Pedro I em manter a unidade nacional e não abrir espaço para possíveis disputas futuras, caso Portugal conseguisse conservar alguma província. De fato, o objetivo de Portugal era manter ao menos uma província no Brasil, com a esperança de que, no futuro, com o fortalecimento local e investimento bélico, a situação pudesse ser revertida, permitindo a reconquista das províncias perdidas.¹³²

Com base nessa premissa de unidade nacional, era necessário manter os territórios provinciais e não permitir que fossem fragmentados diante das pressões exercidas pela monarquia portuguesa. No caso de Sergipe — que fora capitania subordinada à Bahia desde 1590 e conquistou sua autonomia por meio da carta régia de Dom João VI, em 8 de julho de

¹³¹ Ibid. p. 114.

¹³² MOTA, Carlos Guilherme. **1822: Dimensões**. São Paulo: Editora Perspectiva, 2022. p. 248.

1820 — havia ainda outra preocupação: a possibilidade de retrocesso e perda da autonomia recém-conquistada, diante do cenário de insegurança vigente.¹³³

Dom João VI assinou a carta régia de 8 de julho de 1820, concedendo à capitania de Sergipe a sua autonomia político-administrativa em relação à capitania da Bahia. Posteriormente, houve a criação, em 28 de fevereiro de 1821, da Província de Sergipe.

Entretanto, a autonomia sergipana não foi bem aceita pelos baianos, que, por muito tempo, criticaram a decisão de Dom João VI. Um mês e meio após a autonomia sergipana, eclodiu a Revolução do Porto, que passou a ser o centro das discussões no Brasil. O primeiro governador da Província de Sergipe acabou sendo deposto por tropas advindas de Salvador, em fevereiro de 1821, em decorrência da insatisfação dos baianos.¹³⁴

Com as consequências da Revolução Constitucional do Porto, de 1820, e a adesão da Bahia ao movimento independentista, opondo-se à monarquia portuguesa e ao seu comandante das armas em Salvador, Ignácio Luís Madeira de Melo, Sergipe passou a ser o foco tanto da monarquia portuguesa, sediada na Bahia, quanto do Exército Pacificador.

O brigadeiro Ignácio Luís Madeira de Melo (1775-1834), nasceu em Chaves, Portugal e serviu no Brasil por quase seis anos, atuando inicialmente na Província de Santa Catarina e, posteriormente, na Bahia, onde obteve as promoções a coronel graduado e brigadeiro, além de ter sido inspetor da junta provisória de governo, comandante das tropas portuguesas na Bahia e governador das armas. Foi também o responsável por conseguir postergar a independência do Brasil na Bahia por um ano e meio.¹³⁵

Segundo Nunes, para o governo luso sediado na Bahia, era fundamental manter o território sergipano sob seu controle, pois de Sergipe vinham os mantimentos que garantiam o abastecimento — especialmente de carne — em Salvador, alimentando as tropas do exército recolonizador.¹³⁶

Segundo Kátia Mattoso, aqui mencionada por Franklin Oliveira, em Salvador, durante o período da guerra — mas não apenas como fruto deste acontecimento — faltavam diversos produtos locais, tais como: farinha de mandioca e de toucinho (entre 1820 e 1825), feijão (entre 1814 e 1823), galinha (entre 1811 e 1823), azeite de peixe-baleia (entre 1814 e 1822) e

¹³³ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 30.

¹³⁴ OLIVEIRA, Franklin. **Brigadeiro Madeira de Melo: uma história desconhecida**. Salvador: EGBA, 2019. p. 85.

¹³⁵ *Ibid.* p. 65.

¹³⁶ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 51.

sal (entre 1816 e 1823).¹³⁷ Dessa forma, Salvador já passava por dificuldades relacionadas ao abastecimento de suprimentos anteriormente à guerra, e, com o conflito, o desabastecimento se agravou ainda mais.

Por outro lado, o Exército Pacificador precisava conquistar Sergipe e afastá-la do domínio e da influência portuguesa. Madeira de Melo, por sua vez, apoiava o grupo contrário à autonomia conferida a Sergipe por meio da carta régia de Dom João VI. Segundo Nunes, a luta dos sergipanos pela autonomia política em relação à Bahia e a sua participação no processo de independência passam a se confundir em um mesmo movimento.¹³⁸

A autonomia, embora legalmente garantida pela carta régia de Dom João VI, na prática encontrava-se ameaçada pelo imbróglio causado pelo processo de independência, pois, naquele momento, ninguém tinha como prever como terminaria a guerra, tampouco as nuances que envolviam o processo em si — como as tomadas de decisões, os apoios políticos e, principalmente, o cenário pós-guerra, que gerava novas indefinições.

Dom Pedro I, sob a influência de José Bonifácio, contratou o general mercenário Pierre Labatut para comandar as tropas do Exército Pacificador na Bahia. O general francês havia atuado anteriormente nas batalhas em prol da independência da América espanhola e possuía larga experiência militar no continente sul-americano.

Contudo, Labatut não pôde desembarcar em Salvador e no litoral baiano, que estavam ocupados pelas tropas de Madeira de Melo. A esquadra, então, dirigiu-se para Maceió, onde o desembarque foi realizado.

Em 14 de julho de 1822, enviada pelo Príncipe Regente, partia do Rio de Janeiro uma pequena esquadra naval composta da fragata União, das corvetas Maria da Glória e Liberal e do brigue Reino Unido, comandada pelo Chefe de Divisão Rodrigo Antônio de Lamare, conduzindo 18 oficiais, 260 soldados, 6 canhões, 5 mil espingardas, 500 clavinotes, 500 pistolas, duas mil lanças e 500 sabres.¹³⁹

Ao chegar a Alagoas, Labatut passou a recrutar homens, tendo arregimentado soldados em Pernambuco, onde incorporou 250 homens da tropa de linha, soldados armados e pagos por três meses. Pernambuco, nessa ocasião, já se encontrava livre do domínio português e havia aclamado Dom Pedro I como imperador e defensor perpétuo da nação.¹⁴⁰

¹³⁷ MATOSO, Katia (in Oliveira, Franklin). **Brigadeiro Madeira de Melo: uma história desconhecida**. Salvador: EGBA, 2019. p. 167.

¹³⁸ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 51.

¹³⁹ Ibid. p. 63.

¹⁴⁰ Ibid.

Labatut marchou para Sergipe, onde se instalou na vila de Penedo em Alagoas, na foz do rio São Francisco, divisa com a província de Sergipe, que, naquele momento, estava tomada pelas tropas portuguesas. O general francês encontrou dificuldades para atravessar o rio com segurança, pois o capitão-mor das ordenanças de Vila Nova, Bento de Mello Pereira, havia armado fortemente os homens que estavam a serviço do presidente da província de Sergipe, o brigadeiro Pedro Vieira de Melo.¹⁴¹

Nesse mesmo momento, no extremo sul da província de Sergipe, na divisa com a província da Bahia, encontrava-se o capitão-mor da vila de Itapicuru, João Dantas dos Reis Portátil, organizando um ato de aclamação que seria decisivo para os eventos futuros relacionados à campanha emancipadora.

A integração oficial de Sergipe ao projeto imperial, no campo militar, resultou da presença de duas forças a pressionar o apoio e aplinar os conflitos: uma a norte, originada nos limites com Alagoas e o Rio São Francisco e descendo a província rumo a Bahia, o principal objetivo; e outra sul e oeste, privada, vindo da Bahia e “subindo” o território, na direção de São Cristóvão.¹⁴²

Aclamar Dom Pedro I foi um fato comum à época em todo o território do Brasil colônia, nas localidades que aderiram ao projeto de ruptura com Portugal e emancipação política do Brasil. Esse ato político constituía elemento de apoio às decisões tomadas pelo príncipe regente na instituição do Império do Brasil.¹⁴³

Diante desse contexto, vendo a província sergipana cercada pelas divisas com Alagoas e Bahia, o governo sergipano se viu obrigado a tentar, de todas as formas, dificultar a integração das tropas do norte, comandadas por Labatut, com as do sul, chefiadas por João Dantas.

Em Itapicuru, João Dantas e seu filho, o coronel Inácio Dantas dos Reis Leite, organizaram uma tropa de dois mil homens e, no dia 24 de setembro de 1822, adentraram a vila de Campos (atual Tobias Barreto), a fim de aclamar Dom Pedro I como imperador e defensor perpétuo do Brasil.¹⁴⁴

¹⁴¹ Ibid.

¹⁴² ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do Solo que Habitamos: Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império do Brasileiro. Sergipe (1750-1831).** Cultura Acadêmica: São Paulo, 2012. p. 125. p. 126.

¹⁴³ Aclamar. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/palavra/KP8W/aclamar/>. Acesso em: 31 de jul. 2025.

¹⁴⁴ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840).** Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 66.

Figura 3 – Sergipe – Vilas e Cidades - 1820



Fonte: CRUZ, Maria Tereza Souza; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Atlas Escolar Sergipe**, João Pessoa, Grafset, 2007.

Ao atravessar a divisa das províncias e adentrar o território sergipano, João Dantas enfrentou e desfez uma resistência composta por indígenas e tropas portuguesas que se encontravam na vila sergipana. A vila de Campos foi a primeira a aderir à causa emancipadora em Sergipe, dando início ao processo de independência do Brasil nessa localidade.¹⁴⁵

O engajamento de João Dantas para adentrar no território sergipano, conforme ofício do Conselho Interino de Governo, com sede em Cachoeira, datado de 17 de setembro de 1822, teria ocorrido a pedido do próprio conselho, conforme trecho do ofício a seguir:

¹⁴⁵ Ibid.

deliberou que ao patriotismo e denodo Vossa Senhoria está incumbida a salvação da Província na parte respectiva a dos habitantes que tem a felicidade de habitar esse distrito e portanto a Vossa Senhoria cumpre providenciar para que a parte do antibrasileirismo se não estenda até aí e até os povos de Sergipe, os leve ao estado de liberdade e sossego que já gozamos...¹⁴⁶

Em outro ofício, enviado a João Dantas em 18 de setembro de 1822, o Conselho Interino de Governo da Bahia demonstrou preocupação com a situação em Sergipe, convocando a realização do ato de aclamação:

Depois de haver acabado o correio para esta Vila ponderando o conselho interino de governo desta província na representação feita por Vossa Senhoria, pedindo um corpo de tropa regular, para de acordo com as que podem oferecer esse distrito e os que lhe são vizinhos se entreguem não só a defesa da aclamação da regência constitucional desse lugar, mas até marcharem em socorro dos honrados habitantes de Sergipe del Rei, a quem o despotismo e a tirania do seu governador tem obstado em nomear sua vontade...¹⁴⁷

As emissões de ofícios por parte do Conselho Interino de Governo da Bahia, em datas tão próximas — 17 e 18 de setembro de 1822 —, uma semana antes da aclamação em Sergipe, demonstram o termômetro do conflito. Havia preocupação e pressa por parte do Conselho Interino.

A preocupação consistia no risco de que os portugueses tomassem parte da Bahia pelo sul de Sergipe, ou seja, por Itapicuru. Era necessário acabar com a ameaça portuguesa do outro lado da divisa e pôr fim ao domínio lusitano naquela região. Nesse sentido, a atuação do capitão-mor de Itapicuru foi decisiva para que o domínio português não se consolidasse em Sergipe nem ultrapassasse a divisa das províncias.

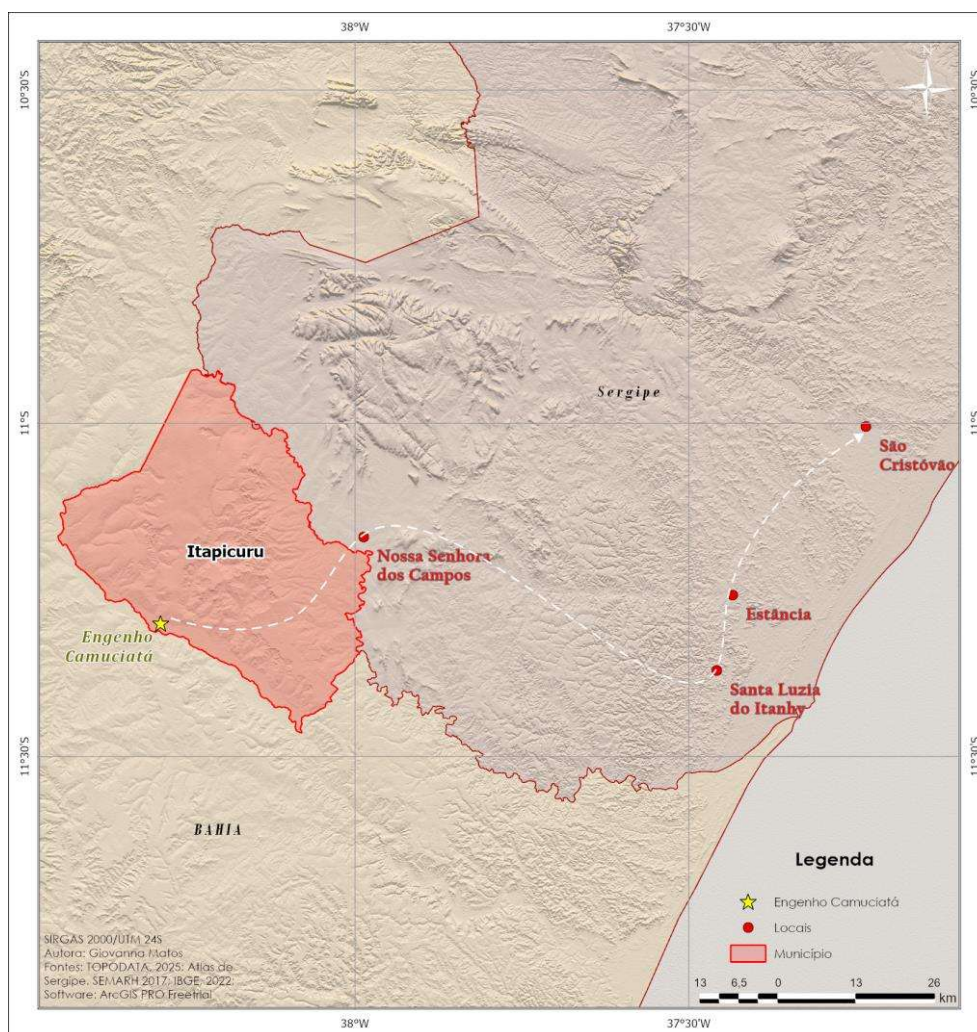
Após o ato de aclamação, executado, na vila de Campos (atual Tobias Barreto), João Dantas partiu para a vila de Santa Luzia (atual município de Santa Luzia do Itanhi) e para a povoação de Estância. Nessas localidades, desfez a resistência portuguesa e aclamou Dom Pedro I. O capitão-mor de Itapicuru ia se aproximando da capital da província, a vila de São Cristóvão.

O capitão-mor das ordenanças da vila de Santa Luzia, meses mais tarde, atestou, mediante documento escrito datado de 28 de dezembro de 1822, que João Dantas se propôs a socorrer os patriotas oprimidos e desfez o partido contrário na localidade e na vila de Campos (atual Tobias Barreto).

¹⁴⁶ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

¹⁴⁷ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

Figura 4 – Mapa demonstrando a atuação de João Dantas partindo do Engenho Camuciata na Bahia em direção a Sergipe em 1822.



Fonte: Desenvolvido pela Geógrafa Giovana Matos (2026).

Em outro documento, datado de 30 de dezembro de 1822, o Brigadeiro José Nabuco de Araújo narra a passagem de João Dantas por Estância:

Guilherme José Nabuco de Araújo, cavaleiro fidalgo da Casa Imperial, Brigadeiro graduado e comandante da Estância de Santa Luzia e seus subúrbios. Atesto que adiantando-se a cidade de Sergipe do Imperador sem querer reconhecer a regência de sua Alteza Real (hoje felizmente Imperador do Brasil), mostrando, por semelhante modo de obrar, uma firme união com a Bahia, todas as vilas e lugares sujeitos ao governo da referida cidade do Sergipe do Imperador, sendo uma delas a de Estância, vacilaram em partidos opostos e ainda que haviam muitas pessoas, que de seu deve, a regência de sua Alteza Real. Contudo não se podiam deliberar havendo naquela referida cidade, onde residia o governo a que eram sujeitos, uma força armada, a qual não podiam resistir e se procurando uma ocasião oportuna para que se fizessem esses atos, sem serem manchados com sangue, o que se conseguiu, sabendo se que o Benemérito cidadão e honrado patriota, o capitão mor João Dantas dos Reis Portátil, tinha a sua disposição uma força armada de dois mil homens,

sustentados e pagos do seu patrimônio e que estavam destacados na Freguesia de Nossa Senhora dos Campos, comarca de Sergipe e que a ofereceu só a fim de que fosse reconhecida a regência de sua Alteza Real, como felizmente se conseguiu, por estarem certos os bons patriotas que haviam nesta vila, que quando sofressem do governo de Sergipe qualquer insulto, tinham um corpo respeitável e a sua testa um brasileiro, como o referido capitão-mor e por ser verdade todo o expendido, que atesto debaixo da minha palavra de honra, lhe mandei passar esta por mim assinada e sinetada com selo das minhas Armas. Quartel de Estância, 30/12/1822 - Guilherme José Nabuco de Araújo (documento custodiado pelo IHGS).¹⁴⁸

Segundo Edna Matos, o Brigadeiro José Nabuco de Araújo que anteriormente era contrário a causa da independência, acabou mudando de ideia em razão do temor da instalação de uma guerra civil na província, rompendo com o propósito do presidente da província de Sergipe, Pedro Vieira de Melo de continuar dependente de Portugal, conforme explicou em carta:

Notícias certa diz [...] ordens de invasão, de sangue, de guerra civil que de certo há de causar grandes estragos [...] Nossa pátria, familiares, nossos muitos irmãos, a huma guerra civil? Só esta lembrança horrível é bastante apodenrada para nos justificar com as soberanas Cortes e el rei o Sr. Dom João VI [...] Nós somos ameaçados de uma invasão que de certo há de devassar este país a maior desgraça.¹⁴⁹

As notícias das aclamações em solo sergipano chegaram aos ouvidos do presidente da província de Sergipe, o Brigadeiro Pedro Vieira de Melo. Da capital, São Cristóvão, o presidente escreveu para João Dantas em 30 de setembro de 1822, motivado pela iminência de uma guerra civil na província. Pedro Vieira escreveu:

Nesta ocasião, a fim de evitar os horrores de uma guerra civil, enquanto nesta cidade não aclamamos, como de certo de comum acordo; amanhã o Primeiro de outubro solenemente, com a Câmara, Nobreza e Povo, pretendemos celebrar a gloriosa aclamação do Príncipe Regente Constitucional, Protetor e Defensor Perpétuo do Brasil, o Senhor Dom Pedro de Alcântara, determino ao capitão comandante da vila de Lagarto, desta Capitania, que no momento em que receber de Vossa Senhoria a feliz resposta, que em consequência desta minha participação devo esperar, faça regressar a esta cidade todas as tropas que ali estão de minha ordem, pois fico na convicção de que assim ficará cessado todos os procedimentos hostis e que as circunstâncias expostas não há mais que recear. Deus guarde Vossa Senhoria.

¹⁴⁸ ARAÚJO, Guilherme José Nabuco de. **Atestado sobre a adesão da vila de Estância à regência de sua Alteza Real**. Estância, 30 dez. 1822. Manuscrito. Custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

¹⁴⁹ ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do Solo que Habitamos: Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império do Brasileiro**. Sergipe (1750-1831). Cultura Acadêmica: São Paulo, 2012. p. 125. p. 128.

Quartel da cidade de Sergipe del Rei, 30/09/1822. (Documento custodiado pelo IHGS).¹⁵⁰

O presidente da província de Sergipe reconheceu os esforços empregados nas aclamações e, a fim de evitar um mal maior e o risco de serem presos ou mortos, decidiu voltar atrás, aliando-se ao exército pacificador. A carta acima pode ser interpretada como uma “rendição”, pois o objetivo final era evitar o derramamento de sangue diante da iminente chegada do exército pacificador à capital, São Cristóvão.

Pedro Vieira solicitou ainda que João Dantas comunicasse sua resposta ao comandante da vila de Lagarto, que estava com suas tropas sob seu comando, e que, caso concordasse, este último retornasse para São Cristóvão, o que seria visto como um gesto de paz.

A vila de Lagarto, para quem saía de Itapicuru, ficava um pouco antes da capital, São Cristóvão. Segundo Nunes¹⁵¹, os habitantes da região estavam amedrontados e muitos abandonavam as lavouras, receosos do derramamento de sangue. Caso a situação persistisse, a província amargaria a fome, que já era uma ameaça em virtude da tensão oriunda da guerra, que se espalhava do norte ao sul de Sergipe.

Com Sergipe já pacificada, Labatut tomou conhecimento, em 2 de outubro de 1822, do fim da resistência portuguesa na margem direita do rio São Francisco, que estava sob o controle do capitão-mor das ordenanças de Vila Nova (atual município de Neópolis), Bento de Melo Pereira.

Labatut ficou surpreso com o desmoronamento da resistência portuguesa do lado sergipano do rio — foi algo inesperado para o general francês. Isso explica por que ele conseguiu atravessar o rio São Francisco e adentrar no território sergipano sem disparar um tiro.¹⁵²

Segundo a historiadora Lina Aras, em 2 de outubro de 1822, a frente comandada por João Dantas, no sul, e a outra frente sob o comando de Labatut, no norte, se encontraram e foram declarando a adesão por Sergipe. Tal encontro era exatamente o que o presidente da província, Pedro Vieira de Melo, temia antes desse aderir à causa emancipadora.¹⁵³

¹⁵⁰ SERGIPE DEL REI. **Determinação ao capitão comandante da vila de Lagarto sobre a aclamação do Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara**. Sergipe, 30 set. 1822. Manuscrito. Custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

¹⁵¹ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 67.

¹⁵² Ibid. p. 67.

¹⁵³ ARAS, Lina Maria Brandão de. Uma guerra de todos: A independência do Brasil na Bahia. In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças (Org). **Capítulos de História da Bahia: Independência**. Salvador: Eduneb, 2017. p. 268.

De acordo com Thetis Nunes, as cartas de João Dantas para o Conselho Interino de Governo em Cachoeira, datadas de 15 e 26 de setembro e de 8 de outubro, escritas do território sergipano, relatam as minúcias dos fatos ocorridos sob o seu comando.¹⁵⁴

A autora conclui que, diante dos fatos relatados por João Dantas ao conselho interino e mediante a análise da súplica que esse enviou a Dom Pedro I, requerendo a nomeação como Dignatário da Ordem Imperial do Cruzeiro, a passagem de Labatut por Sergipe pode ter sido uma passeata, haja vista a pacificação da província ter ocorrido antes de sua chegada neste território.¹⁵⁵

Tal fato, segundo Nunes, corrobora uma carta enviada por João Dantas, em 6 de outubro de 1822, ao Conselho Interino de Governo, na qual o capitão-mor enfatiza a recém-independência conquistada: “como dizem que o general Labatut já atravessou o rio São Francisco, seria conveniente que oficiasse a este sobre a independência de Sergipe.”¹⁵⁶

Em carta de 22 de outubro de 1822, algumas semanas após as aclamações em Sergipe e seis dias antes de chegar a Pirajá, Labatut enaltece a atuação do capitão-mor João Dantas:

Ilustríssimo Senhor, louvo as distintas provas do mais puro patriotismo que Vossa Senhoria tem mostrado a favor de sua alteza real o Príncipe Regente e defensor perpétuo deste reino na ocasião em que a Província de Sergipe dividida em partidos revolucionários se opunha a aclamação de sua alteza real e a entrada das tropas do exército pacificador do meu comando, aliciando a seu partido não só as ordenanças do seu distrito como soldados de cavalaria miliciana de diversas partes das quais tem sido instrutor Joaquim Ribeiro da Cunha, ajudante do primeiro regimento de cavalaria da cidade de Sergipe que pela perseguição do ex-governador se achava emigrado no distrito de seu comando.¹⁵⁷

Outro documento, escrito por José Sotero de Menezes, capitão reformado do regimento de milícias da vila de São Cristóvão, em 20 de dezembro de 1822, confirma a aclamação liderada por João Dantas naquela localidade.

Nessa atestação, o capitão relata as perseguições realizadas pelo ex-presidente da província de Sergipe, Pedro Vieira de Melo, àqueles que apoiavam a causa emancipadora.

A atestação diz o seguinte:

Atesto debaixo de juramento do meu cargo como João Dantas dos Reis Portátil, da Vila de Itapicuru, da Comarca da Bahia, pelos seus relevantes serviços e providências ali prestadas a bem da nossa santa e justíssima causa foi o que fez

¹⁵⁴ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 67.

¹⁵⁵ Ibid. p. 67.

¹⁵⁶ Ibid. p. 69.

¹⁵⁷ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

aclamar nesta comarca, com a maior rapidez o nosso muito alto e Augusto Príncipe Regente o Senhor Dom Pedro de Alcântara, que pelos partidos que nesta comarca se moviam e terror do ex governador Pedro Vieira de Melo e do meu antecessor o bacharel Manuel Gomes Coelho, que serviam ao partido dos europeus portugueses, devassando e prendendo aos brasileiros que declaram suas vontades e desvanecer a todos mais habitantes até que apareceu o mesmo capitão mor João Dantas, com dois mil homens armados, que os fez destacar.¹⁵⁸

José Sotero de Menezes, na data em que escreveu o documento acima, ocupava o cargo de ouvidor geral e corregedor interino da província de Sergipe. O fato é que não havia muitas possibilidades para o governo de Pedro Vieira de Melo, que estava sem recursos financeiros para organizar uma resistência armada e, ao mesmo tempo, não podia receber reforços da Bahia, devido às estradas estarem ocupadas pelo exército pacificador.¹⁵⁹

O presidente da província, Pedro Vieira de Melo, acabou sendo destituído no mesmo dia em que ocorreu a aclamação em São Cristóvão, 1º de outubro de 1822. Uma junta governativa assumiu o comando da província, com a preocupação de fazer valer a carta régia de 8 de julho de 1820, onde Dom João VI assegurava a autonomia política a Sergipe.¹⁶⁰

O general Labatut acabou se envolvendo em questões internas na província de Sergipe e se posicionou contrário à autonomia sergipana. Sua boa relação com os senhores de terra, os quais incumbiu em diversos cargos militares, fez com que tomasse partido em questões que não lhe diziam respeito, como, por exemplo, depor a junta de governo provisória formada a partir da aclamação a Dom Pedro I em 1º de outubro de 1822.¹⁶¹

João Dantas, por sua vez, se posicionou favorável à autonomia sergipana, onde entendia que o melhor caminho para Sergipe era expulsar os portugueses da administração e manter a autonomia conferida por Dom João VI em 8 de julho de 1820.¹⁶²

A ingerência de Labatut em questões políticas internas em Sergipe ajudou a embasar o relatório feito pelo conselho interino de governo da Bahia e apresentado ao imperador Dom Pedro I: “Em Sergipe fez depor a Junta Provisória que tinha aclamado a Regência de Sua Majestade Imperial, então Príncipe, ingerindo-se no que não lhe pertencia, pois a ele só era permitido comandar o exército.”¹⁶³¹⁶⁴

¹⁵⁸ ITAPICURU. **Atestado sobre os serviços de João Dantas dos Reis Portátil na aclamação do Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara.** Itapicuru, [s.d.]. Manuscrito. Custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

¹⁵⁹ NUNES, Maria Tethis. **Sergipe Provincial I (1820-1840).** Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 69.

¹⁶⁰ Ibid. p. 71.

¹⁶¹ Ibid.

¹⁶² Ibid. p. 68.

¹⁶³ BRASIL. Relato sobre a deposição da Junta Provisória de Sergipe. [S.l.], [s.d.]. Manuscrito. Custodiado pelo Arquivo Nacional – Seção de Ministérios.

Após sua intensa e conflituosa participação em Sergipe, o general seguiu para a Bahia, aonde chegou em 28 de outubro de 1822, na feira do Capuame (atual Dias D'Ávila), onde seguiu para o quartel do Engenho Novo em Pirajá, tendo recebido o comando das tropas do coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (coronel Santinho).¹⁶⁵

As obras historiográficas que narram a chegada de Labatut a Bahia, geralmente não informam a sua passagem por Sergipe, como se Labatut tivesse passado direto de Alagoas para a Bahia, pulando o período de quase um mês em que o general permaneceu em Sergipe, antes de adentrar em Itapicuru, na divisa entre as províncias de Bahia e Sergipe e seguir posteriormente para o Engenho Novo em Pirajá.

Labatut, no decorrer da guerra, onde teve diversos problemas com os senhores de engenho do Recôncavo e com o conselho interino de governo, acabou sendo preso e levado para o Rio de Janeiro, onde foi submetido ao conselho de guerra, sendo posteriormente absolvido das acusações.¹⁶⁶

Segundo Edna Matos, a presença de Labatut em Sergipe foi fundamental para a submissão dos agentes locais, impondo um receio de uma guerra civil diante da fama do general mercenário que corria léguas afora. Esta tese destaca a importância do general em Sergipe com o peso do seu nome ecoando antes mesmo da sua chegada, muito embora Thetis Nunes relativize a atuação de Labatut nessa província, conforme explicado anteriormente.

É importante destacar, que, os dois mil homens que adentraram em Sergipe sob a liderança de João Dantas pode ter repercutido no fator psicológico dos proprietários de terra da região, que muito provavelmente se viram desorientados com uma movimentação dessa magnitude, partindo pelo sul de Sergipe. Outro fator importante a ser levado em consideração, reside no fato da costura política realizada por Dantas com os proprietários de terra sergipanos.

A historiadora sergipana Edna Matos, descrevendo o itinerário da integração de Sergipe a causa do Brasil, menciona um outro personagem importante, além dos já mencionados.¹⁶⁷ O capitão-mor Joaquim Martins Fontes, “abastado proprietário da vila de Lagarto, chegou ao quartel de Caritá em Jeremoabo, na Bahia, em 16 de setembro de 1822”,

¹⁶⁴ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000, p. 72.

¹⁶⁵ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Ed. Civilização Brasileira, 1977. p. 119.

¹⁶⁶ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I: (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000, p. 78.

¹⁶⁷ ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do Solo que Habitamos: Poder, Autonomia e Cultura Política na Construção do Império do Brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 125.

uma semana antes do processo de aclamação liderado por João Dantas em Sergipe. Martins Fontes era “considerado um dos mais ativos e ágeis atores daquele momento político”, tendo esse requisitado ao capitão das ordenanças desse termo para que os seus habitantes aclamassem e defendessem o príncipe regente.¹⁶⁸

Joaquim Martins Fontes, capitão-mor de Lagarto, era filho de João Martins Fontes que era capitão-mor de Estância e fundador da localidade de Riachão do Dantas, em Sergipe.¹⁶⁹

Existia um laço familiar que aproximou Joaquim Fontes da sua atuação em Jeremoabo. A irmã de Joaquim Fontes, Mariana Francisca da Silveira era casada com o capitão mor do julgado de Jeremoabo, Francisco Felix de Carvalho, proprietário da fazenda Caritá, transformada em quartel no período da guerra.¹⁷⁰

Essa junção de proprietários de terras do sertão da Bahia e Sergipe, unindo diversas lideranças, possibilitou João Dantas articular as aclamações que liderou em Sergipe, especialmente em Estância localidade onde João Martins Fontes possuía o engenho Barra e Lagarto onde o seu filho Joaquim exercia grande influência como capitão-mor e proprietário de terras.

Entre os anos de 1823 e 1828 o capitão mor de Jeremoabo, Francisco Felix de Carvalho veio a óbito, ocasião em que a viúva Mariana Francisca da Silveira, filha de João Martins Fontes, casou-se com o filho de João Dantas dos Imperiais Itapicuru, o seu homônimo João Dantas dos Reis, sendo pais de Cícero Dantas Martins Barão de Jeremoabo.¹⁷¹

As articulações realizadas por João Dantas envolvendo os proprietários de terra do sertão baiano e de Sergipe, contribuíram para a adesão das autoridades locais sergipanas, o que resultou, anos mais tarde, no enlace matrimonial entre a filha do capitão-mor de Estância João Martins Fontes e o filho de João Dantas dos Imperiais Itapicuru, como elucidado acima.

Por fim, com a província sergipana pacificada, esta passou a ajudar a abastecer o Recôncavo com produtos variados, diante dos grandes contingentes presentes nesta região, incluindo diversos soldados sergipanos e baianos de Itapicuru. Havia também um temor, por

¹⁶⁸ Ibid. p. 123.

¹⁶⁹ SANTOS, Bruna Morrana dos. Família e Poder na Comarca de Aracaju: A Trajetória dos Guerra Fontes (1855-1889), **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, nº 48, 2018. p. 2.

¹⁷⁰ CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. Cícero Dantas Martins - de Barão a Coronel, Trajetória Política de um Líder Conservador na Bahia 1838-1903. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2000. p. 49.

¹⁷¹ Ibid. p. 48.

parte do exército pacificador, de que tropas portuguesas a serviço das cortes de Lisboa desembarcassem no litoral de Sergipe, causando um novo imbróglio nessa província.¹⁷²

3 Benesses Imperiais: As atestações e comendas oriundas das aclamações em Sergipe e a tentativa de anexar Itapicuru

As aclamações lideradas por João Dantas nas vilas de Campos (atual Tobias Barreto), Santa Luzia, Estância e São Cristóvão, nesta ordem, repercutiram em todos os demais acontecimentos da guerra em Sergipe. Foi a partir dessa movimentação que o presidente da província, Pedro Vieira de Melo, acuado, recuou e deliberou aclamar Dom Pedro I em 1º de outubro de 1822.

E foi a partir dessa aclamação, do presidente da província de Sergipe, que Labatut, do outro lado do rio São Francisco, em Penedo, Alagoas, pôde adentrar no território sergipano sem disparar um tiro. Foi também a partir da aclamação realizada em São Cristóvão em 1º de outubro de 1822 que o distrito de Vila Nova (atual Neópolis) aderiu à causa emancipadora, possibilitando a entrada do exército comandado por Pierre Labatut.

Nesse sentido, as aclamações serviram de instrumento hábil para embasar a súplica de João Dantas ao imperador Dom Pedro I, solicitando a condecoração de oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul. Pois era necessário comprovar os méritos; não bastava suplicar: o suplicante precisava juntar a documentação, que, nesse caso, eram as atestações conferidas pelas autoridades locais das vilas onde ocorreram as aclamações.¹⁷³

A Ordem Imperial do Cruzeiro foi criada pelo decreto imperial de 1º de dezembro de 1822, com o objetivo de celebrar a aclamação e coroação de Dom Pedro I como imperador constitucional e defensor perpétuo do Brasil. No decreto consta que a ordem serviria para firmar, nesta monarquia, “a independência, representação política, e futura grandeza e prosperidade.”¹⁷⁴

“A Ordem constará:

1º de cavaleiros cujo número será ilimitado;

2º de duzentos oficiais efetivos e cento e vinte honorários;

¹⁷² Ibid. p. 81.

¹⁷³ AZEVEDO, Thales de. **Aspectos do 2 de Julho**. Salvador: Alba Cultural, 2024. p. 31.

¹⁷⁴ PINHEIRO, Artidório Augusto Xavier. **Ordem Honoríficas do Império do Brasil**. São Paulo: Typhografia a vapor de Jorge Seckler, 1884. p. 13.

3º de dignitários, dos quais serão 30 efetivos e 15 honorários;

4º de oito grã-cruzes efetivos e quatro honorários.”¹⁷⁵

João Dantas, após recolher as atestações das lideranças locais das vilas de Santa Luzia, Estância e São Cristóvão em Sergipe, onde aclamou Dom Pedro I, ingressou oficialmente com o requerimento através de uma súplica, na qual solicita a condecoração de oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro. Pelas datas das atestações de dezembro de 1822, podemos concluir que, logo após a criação dessa ordem imperial em 1º de dezembro de 1822, o capitão-mor de Itapicuru não perdeu tempo e suplicou ao imperador o seu desejo de ser oficial da referida ordem, cujo número máximo eram de até 200 oficiais.

Trecho da súplica do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru ao imperador Dom Pedro I, onde requer a comenda da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul:

Sabendo que a província de Sergipe se achava refratária de obediência devida a Vossa Majestade Imperial, cedendo, mais antes ao Partido Lusitano, que tiranicamente a conculcava; reuniu o mesmo suplicante um exército de dois mil homens e com ele se apresentou às portas da referida Província de Sergipe; surpreendeu algumas das avançadas inimigas e debelou outras, de maneira que, fazendo trepidar todo o arrojo da oposição facilitou que os bons brasileiros declarassem seus sentimentos aclamando a Vossa Majestade Imperial nos últimos dias de setembro e primeiros dias de outubro de 1822.¹⁷⁶

Diante da súplica supracitada, podemos concluir que João Dantas utilizou o perigo para justificar o seu pedido ao imperador. A empreitada em Sergipe, pode ser vista como uma aventura que caso não lograsse êxito, poderia terminar em sequelas físicas ou até mesmo em morte. Dessa forma, a súplica propriamente dita estava amparada em um motivo sério e de forte apelo patriótico, mas que ainda assim, não era o suficiente pois era necessário comprovar a veracidade dos fatos alegados.

Segundo Thales de Azevedo, muitos não conseguiam comprovar os méritos, por esta razão era necessário fundamentar o pedido através de documentos assinados “por boa gente”.¹⁷⁷ Daí a necessidade de João Dantas ter pedido as atestações às autoridades locais das vilas por onde passou.

As atestações conseguidas por João Dantas foram as seguintes:

- Atestação do capitão reformado do regimento de milícias de São Cristóvão — José Sotero de Menezes, datada de 20 de dezembro de 1822.

¹⁷⁵ Ibid.

¹⁷⁶ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

¹⁷⁷ AZEVEDO, Thales de. **Aspectos do 2 de Julho**. Salvador: Alba Cultural, 2024. p. 31.

- Atestação do capitão-mor de Santa Luzia — Davi de Oliveira Lima, datada de 28 de dezembro de 1822.
- Atestação do brigadeiro José Nabuco de Araújo, de Estância, datada de 30 de dezembro de 1822.

Os documentos acima estão todos custodiados pelo Arquivo do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, em Aracaju. (Fundo João Dantas Martins dos Reis).

Como podemos verificar, todas as atestações foram conferidas e assinadas ainda em dezembro de 1822, após a criação da Ordem do Cruzeiro em 1º de dezembro de 1822. Um processo iniciado muito rapidamente, levando em consideração que a guerra ainda não havia acabado na Bahia, que estava em franca ebulição — pois foi um mês e alguns dias após a Batalha de Pirajá, ocorrida em 8 de novembro de 1822.

A pressa do Império na criação da Ordem do Cruzeiro, aliada à correria de João Dantas na solicitação das atestações, denotam uma preocupação de ambas as partes: o Império em agradar aqueles que estavam lhe servindo, e os suplicantes em garantirem essa benesse imperial. Assim, o conceito de “patriotismo” pode ser relativizado em face das ambições pessoais do suplicante.

Ademais, a criação da Ordem do Cruzeiro em 1º de dezembro de 1822 evidencia uma tranquilidade do Império concentrado no Rio de Janeiro, onde não ocorreram batalhas, sobretudo sangrentas como na Bahia. Na capital, já se podia, em dezembro de 1822, pensar em tais benesses, que serviriam para aguçar as ambições daqueles que ainda lutavam na Bahia.

O historiador Braz do Amaral, conforme citado por Guerra Filho, já dizia que se “tirassem da independência a campanha ocorrida na Bahia, ela ficaria reduzida a um arranjo familiar e muito burguês.”¹⁷⁸

Para o suplicante conseguir a comenda do hábito de Cristo ou da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul, era necessário comprovar, por meio de documentação, que os serviços solicitados haviam sido concluídos e assinados “por boa gente”. A autoridade provincial investigava a identidade do suplicante e das suas testemunhas para, posteriormente, emitir parecer favorável.¹⁷⁹

¹⁷⁸ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O Povo e a Guerra: Participação das Camadas Populares nas Lutas pela Independência da Bahia (Dissertação) Programa de Pós Graduação em História Social da Universidade Federal da Bahia (UFBA) 2004. p. 30.

¹⁷⁹ AZEVEDO, Thales de. **Aspectos do 2 de Julho**. Salvador: Alba Cultural, 2024. p. 31.

Após o conflito com Portugal, o Brasil Império, no início do primeiro reinado de Dom Pedro I, testemunhou uma verdadeira enxurrada de comendas, especialmente as da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, que condecorou diversos nomes que lutaram na guerra.

A questão das condecorações era algo tão importante para o Império brasileiro que foi objeto do Art. 7º da Constituição Imperial de 1824, onde estava relacionada diretamente ao conceito de nacionalidade. Para o Império do Brasil, era necessário ter o controle dessas condecorações e proibir condecorações advindas de outros países sem o consentimento do imperador Dom Pedro I. “Art. 7º Perde os direitos de cidadão brasileiro: 2º) O que, sem licença do Imperador, aceitar emprego, pensão, ou condecoração de qualquer governo estrangeiro.”¹⁸⁰

O artigo acima era uma forma de controlar as relações políticas e sociais que os brasileiros tinham com outros governos estrangeiros, diante do receio de supostas invasões e ambições oriundas de outros países, como aconteceu no passado. Diante disso, qualquer condecoração advinda do exterior deveria antes passar pelo crivo do imperador brasileiro, sob pena de perda da nacionalidade.

Os filhos de João Dantas, que participaram ativamente das aclamações em Sergipe, também foram condecorados. Inácio Dantas dos Reis Leite (1793-1836), que era coronel do regimento de cavalaria de milícias e de caçadores em Itapicuru, e que, além de ter participado do movimento de adesão em Sergipe, liderou uma aclamação em Tucano, recebeu a comenda de cavaleiro da Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul.¹⁸¹

João Dantas dos Reis (1802-1872), que foi tenente-coronel do regimento de cavalaria de milícias de Itapicuru, e, igualmente ao seu irmão, foi agraciado por Dom Pedro I com a comenda de cavaleiro da Ordem Imperial do Cruzeiro do Sul, cavaleiro professo do hábito de Cristo e, posteriormente, pelos serviços prestados na Guerra do Paraguai, a comenda de comendador da Ordem da Rosa. João Dantas era pai de Cícero Dantas Martins (Barão de Jeremoabo).¹⁸²

A concessão de ordens e outras distinções no Império denota a tentativa de impor um certo grau de pessoalidade entre o imperador (concedente) e a pessoa que estava sendo agraciada. Um fato político com previsão legal na Constituição outorgada de 1824. Constan

¹⁸⁰ DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. **As Constituições do Brasil**. Imprensa Oficial do Estado. Salvador, 1937. p. 884.

¹⁸¹ DANTAS, Mauricio Tourinho. **Descendência do Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Salvador: Ed. Étera, 2000. p. 15.

¹⁸² *Ibid.* p. 18.

dentre as atribuições do imperador do Brasil: “Art. 102, inciso 11) Conceder títulos, honras, ordens militares e distinções em recompensa de serviços feitos ao Estado...”¹⁸³

Destarte, ao conceder estas honrarias, o imperador criava um “vínculo” afetivo com os que as recebiam; era a política sendo feita através dessas benesses imperiais, que eram concedidas sobretudo para assegurar o prestígio e a liderança do imperador nas mais distantes localidades, onde este não poderia ir, como foi o caso de Itapicuru.

Se, por um lado, o imperador estava solidificando apoio nas mais distantes freguesias, de modo a consolidar o seu prestígio onde a sua presença física não se faria presente, por outro lado, os detentores dessas honrarias passavam a expor com orgulho essas benesses imperiais. No quadro abaixo de João Dantas dos Reis (1802-1872), que lutou na guerra e era filho do capitão-mor João Dantas, podemos observar as comendas expostas com orgulho no peito do comendador.

Ao centro, pendurado no pescoço, a comenda de cavaleiro professo do hábito de Cristo recebida em 1824 pelos serviços prestados durante a campanha pela independência do Brasil em Sergipe e na Bahia e do lado direito, na lapela do paletó, a comenda da ordem da rosa pelos serviços prestados na guerra do Paraguai entre 1864 e 1870. A comenda da ordem do cruzeiro do capitão-mor João Dantas encontra-se atualmente exposta no Museu Imperial de Petrópolis, no estado do Rio de Janeiro.

Figura 5 - Quadro em tinta a óleo do comendador João Dantas dos Reis



Fonte: Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo em Itapicuru/Bahia.¹⁸⁴

¹⁸³ DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. **As Constituições do Brasil**. Imprensa Oficial do Estado. Salvador, 1937. p. 896.

Segundo o historiador Peter Burke, a imagem após submetida a devida crítica das fontes, dentro de um processo rigoroso que envolve a ciência, é tão confiável quanto os documentos escritos. A imagem, embora muitas vezes cercada de armadilhas, pode ser considerada como fonte histórica, como é o caso do quadro acima, que demonstra as comendas imperiais e o orgulho do comendador ao posar com tais objetos.¹⁸⁵

E foi dessa forma que o Império foi se articulando e formando um verdadeiro séquito de comendadores no início do primeiro reinado. Alimentando o anseio daqueles que lutaram na guerra e preenchendo com comendas imperiais a ausência física nas vilas mais longínquas. Dessa forma, a classe dominante se fortalecia no Império segregador e elitista que aprofundava os problemas sociais existentes no Brasil Colônia.

Assim, não houve uma preocupação por parte do Império em resolver as chagas vividas no Brasil Colônia, mas de manter a todo custo o poder nas mãos da dinastia Bragança de Portugal. A escravidão, os maus-tratos e a falta de atenção aos menos favorecidos não foram objeto de inquietação do imperador. A preocupação era manter o apoio dessa elite colonial, que apoiara o seu projeto de Estado nacional sustentado na escravidão e desigualdades.

A elite, por sua vez, ia se satisfazendo com essas benesses imperiais que simbolizavam a gratidão do Império para com aqueles que lutaram na guerra. E o Império, por sua vez, se dava por satisfeito em garantir o apoio daqueles que lutaram em causa própria para manter os seus privilégios vividos no Brasil Colônia.

A campanha do itapicuruense João Dantas em solo sergipano fez com que a província vizinha quisesse, em 1827, estender os seus limites até o rio Itapicuru, onde a divisa deixaria de ser a vila de Campos (atual Tobias Barreto) para ser a vila de Itapicuru, na Bahia, onde o rio cortava o distrito.

A Câmara de Vereadores de Itapicuru respondeu de forma enfática, aproveitando a ocasião para relatar que Sergipe só se tornou independente graças à atuação dos itapicuruenses.

Trecho do ofício de 1º de abril de 1827, enviado pela Câmara de Vereadores de Itapicuru ao imperador Dom Pedro I:

¹⁸⁴ Disponível em: <https://museubaraodejeremoabo.com.br/biblioteca-historico.php>. Acesso em: 31 Jul. 2025.

¹⁸⁵ MADRID, Ana Cristina. O Olha de Peter Burke para a Cultura Material através das Imagens. **Revista Ara**, nº 09, V. nº 09, Grupo Museu, Patrimônio, FAU USP, 2020. p. 118.

Seriam os habitantes deste Distrito os mais desgraçados do Império de Vossa Magestade se vissem sujeitos a uma Província que para anuírem à Santa Causa da Independência do Império foi necessário serem obrigados por temor da força que deste Distrito apresentou o Capitão-mor das Ordenanças dele João Dantas dos Imperiais Itapicuru e o Coronel Inácio Dantas dos Reis Leite.¹⁸⁶¹⁸⁷

Os itapicuruenses, conforme trecho do ofício acima, consideravam um absurdo a província de Sergipe almejar anexar esta vila que tanto contribuiu para a expulsão dos portugueses naquela circunscrição. O documento supracitado demonstra que os itapicuruenses detinham noção dos acontecimentos oriundos do processo de aclamação em Sergipe e do nexos de causalidade que envolvia Itapicuru e a independência sergipana.

Da forma como o ofício foi escrito, podemos perceber como a Câmara de Vereadores de Itapicuru, de forma enfática, relaciona a independência de Sergipe à atuação desta vila, considerando um ultraje a proposta de anexação por parte dessa província. Em outras palavras, é como se Sergipe estivesse agradecendo com um insulto, na visão dos itapicuruenses.

Evidenciando o nexos causal entre a independência de Sergipe e a atuação de Itapicuru nesta província, a Câmara de Vereadores coloca o imperador Dom Pedro I a par do processo histórico ocorrido cinco anos antes, em 1822, com a pacificação ocorrida nesta província. Se, por um lado, Sergipe reconheceu a atuação de Itapicuru no seu processo de independência, a ponto de, cinco anos depois, tentar anexar essa vila que tanto contribuiu no processo de ruptura com Portugal, o mesmo não se pode dizer da recepção da proposta pelos itapicuruenses.

O ofício constrange o imperador Dom Pedro I, alertando que, no caso de uma anexação, a vila de Itapicuru receberia tal fato político como um grave ultraje feito a este distrito. O nexos causal demonstrado no ofício, ao que parece, surtiu efeito e pode ter contribuído para que a anexação não fosse consolidada.

É inequívoca a importância da vila de Itapicuru no processo de ruptura de Sergipe com Portugal. A atuação do capitão-mor João Dantas e seus seguidores foi decisiva na integração daquela província à causa emancipadora de Dom Pedro I e ao seu projeto de Estado nacional. “Geralmente, os que escrevem sobre a participação de Sergipe no processo de independência

¹⁸⁶ ITAPICURU. **Relato sobre a resistência à causa da Independência e atuação de João Dantas dos Imperiais e Inácio Dantas dos Reis Leite.** [S.l.], [s.d.]. Manuscrito. Custodiado pela Biblioteca Nacional (BN).

¹⁸⁷ NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial I (1820-1840).** Rio de Janeiro: Ed. Tempo brasileiro, 2000. p. 68.

nacional não se referem à atuação de João Dantas, conferindo a exclusividade da adesão sergipana ao general Labatut. Sua ação, porém, precedeu a do general francês.”¹⁸⁸

Em 19 de janeiro de 1825, João Dantas, mediante ofício do imperador Dom Pedro I, foi confirmado no posto de capitão-mor das ordenanças de Itapicuru, fato que confirma o seu prestígio local nesta circunscrição. Até a sua morte, em 1832, conseguiu manter-se em evidência graças, sobretudo, à exitosa campanha emancipadora.

Dessa forma, com base na reflexão acima da historiadora sergipana Maria Thetis Nunes, é necessário compreendermos o processo de ruptura de Sergipe com Portugal a partir também da atuação da vila de Itapicuru, na pessoa do seu capitão-mor e dos itapicuruenses envolvidos.

¹⁸⁸ Ibid. p. 66.

CAPÍTULO III

A atuação de João Dantas em Cachoeira e nos campos de Pirajá

1 A posse de João Dantas como membro do Conselho Interino do Governo da província da Bahia

A atuação de João Dantas em Sergipe lhe rendeu bons créditos junto às principais lideranças da guerra. Dantas não só cumpriu as solicitações advindas do Conselho Interino, como se mostrou uma pessoa de confiança para os senhores do Recôncavo. O sertanejo de Itapicuru provou que podia dar a sua contribuição no processo de ruptura com Portugal, o que fez com que este ganhasse notoriedade na trama independentista.

A guerra estava começando e não havia previsão de término. Na visão do Conselho Interino, era importante manter aliados de peso, como João Dantas, que liderou um processo de aclamação à frente de 2000 (dois mil homens) em Sergipe. Além do que, contou muito a experiência de João Dantas no conflito armado nessa província, desde o quartel do Engenho Santo Antônio do Camuciata até o processo de aclamação que mudou os rumos da guerra na província sergipana.

Dessa forma, de acordo com o termo de posse datado de 05 de novembro de 1822, João Dantas foi eleito deputado pela vila de Itapicuru (localizada de acordo com os limites atuais a cerca de 206 km de Cachoeira) para representar essa localidade no Conselho Interino de Governo. Tal fato foi bem recebido pelo Conselho, que fazia planos para a atuação de Dantas na guerra, dessa vez, com foco diretamente na Bahia.

O fato de Dantas ter tomado posse no referido conselho em 05 de novembro de 1822, três dias antes da épica batalha de Pirajá, é um indicativo de uma estratégia política dos senhores do Recôncavo. Para João Dantas, fazer parte do conselho era o início de uma ascensão social, prestígio político e reconhecimento; já, para o conselho, era o pedido de mais empenho e engajamento militar nas batalhas que estariam por vir.

Dessa forma, ambos estariam ganhando: João Dantas, escrevendo o seu nome na história ao fazer parte do conselho interino de governo, e este último, trazendo um aliado de peso da região de Itapicuru para mais próximo do centro da guerra. Ou seja, três dias após a posse em Cachoeira, Dantas teria que provar novamente a sua lealdade e coragem nos campos de batalhas em Pirajá.

Segundo Tavares, foi criada no dia 25 de junho de 1822, em Cachoeira, uma junta conciliatória e de defesa, com a atribuição de governo civil e militar. Posteriormente, a junta fora substituída em 06 de julho de 1822 pela comissão administrativa de caixa militar, “que passava a arrecadar e fiscalizar os fundos destinados às despesas da província e de munições de boca e de guerra necessários para o prosseguimento da campanha.”¹⁸⁹

Posteriormente, em uma reunião no dia 20 de agosto de 1822, com as principais lideranças do movimento independentista, surgiu a necessidade de um governo geral para toda a província, que expandisse os seus limites para além do Recôncavo, de modo a abranger outras vilas mais distantes, como era o caso de Itapicuru e Inhambupe, na região Agreste. A intenção era formar um governo único para as localidades do interior da província, que não estavam ocupadas pelas tropas portuguesas e já haviam demonstrado apoio ao imperador Dom Pedro I.

O perfil dos eleitos para o Conselho Interino possuía um padrão. “Destaco que esse conselho superior interino de governo, como o denominaram nas suas origens, seria composto por deputados eleitos pelas câmaras e pelos homens bons (proprietários de terras, engenhos, plantações de cana e fumo, currais de gado e escravos, etc.) das vilas coligadas, na razão de um deputado para cada uma das vilas.”¹⁹⁰

Termo de Posse de João Dantas no Conselho Interino de Governo da Bahia, datado de 05 de novembro de 1822:

Aos 05 (cinco) dias do mês de novembro do ano do nascimento de nosso senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e vinte e dois, nesta vila de Cachoeira, no salão do Hospital de São João de Deus, destinado para as sessões do Conselho Interino de Governo desta província, sendo presentes o Sr. Presidente comigo, secretário e mais deputados abaixo assinados, compareceu o Sr. Capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil e declararam ter sido nomeado deputado pela vila de Itapicuru de Cima, ao Conselho Interino e apresentou ao senhor Presidente a cópia da ata da eleição e procuração, que por aquela vila lhe fora dada pelo órgão de sua respectiva câmara e coligando-se dela que fora nomeado na forma de adotado pelas vilas coligadas, ou que primeiro aclamaram a regência constitucional de sua Alteza Real o Defensor Perpétuo da Independência Política do Brasil. Foi dito senhor deputado julgado na posse e livre exercício das atribuições de Procurador, para as exercer na forma que lhe é prescrita em a sua dita Procuração; e logo se lhe deu assento no Conselho Interino de Governo. Do que para constar se mandou lavrar o presente termo, assinando o, o senhor Presidente comigo Secretário e mais membros deste Conselho. Eu e Miguel Calmon du Pin e Almeida, Secretário a fiz e assinei. Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque - Presidente - Miguel Calmon du Pin e Almeida - Secretário - Manoel da Silva Souza Coimbra - Manoel Gonçalves Maia Bittencourt -

¹⁸⁹ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005. p. 118.

¹⁹⁰ Ibid. p. 123.

Manoel José de Freitas - José de Mello Varjão - Manoel do Santos Silva - João Dantas dos Reis Portátil.¹⁹¹

Sendo assim, cabia aos membros da câmara e aos denominados homens bons elegerem os seus representantes. Nesse sentido, eleger um proprietário de engenhos e de escravos, como era o caso de João Dantas, era um indicativo de que tal eleição poderia proporcionar ao conselho doações variadas e efetivos militares, o que de fato aconteceu.

O conselho fora instalado em 06 de setembro de 1822 no salão do hospital São João de Deus, em Cachoeira, um dia antes do famoso 07 de setembro de 1822 (data comemorativa da independência nacional), o que denota uma grande articulação na província baiana, que, no mesmo mês, providenciou a expulsão dos portugueses da província sergipana, demonstrando estratégia e força militar.¹⁹²

De acordo com Tavares, “não existia em nenhuma outra província um governo semelhante ao conselho interino de governo da Bahia. Um governo formado por proprietários de terras, engenhos e escravos.”¹⁹³ Desta maneira, comandavam o conselho interino:

Francisco Elesbão Pires de Carvalho e Albuquerque (futuro Barão de Jaguaripe) - aclamado presidente.

Francisco Gomes Brandão Montezuma (futuro Visconde de Jequitinhonha) - secretário.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida (futuro Marquês de Abrantes) - secretário.¹⁹⁴

Segundo Guerra Filho, “muitas pessoas renegaram sobrenomes de família que pudessem ligá-los a um passado português, trocando-os por outros de cunho nativista-brasileiro, ou mesmo incorporando mais um nome ao de sua família, como fez o frei Bastos.”¹⁹⁵ O exemplo mais conhecido foi o de Francisco Gê Acayaba Montezuma, que alterou o seu nome civil para Francisco Gomes Brandão, eleito pela vila de Nossa Senhora do Porto de Cachoeira, que era a principal vila do interior da Bahia e sede do conselho interino de governo.

¹⁹¹ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

¹⁹² TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005. p. 123.

¹⁹³ Ibid.

¹⁹⁴ Ibid. p. 125.

¹⁹⁵ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. Patriotismo na Guerra da Bahia: Tensões e reconfigurações na ordem paternalista (1822-1823). Orgs. ANDRADE LEAL, Maria das Graças de; SOUZA, Avanete Pereira. **Capítulos de história da Bahia: Independência**. EDUNEB: Salvador, 2017. p. 291.

O historiador sinaliza que mais dois membros do Conselho Interino alteraram os seus nomes, foram eles: João Dantas dos Imperiais Itapicuru e o padre Manoel Dendê Bus, que representavam, respectivamente, as vilas de Itapicuru e Água Fria.¹⁹⁶

No tocante a João Dantas, que era neto do português Manoel Alves Martins, pai de sua mãe Maria Francisca de Souza, houve um acréscimo no sobrenome, passando a se chamar João Dantas dos Imperiais Itapicuru, demonstrando, através do sobrenome, lealdade e fidelidade ao imperador Dom Pedro I e, ao mesmo tempo, não abrindo margem para suspeitas de uma possível proximidade com o seu passado português.¹⁹⁷

João Dantas era também neto de outro português, o sesmeiro Baltazar dos Reis Porto, que adquiriu, em 1754, as terras onde está situado o engenho Santo Antônio do Camuciá, em Itapicuru, e que veio a ser o quartel de Santo Antônio durante o período da guerra pela independência. Sendo assim, a estratégia de alterar o sobrenome fazia todo o sentido, visto que, enquanto líderes e representantes em suas respectivas localidades, o exemplo teria que vir de cima, exaltando um patriotismo que encobriria possíveis suspeitas de laços com a metrópole portuguesa. “A mudança de nome pode ter sido apenas uma operação de retórica, ou mesmo uma manobra para se livrar da desconfiança patriótica popular.”¹⁹⁸

De acordo com Guerra Filho, a alteração de nome pode ter sido uma estratégia utilizada por esses senhores com a intenção de evitar possíveis desconfianças relacionadas a um passado português. O entendimento do autor é distinto do de Maria Thétis Nunes que entendia a mudança de nome apenas como uma onda nativista que crescia no Brasil colônia durante o período da guerra pela independência.

Existia, por parte do conselho interino, uma preocupação com arroubos de nacionalidade popular, o que levou o conselho a elaborar uma “educação patriótica” para a nação. As camadas populares precisavam sentir o mesmo “patriotismo” que a elite estava “comungando.” Não havia como convencer os mais humildes a participarem da guerra, se não houvesse sinais de que aquela guerra também era deles, mas sem exageros, para que a independência saísse como planejada, ou seja, conservadora.¹⁹⁹

¹⁹⁶ Ibid.

¹⁹⁷ DANTAS, Mauricio Tourinho. **Descendência do Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru.** Salvador: Étera, 2000. p. 13.

¹⁹⁸ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **Patriotismo na Guerra da Bahia: Tensões e reconfigurações na ordem paternalista (1822-1823).** Orgs. ANDRADE LEAL, Maria das Graças de; SOUZA, Avanete Pereira. **Capítulos de história da Bahia: Independência.** EDUNEB: Salvador, 2017. p. 292.

¹⁹⁹ Ibid. p. 306.

Desta forma, João Dantas fez algumas doações com a intenção de demonstrar o seu “patriotismo,” para o conselho interino e para aqueles que estava tentando convencer a lutar.

Foi entregue ao Comissário Geral do Exército trinta e uma cabeças de gado, que o ilustríssimo senhor capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru ofereceu gratuitamente para o exército imperial e pacificador, conforme diz o seu ofício datado de vinte e dois do corrente. Fazenda Carmo, vinte e oito de maio de 1823, Pedro Ferreira Bandeira, Comissário em Chefe.²⁰⁰

O general Labatut agradeceu outra doação de João Dantas, dessa vez, de papel e de um ângulo com estrela, em carta datada de 13 de dezembro de 1822, escrita do Engenho Novo, em Pirajá. As doações possivelmente configuravam um elemento de “comprovação patriótica.”²⁰¹ Era uma forma de impressionar civis no engajamento militar. João Dantas doava, assim como diversos outros senhores de engenho, porque sabia que aquela doação teria uma repercussão social entre os participantes do conflito e aqueles que almejava recrutar. Funcionava como uma forma de persuadir e instigar o apoio à causa, que era a causa certa e que seria o melhor para todos, evidenciando de que lado as autoridades locais estavam.

Pode parecer uma estratégia inofensiva e sem efeito, mas, em pequenas vilas distantes do centro do conflito, atitudes como essas corriam rápido aos quatro cantos da localidade, causando o efeito desejado de impressionar os moradores e contagiá-los com um sentimento patriótico que o conselho interino desejava.

As doações também constituíam uma forma de demonstrar “preocupação” para com os que estavam nas frentes de batalhas, como em Pirajá, muitas vezes passando fome, sede e todas as privações que uma guerra pode gerar. Constituíam um elemento consolador para aqueles que ouviam falar das privações que os soldados passavam na guerra, fato muito comum na realidade da guerra pela independência do Brasil na Bahia. Sobre a alimentação em Pirajá, Anna Ribeiro destacou:

Lembro de um episódio relatado por meu avô sobre a falta absoluta do sal em Pirajá. A carne, dizia Pedro Ribeiro, era impossível de comer: parecia temperada com açúcar. Alguém revelou que o senhor da torre vendia sal por alto preço. O santinho dirigiu-se à casa do irmão levando animais de carga e os competentes condutores”.
- Sei que você tem sal e quero para a nossa gente de Pirajá.
- E a como paga? Perguntou o senhor da torre.

²⁰⁰ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

²⁰¹ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

- Pagar lhe sal para o nosso exército! Exclamou o irmão, erguendo-se indignado. Você parece que enlouqueceu ou não me conhece! Mande já encher todas as mulas e não me faça mais observações.²⁰²

O senhor da torre que Anna Ribeiro descreve, muito provavelmente, trata-se de Antônio Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (futuro barão da Torre e primeiro nobre do Império), que instalou em seu castelo uma base de operações com a finalidade de acolher soldados que haviam rompido com Madeira de Melo e no desembarque de tropas pelo litoral.

O fato acima mencionado denota a indiferença por trás do “patriotismo” difundido pela elite durante a guerra. “Indica também possíveis diferenças locais e políticas no conselho interino.” Se entre os irmãos da emblemática casa da torre havia divergências, muito pior seria naqueles que ainda não haviam embebido da “causa emancipadora.”²⁰³

Daí a necessidade de João Dantas demonstrar aos seus conterrâneos que as autoridades locais estavam preocupadas com os seus soldados, enviando gado e outros alimentos para sanar a fome dos que haviam deixado tudo para trás, rumo às frentes de batalhas em Pirajá. Uma coisa era convencer alguém do Recôncavo a ir lutar em uma vila próxima, outra coisa era convencer um civil da região de Itapicuru a ir lutar em Pirajá ou em Cachoeira; eram necessários argumentos e garantias, pois as privações já eram conhecidas e alardeadas pela província.

Enquanto o general Labatut não chegava à Bahia, o comando do exército libertador era exercido pelo conselho interino na pessoa de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o (coronel Santinho). O conselho já detinha a informação de que Labatut já se encontrava em Maceió, a caminho da Bahia, o que de fato aconteceu, logo após a passagem por Sergipe, onde comandou, junto com João Dantas, a pacificação desta localidade.²⁰⁴

A partir do momento da chegada de Labatut na divisa com Sergipe e, posteriormente, à Bahia, João Dantas, que já vinha se comunicando, através de cartas, com as principais autoridades da guerra e do Conselho Interino, como o coronel Santinho e Bento Lopes, passou a se comunicar com o general Labatut. As cobranças direcionadas a Dantas aumentavam na proporção em que os conflitos se aproximavam.

Inicialmente, em Sergipe, onde o Conselho Interino, através dos ofícios datados de 17 e 18 de setembro de 1822, requisitava que João Dantas liderasse o processo de aclamação nesta

²⁰² BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 108.

²⁰³ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005. p. 123.

²⁰⁴ Ibid.

localidade e expulsasse os portugueses das vilas sergipanas. Antes mesmo de João Dantas tomar posse no referido conselho, o mesmo já havia cumprido as suas determinações na província sergipana.

Primeiramente, o conselho incumbia João Dantas de conter o avanço lusitano e o antibrasileirismo em Sergipe, devendo levar a paz até esta localidade. A tarefa de Dantas não era das mais fáceis; era uma aventura, que podia não dar certo, o que poderia acabar ceifando a sua própria vida ou a de um de seus familiares envolvidos, ou até mesmo trazendo sequelas, como foi o caso do major Pedro Ribeiro, que ficou cego.

A atuação de João Dantas em solo sergipano fez com que o antibrasileirismo fosse substituído por outro evento, o antilusitanismo em Sergipe, que era um “fenômeno importante para se compreender as dinâmicas sociais e políticas do Brasil após a ruptura política com a Coroa portuguesa. As manifestações de aversão aos portugueses natos, expressas através de ideias, ações políticas e práticas cotidianas, se fizeram presentes em diversas províncias do Império.”²⁰⁵

No ofício do dia 17 de setembro de 1822, o Conselho Interino escreve “...e, portanto, a Vossa Senhoria cumpre providenciar para que a parte do antibrasileirismo se não estenda até aí e até os povos de Sergipe, os leve ao estado de liberdade e sossego que já gozamos.”²⁰⁶ No entanto, essa liberdade descrita no ofício supracitado não havia chegado ainda à Bahia, muito pelo contrário.

Ao que parece, a referida liberdade mencionada fazia parte de uma retórica produzida em São Paulo, quando às margens do riacho Ipiranga, o imperador Dom Pedro I declarou a “independência” do Brasil. No entanto, essa sensação de independência ficou muito restrita àquela parte do território brasileiro, entre as províncias de São Paulo e do Rio de Janeiro, capital do império.

Os fatos produzidos na região sul, hoje Sudeste, possuíam a capacidade de causar grandes entusiasmos na Bahia, mesmo que a realidade aqui fosse outra. Foi assim quando Dom Pedro I criou a comenda da Ordem Imperial do Cruzeiro, que instigou diversos brasileiros a se empenharem e lutarem com ainda mais afinco, a fim de conseguirem essa benesse imperial do imperador português.

²⁰⁵ FRUTUOSO, Moisés Amado. Murmurando o Sagrado Nome da Pátria. Juizes de Paz, Elites e Antilusitanismos em Rio de Contas (1822-1832) Tese de doutorado em História do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. p. 67.

²⁰⁶ Sessão de manuscritos - APEB.

Destarte, essa pseudo liberdade e sossego descrito pelo conselho interino, que não refletia a realidade factual da Bahia, pode explicar uma onda ufanista que perdurou durante muito tempo na historiografia baiana sobre a independência.

Segundo Guerra Filho:

Diferente de Braz do Amaral, Tavares não se propõe a fazer uma narração factual. Caminha na direção de compreender o sentido da Guerra da Bahia para a independência do Brasil. Critica e propõe a superação de uma visão que chamou de “ufanismo baiano” que pretendia ver na guerra da independência na Bahia um feito épico, heroico e único.²⁰⁷

Sérgio Guerra Filho, acentua que o historiador Luiz Henrique Dias Tavares contribuiu com uma análise importante ao investigar as tensões existentes nos grupos sociais envolvidos por trás dos fatos políticos. Ou seja, o que ocorria nas entrelinhas e bastidores do conflito, que influenciava o curso dos acontecimentos, ditando os rumos da guerra.

Esta pesquisa, ao elucidar as disputas internas pela liderança do conflito em Itapicuru, a guerra de narrativas entre João Dantas e Pedro Ribeiro e a busca pelo protagonismo, evidencia como as relações de poder e os jogos de interesses moveram as ações da guerra a partir das vilas do interior da província, que tiveram grande importância, no caso de João Dantas dos Imperiais Itapicuru, com atuação em duas províncias, Sergipe e Bahia.

Por trás de todo o ufanismo e patriotismo impregnados nas almas dos baianos, ocorreram diversas disputas internas, que foram apagadas pelo ufanismo exacerbado, levando a uma suposta realidade de ausência de tensões nos grupos sociais envolvidos, como no caso de Itapicuru, entre Dantas e Ribeiro.

Neste sentido, as memórias de Anna Ribeiro de Goes Bittencourt ecoam, resgatando esses conflitos internos que existiram antes e durante a guerra, evidenciando que houve disputas locais, questões familiares, sequelas, interesses e vaidades por trás das ações dos envolvidos. O ufanismo exagerado apagou muitas dessas questões viscerais que não apareceram, por exemplo, nos poemas épicos de Ladislau Titara, que romantizou os protagonistas da guerra, transformando-os em verdadeiros heróis e ignorando todos os pormenores existentes.

²⁰⁷ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência da Bahia. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. p. 32.

Ainda no que concerne ao ofício de 17 de setembro de 1822, o conselho interino informa a João Dantas.

Era porém das intenções do conselho satisfazer as justas requisições feitas por Vossa Senhoria no supramencionado seu ofício para mais dar uma prova do muito que se interessa em prover a segurança interna e externa de toda a província. Porém não envia a Vossa Senhoria as armas e o mais que pede, porque já é certa e verificada a chegada do Senhor General Labatut nomeado por sua Alteza Real comandante das tropas desta Província, o qual saltando em Maceió e vindo por Sergipe, não só reduzirá a ordem essa cidade, mas até subministrará as armas que afirma Vossa Senhoria lhe são de mister, mas entretanto o Conselho não se dispensa de tomar esse negócio em toda a consideração e fica para tomar deliberação final.²⁰⁸

O trecho do ofício supracitado, traz mais uma informação relevante ao evidenciar que João Dantas não teve acesso às armas que havia solicitado ao Conselho Interino. Ou seja, Dantas adentrou em Sergipe sem as armas que havia pleiteado, ficando à mercê do general Labatut e dependendo do sucesso do general em atravessar a divisa entre Alagoas e Sergipe, como demonstrado no capítulo II.

Ao analisarmos o ofício acima, podemos verificar que o conselho estava confiante na resolução do conflito em Sergipe, sob a liderança do general Labatut. O conselho, ao informar que não mandaria as armas, justificando a chegada de Labatut em Alagoas e, posteriormente, a Sergipe, deixava João Dantas em uma situação difícil, pois o mesmo conselho que solicitava a Dantas que assumisse a liderança da aclamação em Sergipe não o subsidiou com as armas necessárias.

Dessa forma, o Conselho Interino fez com que a atuação de Dantas em Sergipe fosse ainda mais emocionante e perigosa, quase uma aventura. As vilas do norte, como era o caso de Itapicuru, eram muito cobradas, sobretudo no seu papel decisivo na pessoa de João Dantas à frente das tropas em Sergipe, mas não havia tantos subsídios proporcionais para a ofensiva que se pleiteava.

Era como se o Conselho Interino estivesse apostando todas as fichas na chegada de Labatut e minimizando a atuação de João Dantas, quando, na verdade, as frentes militares comandadas por Dantas pelo sul sergipano, pacificando o território e intimidando o presidente da província, Pedro Vieira de Melo, tiveram um papel decisivo que possibilitou a entrada de Labatut pelo norte, entre a vila de Penedo, em Alagoas, onde o general se encontrava, e a Vila Nova, do lado sergipano.

²⁰⁸ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

Isso reflete o que foi o conselho interino do governo da Bahia, cuja intenção foi a de um governo para toda a província, mas que, na prática, funcionava como um governo eminentemente do Recôncavo, atendendo e priorizando as vilas desta região. Visto que a resposta dada a João Dantas, uma semana antes do processo de aclamação em Sergipe, demonstrava uma estratégia arriscada, pois, se João Dantas não conseguisse pacificar antes o território sergipano, talvez Labatut não conseguisse adentrar em Sergipe, e o resultado do confronto militar na província sergipana poderia ter sido diferente.

Das dezessete vilas mencionadas por Luiz Henrique Dias Tavares que tiveram representantes no Conselho Interino, ao menos 10 eram da região do Recôncavo, ou mais próximas a Cachoeira. As mais distantes eram Caetitê, Rio de Contas, Jacobina, Inhambupe, Itapicuru, Água Fria e Santarém (vila indígena próxima a Ilhéus).

As vilas mais distantes sofriam com a falta de aparato militar necessário para uma guerra. No caso de Itapicuru, a situação foi ainda pior, pois o capitão-mor dessa localidade foi incumbido de expulsar os portugueses de Sergipe, uma outra província. Algumas vilas, já em situação precária, ainda tinham que ajudar outras, enviando munições ou providenciando a logística para que a munição chegasse até certa localidade.

Em carta de setembro de 1822, João Dantas escreveu para Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o coronel Santinho, e informou o seguinte.

Ontem ao meio dia, aqui chegou o Capitão-Mor de Mirandela, a quem mandei o necessário para seguirem à presença de V.S, o que é portador desta e sobre o ajudante já lhe escrevi e por isso não digo mais nada a esse respeito; só certificar lhe que este distrito se acha sem armas e eu disposto a gastar até o último réis a fim de ficarmos bem.²⁰⁹

Mirandela era um povoado indígena, hoje pertencente ao município de Banzaê, onde ainda existe uma reserva indígena dos Kiriris. Em outro trecho da carta, João Dantas descreve “A carta que V.S. mandou para o capitão-mor de Água Azeda não a posso remeter, por se acharem as estradas destacadas (sic) e serem presos os que levam as cartas.”²¹⁰

A logística de guerra não favorecia sequer a entrega de cartas, no tocante às armas, era ainda mais difícil. Em ofício de 12 de outubro de 1822, enviado por João Francisco de Souza,

²⁰⁹ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

²¹⁰ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

da vila de Santarém, o mesmo informa ao conselho interino sobre a desguarnição da vila, em face das tropas terem sido deslocadas para Camamu.²¹¹

As vilas mais distantes do Recôncavo ficaram mais expostas à falta de munição, treinamento adequado e conserto de armas, por essa razão João Dantas transformou o seu engenho, Camuciatá, em um quartel-general, treinando civis para o exército libertador e contando com a presença de um ferreiro para o conserto de armas, conforme carta enviada por Bento Lopes a João Dantas, datada de 14 de setembro de 1822. Era uma forma de concentrar as tropas e difundir o conhecimento sobre o manejo de armas e até mesmo o conserto destas.

De acordo com Frutuoso, com relação ao Conselho Interino de Governo da Bahia

[...] o poder de decisão restringia-se a alguns representantes. Segundo Keila Grinberg (2002, p 75), Antônio Pereira Rebouças teria condenado, numa de suas memórias redigidas na segunda metade do século XIX, os meios empregados por alguns representantes que “não hesitavam em excluir os novos membros eleitos por vilas menos importantes”. Corrobora com tal afirmação uma correspondência de 17 de dezembro de 1822, na qual os membros do Conselho solicitaram também que fosse “organizado o quanto antes um novo governo provincial” diante da “dificuldade de poder ser bem governada esta província por uma assembleia tão numerosa” quanto o Conselho Interino.²¹²

A vila de Itapicuru, por estar situada fora da região do Recôncavo e já na divisa com Sergipe, muito provavelmente pode não ter tido grande influência nas decisões tomadas pelo Conselho Interino. Mas assumiu um papel estratégico, devido à sua proximidade geográfica com a província sergipana. O Conselho Interino pressionou João Dantas para que liderasse o processo de aclamação em Sergipe, conforme os ofícios datados dos dias 17 e 18 de setembro de 1822, e obteve resposta satisfatória na ofensiva contra os portugueses na província sergipana.

Tal afirmação mencionada por Moisés Frutuoso parece corroborar o relatório dos trabalhos do Conselho Interino do Governo da Província da Bahia, de autoria de Miguel Calmon du Pin e Almeida. Pois, dentre as diversas vilas mencionadas, Itapicuru não consta em nenhuma comissão de trabalho. No relatório, consta a formação da guarda cívica de Cachoeira, cujo comandante foi o capitão-mor de Itapicuru, João Dantas.

Por fim, apesar de Itapicuru, vila representada por João Dantas, não constar no relatório dos trabalhos do conselho interino, resta comprovado, através de ofícios, as inúmeras

²¹¹ Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

²¹² FRUTUOSO, Moisés Amado. Murmurando o Sagrado Nome da Pátria. Juizes de Paz, Elites e Antilusitanismos em Rio de Contas (1822-1832) Tese de doutorado em História do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022. p. 71.

requisições direcionadas a João Dantas, sobretudo no tocante à pacificação da província de Sergipe, objeto de inquietação das autoridades do referido conselho de Cachoeira. A vila de Itapicuru, na liderança de João Dantas, cumpriu as requisições impostas pelo referido conselho, tendo João Dantas, meses depois, organizado um corpo de cavalaria em Pirajá e a guarda cívica de Cachoeira, responsável pela segurança local desta vila.

2 O corpo de cavalaria organizado por João Dantas

No âmbito da participação das vilas do interior da província da Bahia, que tiveram grande comprometimento e responsabilidade para com a causa emancipadora, restou demonstrado que cada vila, através do seu povo, deu a sua parcela de contribuição no processo de independência do Brasil.

A vila de Rio de Contas, localizada ao sul da Chapada Diamantina, criou uma tropa com 50 homens armados, um regimento miliciano de infantaria e outro de cavalaria, além de um caixa militar com quantias significativas em dinheiro para custear as despesas da causa emancipadora. Apesar da distância significativa em relação a Cachoeira e Salvador, os habitantes desta vila não mediram esforços para ajudar o exército libertador a expulsar os portugueses da Bahia.²¹³

Foi instalada também uma Junta Temporária do Governo de Rio de Contas, também conhecida como Junta Provisória, formada pela elite política da vila. Sobre a instalação da Junta de Rio de Contas, Moisés Frutuoso esclarece:

Denis Bernardes (2006, p. 317) aponta que as juntas de governo representavam “uma importante mudança político-administrativa” por refletirem “em sua composição e em seu modo de atuação, as especificidades dos espaços nos quais iam sendo criadas”. Esses governos provisórios, instalados como “um misto de pronunciamento militar e aclamação popular direta”, impuseram um novo governo local “em substituição aos antigos delegados reais” que haviam sido nomeados pelo rei (BERNARDES, 2006, p. 317). Além das características indicadas acima, as juntas governativas (ou juntas temporárias de governo) constituídas em algumas vilas do interior da província da Bahia eram, também, uma expressão institucional do poder local. Instaladas a partir de junho de 1822, no contexto de desagregação do império luso-brasileiro, tiveram como objetivo reconhecer a existência de um centro de poder com sede no Rio de Janeiro e, acima de tudo, acatar a autoridade do príncipe d. Pedro com juramentos que o aclamavam como “Defensor Perpétuo do Brasil”.²¹⁴

²¹³ Ibid. p. 86 e 96.

²¹⁴ Ibid. p. 82.

A junta de Rio de Contas foi instalada em 14 de agosto de 1822, após a manifestação de mais de 500 homens armados, que decidiram aclamar Dom Pedro I. Essa forma de organização política não agradou ao governo de Cachoeira, que somente dois meses depois foi informado de que a referida junta reconhecia a autoridade do conselho interino e desejava colaborar com a causa emancipadora.²¹⁵

As vilas do interior da província, incluindo as mais distantes, estavam articuladas e alinhadas com os objetivos do Conselho Interino de Governo, apesar de algumas fragmentações indesejadas, como em Rio de Contas. Cada vila contribuiu dentro de suas possibilidades. Algumas vilas, como Inhambupe, por exemplo, não puderam enviar quantidades significativas de homens, haja vista os diversos problemas locais que permeavam a realidade deste distrito. Muitas vezes, questões internas, como os levantes de escravizados contra os seus senhores, indígenas insatisfeitos, saques em comércios e residências, faziam com que a segurança de determinada vila tivesse que ser reforçada, não abrindo espaço para a possibilidade de envio de homens para os campos de batalha.

Durante o período da guerra, as vilas do interior da província ficaram mais expostas aos acontecimentos supracitados, fosse pela ausência de autoridades que haviam viajado para o Recôncavo, epicentro da guerra, ou até mesmo pelos senhores de engenho e proprietários de terra que, de igual modo, envolvidos, deixaram suas propriedades rumo a Cachoeira e outras vilas desta região.

Guerra Filho elucida um exemplo sobre como os problemas internos das vilas podiam repercutir nas estratégias militares do Conselho Interino. Em uma correspondência de dezesseis de novembro de 1822, o Conselho Interino escreveu para o general Labatut, comunicando a remessa de trinta presos europeus portugueses para serem encaminhados até a vila de Inhambupe, para posteriormente irem de vila em vila até a província de Pernambuco.²¹⁶

Ao chegarem em Inhambupe, o capitão-mor não se encontrava no local, e os presos ficaram sob a guarda de um capitão nascido em Portugal, cujo nome era Dionísio Vieira, que,

²¹⁵ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. **Guerras por toda parte**: conflitos armados que impactaram as independências do Brasil. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2023. p. 75.

²¹⁶ GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência da Bahia. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004. p. 71.

ao invés de enviar os presos para a vila de Itapicuru, os manteve “presos” em sua própria casa e na humilde cadeia da vila.²¹⁷

No caso de Itapicuru, representada no conselho interino por João Dantas, a sua contribuição transcendeu a província baiana, chegando até Sergipe, onde se deu o início da atuação de João Dantas nos acontecimentos da guerra pela independência. Após a resolução em Sergipe das questões impostas pelo conselho interino, João Dantas passou a ser cobrado pelas questões relacionadas especificamente à Bahia.

A experiência militar empregada em Sergipe, em setembro de 1822, onde João Dantas percorreu diversas vilas desta localidade, incluindo Campos, Santa Luzia, Estância e São Cristóvão, fez com que, possivelmente, a cavalaria organizada por João Dantas fosse a primeira a integrar o exército libertador. Corroboram esta tese os historiadores Pedro Calmon, Afrânio Peixoto, Damasceno Vieira e Manoel Correia Garcia.

Sobre a importância das cavalarias nas antigas guerras:

A importância das cavalarias nas antigas guerras decorria de ser esta a única força capaz de deslocar-se com velocidade no campo de batalha, onde a artilharia tinha sua mobilidade prejudicada pela dificuldade de deslocamento dos canhões ou mesmo de outras peças de menor porte, dependentes de tração animal.²¹⁸

Segundo Pedro Calmon, “Depois de 08 de novembro, parecia indispensável um esquadrão de cavalaria; criado pelo capitão-mor de Itapicuru, João Dantas, com o efetivo de 500 homens.”²¹⁹

Enquanto o desânimo se apodera dos que tem consigo a perspectiva da fé e já alcançam a dureza das provocações na Bahia sitiada, entre os sitiados, é uma nova explosão de patriotismo, que a certeza da vitória ascende. A cavalaria que o Clarim Luiz Lopes, invocara para o triunfo, chega finalmente. Forma-se sob o comando do Capitão-mor João Dantas e são 500 cavaleiros que marcham para Pirajá.²²⁰

²¹⁷ Ibid.

²¹⁸ BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992. p. 270.

²¹⁹ CALMON, Pedro. História da Independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 94, v. 148, 1923. p. 204.

²²⁰ PEIXOTO, Afrânio. 2 de Julho de 1923 (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 2 de Julho de 1923). **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 48, p. 107-127, 1923.

Damasceno Vieira, por sua vez, escreveu: “Não havendo uma só praça de cavalaria, o capitão-mor de Itapicuru, João Dantas dos Imperiais Itapicuru, organizou um esquadrão de 500 soldados, que fez marchar para aquela localidade (Pirajá).”²²¹

Nesse sentido, frisando a ausência de soldados de cavalaria, o historiador Manoel Correia Garcia enfatizou: “Não havia no exército um só soldado de cavalaria, e então o capitão-mor de Itapicuru, João Dantas dos Imperiais Itapicuru, organiza um esquadrão de 500 praças que marcharam para Pirajá.”²²²

Contudo, se foi ou não a primeira cavalaria da causa emancipadora, não podemos ter certeza. Existem indícios, mas, sem dúvida, foi uma das cavalarias que compuseram as tropas do exército libertador. A questão que paira gira em torno da supracitada afirmação de Pedro Calmon, dando a entender que não havia cavalaria até o dia oito de novembro de 1822, data da principal batalha da guerra pela independência da Bahia, a de Pirajá.

De acordo com Luiz Henrique Dias Tavares, Inácio Acioli e Ladislau Titara foram contemporâneos da guerra e da batalha de Pirajá, e, no caso de Titara, foi testemunha, uma vez que ele encontrava-se aquartelado no Engenho Novo de Pirajá no dia oito de novembro de 1822, o dia da sangrenta batalha.²²³

Segundo Acioli, citado aqui por Tavares

[...] contudo, já passava de cinco horas de um fogo incessante, e os lusitanos, avançando aceleradamente, pela direção de Itacaranha, tratava de cortar a retaguarda dos pontos ocupados pelos nossos soldados, nessa contingência, vendo o major José de Barros Falcão de Lacerda, que dirige a ação por nossa parte, ser impossível sustentar se por mais tempo, mandou tocar a retirada, a fim de impedir o destroço total de suas forças, carregadas (atacadas) por todos os lados pelos inimigo, que estreitava cada vez mais em sua linha, porém o corneta (corneteiro) Luiz Lopes, português a serviço do Brasil, invertendo o sinal ordenado, tocou avançar a cavalaria, e sucessivamente a degola, com um clarim, do qual usava para os toques da ordenança de caçadores (soldados do regimento de caçadores), e persuadidos falsamente os lusitanos de haver cavalaria de reforço de nada mais trataram do que fugir desordenadamente....²²⁴

No caso de Titara, o mesmo mencionou o fato acima descrito em forma de poema em seu livro *Paraguassú: Epópeia da Guerra da Independência na Bahia*. Diante dos testemunhos dos soldados e memorialistas, não sabemos ao certo se a cavalaria de João Dantas atuou na

²²¹ VIEIRA, Damasceno. *Memórias Históricas Brasileiras (1500 - 1837)*. Editora Wentworth Press, São Paulo, 2016. p. 40.

²²² GARCIA, Manoel Correia. *História da Independência da Bahia*. Salvador: Empreza Editora, 1900. p. 78.

²²³ TAVARES, Luiz Henrique Dias. *A Independência do Brasil na Bahia*. Salvador: Edufba, 2005. p. 163.

²²⁴ *Ibid.* p. 162.

batalha de Pirajá, ou se foi organizada posteriormente à referida batalha, como sugere acima Pedro Calmon.

Outra hipótese é que, após a batalha de Pirajá, a cavalaria organizada por João Dantas pode ter sido “uma cavalaria de reforço”, quase que emergencial, para as tropas brasileiras. Em face do susto e do acaso que, graças ao fator sorte, tornou possível os baianos vencerem a referida batalha, resultando na necessidade urgente de organizar mais esquadrões de cavalaria, essa seria outra hipótese possível.

O historiador Borges dos Reis mencionou diversas companhias militares dentro de suas respectivas divisões. No tocante ao corpo de cavalaria, destacou quatro comandantes: foram eles João Dantas dos Reis Portátil (após a posse no conselho interino, João Dantas dos Imperiais Itapicuru), Antônio Joaquim de Oliveira e Almeida, Coronel Ignácio Pires de Carvalho e Albuquerque, e o Capitão José Antônio dos Reis.²²⁵

Recorrendo aos documentos institucionais da guerra, o relatório dos trabalhos do Conselho Interino, elaborado pelo seu secretário Miguel Calmon du Pin e Almeida, destaca o fim da “anarquia” militar após a chegada do general Pierre Labatut. No relatório, Calmon menciona o fim das barreiras para a criação de novos corpos militares, a reunião de tropas existentes e o levantamento de batalhões.²²⁶

O secretário do conselho afirma no relatório que, após a chegada de Labatut à Bahia, fato ocorrido em outubro de 1822, o general fez marchar até Pirajá o batalhão de caçadores, o esquadrão de cavalaria e parte da infantaria miliciana de Cachoeira, além da criação de regimentos de cavalaria miliciana em Jacobina e Orubú de Cima, dentre outras determinações.²²⁷

Segundo o historiador Ubiratan Castro de Araújo, no dia 25 de outubro de 1822, Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (o coronel Santinho), passou o comando das tropas para o general Labatut. Do dia vinte e cinco de outubro até o dia oito de novembro, dia da batalha de Pirajá, passaram-se apenas quatorze dias; este foi o tempo que Labatut teve para organizar as tropas e direcioná-las até Pirajá.²²⁸

²²⁵ REIS, Borges dos. **História do Brasil: século XVI a XVIII**. 2. ed. Salvador: Tristã e Pinto, 1915. p. 80, nota 2

²²⁶ CALMON, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia, Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C, Rio de Janeiro, 1923. p. 31.

²²⁷ Ibid. p. 32.

²²⁸ ARAÚJO, Ubiratan Castro de. 2 de Julho, A Bahia na Independência Nacional. **Revista da Fundação Pedro Calmon**, Salvador, 2007. p. 70.

Mas a movimentação em Pirajá já era grande antes mesmo da chegada do general. Diversos batalhões já se mobilizavam em direção à localidade. Labatut, assim como aconteceu em Sergipe, onde o general teve um forte apoio de João Dantas, pôde constatar que, na Bahia, não foi muito diferente, pois a movimentação militar em Pirajá já era notável antes mesmo da sua chegada.

Em Pirajá continuava a chegar gente. Chegou o Batalhão dos Periquitos, do qual fez parte Maria Quitéria. Chegou gente de Belona e Mavorte, 400 e 300 homens, respectivamente. A milícia de Santo Amaro reuniu e mandou 500 homens e Berenguer Cézár chegou com mais 300.²²⁹

Uma atestação do Vigário de Itapicuru, Alexandre José de Andrade, pároco desde 1810 da vila de Itapicuru, relata o seguinte:

Atesto e certifico in fide parochi, e o farei em juízo se necessário for, que residindo do pároco desde 1810 até o presente nesta freguesia sempre conheci ao Capitão-Mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru sem que fosse verdugo, e nem tirano dos povos, e opressor dos moradores deste distrito, sendo antes um cidadão pacífico, prudente, afável para todos os povos, de louvável conduta e de muito desinteresse, sem que em sua casa houvesse de usar cárcere privado e prendendo- se algumas pessoas a bem da aclamação de Sua Majestade Imperial então Príncipe Regente, me consta foram a ordem do mesmo na Comarca de Sergipe, hoje Província, por supor já não seriam perigosos e não por interesse de dinheiro, pelo qual não é capaz de praticar ações indecorosas ao seu caráter e posto que ocupa. Também atesto que tendo ido o dito capitão mor cobrar os dizimos havia comprado na Freguesia de Camissão e outras desde o mês de maio, seu filho Sargeno-Mor que então era Ignácio d'Antas, convocou a câmara, clero e cidadãos do termo desta vila e fez que fosse aclamado Sua Majestade no dia sete de julho do ano passado, a cujo solene ato também assisti e logo participando a seu pai o referido Capitão-Mor, este marchou para seu distrito, onde empregou todas as forças e meios para se aclamar na Comarca de Sergipe, que repugnava, não poupando a sua pessoa, nem seus próprios filhos, nem o seu cabedal, dando deicidas provas de um verdadeiro patriotismo, a bem da independência do Brasil e da Regência do nosso Imperador, que naquele tempo foi aclamado Príncipe Regente e pondo, além do mais, em exercício de cavalaria uma grande porção de homens de seu comando por não haver neste distrito senão Ordenanças, pelo que o Exmo General em chefe Pedro Labatut transitando por estes lugares criou na vila um Regimento de Cavalaria e nomeou para Coronel e Tenente-Coronel a seus filhos Ignácio D'antas e João D'antas, pessoas capazes de desempenhar tais empregos a bem do serviço e da justíssima causa do Brasil.²³⁰

A atestação acima esclarece que João Dantas introduziu os seus homens em exercício de cavalaria nas ações militares oriundas das aclamações em Sergipe, mas que o regimento de cavalaria propriamente dito só fora criado com a passagem de Labatut pela vila de Itapicuru, após a pacificação de Sergipe.

²²⁹ Ibid. p. 68.

²³⁰ Manuscrito custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe - IHGE.

A passagem de Labatut pela vila de Itapicuru aconteceu entre meados e fins de outubro de 1822, após este ter passado por Alagoas e Sergipe, chegando à Bahia por Itapicuru e partindo em direção à feira do Capuame, aonde finalmente chegou em 25 de outubro de 1822, recebendo o comando das tropas de Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, o coronel Santinho.

Labatut aproveitou a ocasião para nomear os filhos de João Dantas, Inácio Dantas dos Reis Leite e João Dantas dos Reis, Tenente-Coronel do regimento de cavalaria de Itapicuru, oficializando e concedendo patentes militares, o que explica como pode ter surgido uma das primeiras cavalarias do exército libertador.

Outro fato importante na atestação supracitada é a data da aclamação a Dom Pedro I em Itapicuru, ocorrida em sete de julho de 1822, tendo sido uma das primeiras vilas a aderirem à causa emancipadora do príncipe regente. A aclamação em Itapicuru ocorreu dois meses antes do processo de aclamação nas vilas sergipanas.

A aclamação ocorrida no dia sete de julho de 1822 em Itapicuru seguiu uma ordem cronológica de aclamações. No dia 14 de junho de 1822, a câmara de vereadores de Santo Amaro, respondendo às consultas dos deputados baianos nas Côrtes de Lisboa, votou a favor da formação de “um centro único de poder executivo no Brasil, exercido pelo príncipe Dom Pedro I”, seguido pela aclamação ao príncipe em Cachoeira em 25 de junho e em Maragojipe em 29 de junho de 1822.²³¹

Desta forma, as ações de João Dantas no Recôncavo e em Pirajá foram iniciadas após o processo de aclamação em Itapicuru e posteriormente em Sergipe, e depois da passagem de Labatut pela vila itapicuruense, onde o foco passou a ser a resolução do conflito contra Portugal na província baiana. João Dantas organizou, com os seus filhos, o regimento de cavalaria de Itapicuru, tomou posse no conselho interino de governo em 05 de novembro de 1822 e, posteriormente, marchou até Pirajá, onde aconteceu a épica batalha de 08 de novembro de 1822.

Embora o referido regimento de cavalaria tenha sido criado em Itapicuru, durante a passagem de Labatut por esta localidade, o regimento somente ganhou um quantitativo significativo de homens em Cachoeira, quando Dantas agregou homens do Recôncavo e de outras regiões, antes de partirem rumo a Pirajá.²³²

²³¹ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005. p. 95 e 109.

²³² CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho: Independência da Bahia e do Brasil**. Bahia: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015. p. 107.

Por fim, Dantas, após a batalha de Pirajá, passou a se concentrar na defesa da vila de Cachoeira, onde assumiu o posto de comandante da guarda cívica local, um importante marco na defesa militar desta localidade. Foram meses ininterruptos de combates e lutas, demonstrando um comprometimento para com a causa emancipadora e com as suas ambições pessoais no império que estava sendo gestado.

3 A criação da guarda cívica de Cachoeira

A campanha pela independência do Brasil na Bahia possui diversos capítulos: as aclamações nas diversas vilas, as batalhas em terra e mar, e a organização e autonomia político-administrativa da província, através do Conselho Interino do Governo da Bahia, situado em Cachoeira e instalado em seis de setembro de mil oitocentos e vinte e dois, um dia antes do Sete de Setembro do referido ano (data comemorativa da independência do Brasil).

O capitão-mor de Itapicuru, João Dantas, transformou o seu engenho em quartel-general, o quartel de Santo Antônio, liderou o processo de aclamação em Itapicuru e nas vilas sergipanas, onde prendeu e expulsou os portugueses desta localidade, tomou posse no Conselho Interino de Governo em cinco de novembro de mil oitocentos e vinte e dois, organizou uma das primeiras cavalarias do exército libertador e, por fim, propôs a criação da guarda cívica de Cachoeira, cujo comandante fora ele próprio.

Neste sentido, cabe destacar o que representava Cachoeira para a província baiana no período da independência. A vila de Nossa Senhora do Rosário do Porto de Cachoeira, situada na região do Recôncavo baiano, era uma localidade próspera, com inúmeros engenhos de cana-de-açúcar, que representava o principal polo econômico da Bahia, abastecendo a capital, Salvador, outras províncias e países, sustentando uma economia exportadora. Possuía comércio regular até mesmo com vilas mais distantes, como Caetitê, Jacobina, Ilhéus e Porto Seguro, além de outras províncias, como Minas Gerais, Goiás, Piauí e Maranhão.²³³

O porto de Cachoeira era o segundo mais importante da província, ficando atrás apenas do porto de Salvador. Era um porto fluvial, com grande movimentação, articulado com estradas por terra, onde ocorriam os embarques e desembarques dos mais variados produtos, dentre eles: “carne seca, couro, manteiga, vinhos e tecidos adquiridos nas praças de Salvador;

²³³ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005. p. 98.

pescados, mariscos, farinha, hortaliças e outros produtos oriundos do celeiro do Recôncavo: Nazaré e Jaguaripe.”²³⁴

Havia também “as pipas de cachaça, rolos de fumo e fardos de cana-de-açúcar, destinados ao mercado internacional – com que fizeram fortuna os senhores de engenho do Iguape.” Ou seja, a vila de Cachoeira era um centro escravocrata e econômico valioso para a província, o que explica a cobiça dos portugueses e o desejo de manter a jurisdição sobre esta vila.²³⁵

De acordo com Argemiro Ribeiro, “o Recôncavo baiano ocupava um lugar central, em razão da cultura canavieira proporcionada pelos seus férteis solos de massapê, sobretudo ao norte, área em que se situavam os maiores e mais antigos engenhos da Bahia.” Esta região concentrava milhares de escravizados trazidos à força do continente africano e que subsidiaram, durante três séculos, a riqueza dos senhores de engenho.²³⁶

Os dados sobre a população baiana no período ainda são imprecisos. Segundo alguns registros, em 1807, Salvador possuía 25.502 pretos, quando o número de brancos não excedia a 14.260 e o de pardos a 11.350, num total de 51.112 habitantes. Outros números informam que, em fins de setecentos, os habitantes da capital e do Recôncavo somavam cerca de 150 mil e, na primeira década do século XIX, o conjunto da população era de mais de “400 mil pessoas, das quais um terço eram de escravos.”²³⁷

Diante do contexto supracitado e da importância que Cachoeira possuía, uma canhoneira (conhecida como escuna) foi levada, no mês de abril, até o Rio Paraguaçu, com objetivos específicos: vigiar o porto da vila, garantir a ordem local sob o comando da junta de governo da Bahia, comandada pelo general Madeira de Melo, e fazer a proteção dos portugueses que viviam na localidade, haja vista que, neste momento, já existia um grande sentimento antilusitano no local.²³⁸

No dia vinte e cinco de junho de mil oitocentos e vinte e dois, ocorreu uma reunião da câmara de vereadores de Cachoeira, às nove horas da manhã, com a presença dos vereadores, autoridades, povo e tropa. A câmara indagou ao povo e à tropa se aceitavam aclamar Dom

²³⁴ SOUZA, Jacó dos Santos. **A insurgente Vila de Cachoeira, poder, imprensa e tensões sociais na independência do Brasil na Bahia**. Edufba, Salvador, 2023. p. 72.

²³⁵ SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de; SOUZA, Maria Aparecida Silva de. A independência do Brasil na Bahia: dimensões políticas e conflitos (1821-1823). In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças (org.). **Capítulos de História da Bahia: Independência**. Salvador: Eduneb, 2017. p. 72.

²³⁶ Ibid. p. 178.

²³⁷ Ibid. p. 218.

²³⁸ SOUZA, Jacó dos Santos. **A insurgente Vila de Cachoeira, poder, imprensa e tensões sociais na independência do Brasil na Bahia**. Edufba, Salvador, 2023. p. 71.

Pedro de Alcântara como regente e defensor perpétuo do Brasil. A resposta foi positiva, o que gerou comoção e ensejou, logo em seguida, uma aclamação a Dom Pedro I, que se estendeu até a noite.²³⁹

Após a consulta na câmara de vereadores, ocorreu o *Te Deum* (hino católico de celebração) na igreja matriz. A canhoneira, que se encontrava no Rio Paraguaçu, abriu fogo contra o povo que estava concentrado na praça da igreja matriz, disparando diversos tiros, ferindo e matando pessoas.²⁴⁰

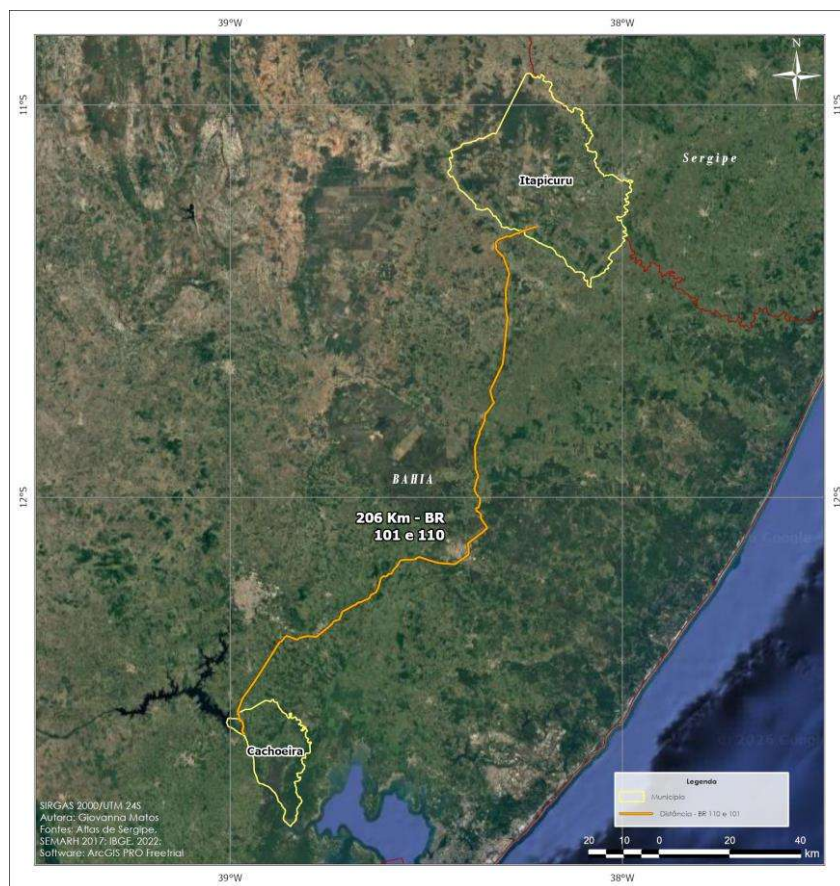
Diante da relevância econômica que Cachoeira possuía e dos acontecimentos ocorridos no dia vinte e cinco de junho de mil oitocentos e vinte e dois, que deram início à guerra pela independência na Bahia, se fazia necessária uma atenção especial à segurança da vila, então capital do conselho interino do governo da Bahia.

A vila de Cachoeira, meses depois, transformou-se em sede do conselho interino do governo da Bahia, ocupando um lugar de destaque na guerra. Nesse sentido, Cachoeira se projetava como capital de um governo independente, contrário às ordens do comandante das armas, Madeira de Melo, que ocupava Salvador. O governo de Cachoeira estava subordinado a Dom Pedro I, que emergia como imperador do país, institucionalmente nascendo nesse momento.

²³⁹ TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005. p. 100.

²⁴⁰ Ibid.

Figura 6 – Mapa demonstrando a distância atual entre Itapicuru na região Agreste e Cachoeira no Recôncavo.



Fonte: Desenvolvido pela Geógrafa Giovana Matos (2026).

Diante de todos os acontecimentos acima descritos, o capitão-mor de Itapicuru, que já havia atuado em Sergipe e, posteriormente, tomado posse no Conselho Interino como deputado representante da vila de Itapicuru, propôs a criação de uma “guarda cívica”, cujo objetivo principal era fazer a segurança da vila de Cachoeira durante o período da guerra. “20 de dezembro de 1822, o Conselho Interino do Governo da Província da Bahia aprovou o plano e a proposta que o capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil ofereceu para a organização da guarda cívica, destinada à defesa desta cidade, então vila.”²⁴¹

Neste momento, João Dantas, que já havia liderado o processo de aclamação de Dom Pedro I em Itapicuru e Sergipe e lutado em Pirajá, ganhava destaque ao comandar a guarda cívica da capital do governo independente da Bahia. A proposta de João Dantas denota uma

²⁴¹ MILTON, Aristides. **Ephemerides Cachoeiranas**. Salvador: Bahiana de C. Melchiades, 1903. p. 408.

intimidade com as articulações militares, sentindo-se o mesmo confortável e preparado para comandar a referida corporação.

Esta vitória (a de Pirajá) encorajou por extremo ao exercício pacificador que progressivamente aumentava em força: já se achava quase completo o batalhão de caçadores nº 3 de que era comandante o major José Antônio da Silva Castro, uma companhia, que tomou a denominação de guarda cívica, criada na Cachoeira (x) servia para manter a polícia nesta Vila [...] Desta companhia era comandante o capitão mor de Itapicuru João Dantas dos Imperiais Itapicuru.²⁴²

Era o último grande ato militar de João Dantas na guerra, que, desde julho de 1822, quando liderou o processo de aclamação em Itapicuru, não parou mais. A proposta e liderança de Dantas à frente da guarda cívica denotam um perfil militar de uma autoridade sertaneja em território cachoeirano.

O Conselho Interino aprovou a proposta de Dantas porque sabia que ele possuía experiência militar e capacidade de liderança, podendo gerir possíveis atritos locais que se multiplicavam durante a efervescência da guerra. Cabia à guarda cívica dirimir todas as questões de segurança da vila, o que incluía possíveis levantes de escravizados contra os seus senhores, ou contra a ordem local vigente, e até mesmo garantir o abastecimento de alimentos, o que acabava constituindo um desafio, pois muitos gêneros estavam em escassez devido à guerra, o que podia levar a saques e roubos.

Por esta razão, Miguel Calmon du Pin e Almeida, secretário do Conselho Interino, escreveu em seu relatório sobre a criação e levantamento de novos regimentos e batalhões: “... em formar a guarda cívica da vila de Cachoeira, interina capital da Província.”²⁴³

O Conselho Interino, que possuía diversas atribuições, não podia, naquele momento, administrar também as questões internas da vila de Cachoeira, razão pela qual aprovou a proposta de João Dantas. Era uma forma de delegar as questões de segurança locais a um militar experiente e engajado com o espírito “patriótico” que motivava a causa emancipadora. “Na Cachoeira ainda se havia formado uma guarda cívica para manter a ordem, assegurar os abastecimentos e fazer outros serviços análogos, e que tomou a denominação de Guarda Cívica.”²⁴⁴

242 SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia**. Salvador: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C, Tomo II, 1836. p. 177 e 178.

243 CALMON, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia**. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C, Rio de Janeiro, 1923. p. 32.

244 AMARAL, Braz. **História da Independência na Bahia**. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1957.p. 272.

Nessa guarda cívica, lutou o padre Francisco Gomes dos Santos Almeida, que era vigário colado de Santo Estêvão de Jacuípe e considerado um grande orador sacro. O religioso foi pregador do *Te Deum* de 25 de junho de 1822 em Cachoeira, bem como signatário da ata de aclamação a Dom Pedro I como regente do Reino do Brasil.²⁴⁵ “25 de janeiro de 1823, O Conselho Interino de Governo da Província da Bahia nomeou o padre Francisco Gomes dos Santos para capelão gratuito da guarda cívica, de que era comandante o Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru.”²⁴⁶

Outro elemento consolidador do prestígio de João Dantas junto ao conselho interino foram as doações realizadas por este, que subsidiaram a guerra e fortaleceram os seus laços com Labatut. Em carta de 13 de dezembro de 1822, após a batalha de Pirajá, Labatut “agradece uma doação de papel, ângulo e estrela”, e ressalta que esses objetos são de gênero raro e escasso em Pirajá.²⁴⁷

Em outra carta, de 1º de janeiro de 1823, Labatut agradece os setenta mil-réis doados por João Dantas ao músico, para a compra do necessário para a música, e ressalta o patriotismo do capitão-mor:

Ilustríssimo Senhor Capitão-mor João Dantas dos Reis. Recebi a sua carta de trinta e um do passado mês e ano e o mimo com que me quis brindar, que muito lhe agradeço, bem, como agradeço a Vossa Excelência os setenta mil réis que gratuitamente e por puro patriotismo, deu ao músico para compra do necessário para a música. A nação seria logo salva dos opressores se tivesse por filhos patriotas do seu grau e comportamento. Os nossos inimigos estão tiritando de medo. Brevemente terão outro ataque como no dia vinte e nove. Tem havido muitos emigrados. Aconteceu se me apresentar o Tenente-Coronel dos Henriques com o seu livro Mestre e Bandeiras. Deus guarde a Vossa Excelência por felizes anos, que lhe apeteço por princípio, este que hoje começa. Quartel-General do Engenho Novo, 01/01/1823. Labatut General.²⁴⁸

A guarda cívica da vila de Cachoeira também foi contemplada com doações do capitão-mor de Itapicuru, conforme nota do Conselho Interino de Governo.

Ordena o Conselho Interino de Governo desta Província ao quartel mestre da Guarda Cívica, ou quem suas vezes fizer, que receba do Senhor Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru, comandante da mesma Guarda Cívica a importância de sessenta barretinas que voluntariamente e por efeito do seu patriotismo ofereceu para a mesma guarda. Sala das sessões na vila de Cachoeira aos vinte e cinco de

245 RAMOS, Jorge. **A Casa da Bahia**. Salvador: Alba Cultural, 2024. p. 107.

246 MILTON, Aristides. **Ephemerides Cachoeiranas**. Salvador: Bahiana de C. Melchiades, 1903. p. 35.

247 Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

248 Sessão de manuscritos - Coleção Independência do Brasil na Bahia - APEB.

janeiro de mil oitocentos e vinte e três, segundo da Independência e do Império. Albuquerque – Presidente. Montezuma – Secretário.²⁴⁹

Sobre as barretinas da guarda cívica de Cachoeira, assim as descreveu Braz do Amaral.

O Batalhão sagrados dos Independentes, da Guarda Cívica da Vila, do famoso Batalhão Cachoeirense, em cujas barretinas se esculpam, na chapa amarela que os circundava as letras V.M. que se traduzem por uma nova legenda inspirada pelo ardor patriótico, vencer ou morrer.²⁵⁰

João Dantas teria doado ainda o tecido para a farda dos músicos, objeto de agradecimento em carta de Labatut ao capitão-mor João Dantas, conforme documento supracitado. Os oficiais cachoeiranos concordaram em não receber pagamento até que a capital, Salvador, fosse restaurada.²⁵¹

Por outro lado, os capitães, como foi o caso de João Dantas, teriam que arcar com a despesa do fardamento de suas respectivas tropas, o que justificou as doações de tecido para os músicos realizadas pelo capitão-mor de Itapicuru.²⁵² “Há outros que se levantam em mais altas árvores, em grandes madeiros, são o João Dantas dos Imperiais Itapicuru.”²⁵³

Desta forma, João Dantas ganhava projeção provincial, que lhe permitiu galgar diversas conquistas e, sobretudo, aos seus familiares, que colheram os louros dos esforços empregados nos campos de batalha e em outros lugares longínquos de Itapicuru, como era a vila de Cachoeira nesse período.

A ascensão social de João Dantas e de sua prole fora consolidada devido à sua eminente participação no processo de ruptura política com Portugal. Algo muito comum entre todas as lideranças que atuaram no Conselho Interino e que conquistaram para si ou para os seus familiares títulos de nobreza, comendas imperiais e cargos importantes no império.

Por fim, poder ostentar no currículo uma participação ativa no processo de independência do Brasil em duas províncias, Sergipe e Bahia, abriu inúmeras portas para Dantas e todos aqueles que lideraram a guerra sob o escudo da causa emancipadora, demonstrando um patriotismo esculpido nos próprios interesses e velado sob uma ótica moralizante de um país melhor para “todos”, que continuou a disseminar as chagas abertas do

249 Ibid.

250 AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional**. Salvador: Edufba, 2005. p. 83.

251 Ibid.

252 Ibid. p. 83.

253 Ibid. p. 69.

período colonial, vivenciadas na escravidão, maus-tratos e desigualdade social e de gênero, que continuou assolando o país nas décadas seguintes.

Considerações finais

No decorrer desta dissertação, examinamos a trajetória do capitão-mor João Dantas dos Reis Portátil, que passou a se chamar, após a sua posse no Conselho Interino de Governo da Bahia, João Dantas dos Imperiais Itapicuru. As reflexões propostas nos capítulos que compõem este estudo buscaram compreender o grau de dependência entre as províncias de Sergipe e da Bahia em relação à atuação e liderança desenvolvida por João Dantas no período da independência do Brasil, entre 1822 e 1823.

Buscou-se abordar, desde os aspectos anteriores à posse de Dantas como capitão-mor, ressaltando as disputas locais em Itapicuru, até o início da sua atuação na guerra pela Independência do Brasil em Sergipe e na Bahia. Articulado a este aspecto, analisamos as relações que se estabeleceram com nomes influentes do movimento independentista, com o intuito de medir o grau de atuação de Dantas, primeiramente em Sergipe e, posteriormente, na Bahia.

Nessa empreitada, fontes e obras memorialistas foram importantes para compreendermos a ascensão social de João Dantas, as pessoas que ele conviveu, os caminhos que traçou e os inimigos inevitáveis que conquistou, até chegar a deputado eleito por Itapicuru para o Conselho Interino de Governo da província da Bahia. Nesse sentido, Itapicuru surge como cenário e ponto de partida de toda a vida pública de Dantas.

João Dantas exerceu grande influência na vila de Itapicuru, situada na região Agreste da Bahia, sobretudo após a sua posse como capitão-mor dessa vila, em 1816, seis anos antes das batalhas pela Independência serem iniciadas em Sergipe e na Bahia. A sua autoridade local fez com que fosse incumbido pelo Conselho Interino de Governo da Bahia de expulsar os portugueses da província de Sergipe Del Rey.

Essa articulação com o Conselho Interino, situado em Cachoeira, no Recôncavo baiano, fez com que Dantas transformasse o seu Engenho Camuciata em quartel-general do exército libertador, treinando civis para os combates e consertando armas com a ajuda de um ferreiro. As movimentações militares a partir do quartel-general do Engenho Camuciata, situado na divisa com Sergipe, possibilitaram orquestrar um contingente de 2000 (dois mil) homens advindos de outras vilas e regiões para que, em setembro de 1822, atravessassem a divisa das províncias, adentrando em território sergipano e desfazendo uma resistência portuguesa logo ao chegarem à vila de Campos (atual Tobias Barreto).

O exército liderado por Dantas percorreu parte do território sergipano, aclamando Dom Pedro I imperador e defensor perpétuo do Brasil nas vilas de Campos, Santa Luzia, Estância e São Cristóvão. O sucesso da atuação de Dantas em Sergipe deve-se ao fato de este ter conseguido o apoio importante de poderosos proprietários de terra da região, como Joaquim Martins Fontes, capitão-mor de Lagarto, filho de João Martins Fontes, que era capitão-mor de Estância, além de outros proprietários de terra, como José Nabuco de Araújo, em Estância, e Davi de Oliveira Lima, em Santa Luzia.

Dessa forma, a atuação de Dantas pelo sul de Sergipe nos permite relativizar a participação coadjuvante de Labatut pelo norte da província sergipana, por onde o general francês adentrou, através das divisas entre Penedo, em Alagoas, e Vila Nova (atual Neópolis) em Sergipe. As articulações iniciadas por Dantas com os senhores de terra de Sergipe nos permitiram compreender que a trama independentista já estava consolidada em território sergipano antes mesmo da chegada de Labatut a essa província, onde ele causou inúmeros problemas, envolvendo-se em questões de ordem local que não lhe cabia interferir, fatos esses que subsidiaram, em momento posterior, o processo judicial movido pelo Conselho Interino contra o general francês.

Após Sergipe ter sido pacificada, Dantas tomou posse, em 05 de novembro de 1822, como deputado eleito por Itapicuru para o Conselho Interino de Governo da Bahia, governo independente situado em Cachoeira, em oposição ao governador das armas, o português Madeira de Melo. A partir de então, organizou uma das primeiras cavalarias do exército libertador, graças à sua experiência nos conflitos armados em Sergipe, e, posteriormente, propôs a criação, em dezembro de 1822, da Guarda Cívica de Cachoeira, responsável pela defesa desta vila no período da guerra.

Destarte, a singularidade de João Dantas reside no fato de ter atuado em campos de batalhas de duas províncias, em Sergipe, em setembro de 1822, e na Bahia, em novembro de 1822, envolvendo-se de diferentes formas na trama independentista, desde a criação de um quartel-general, passando pelas aclamações nas vilas sergipanas e, posteriormente, na criação de um corpo de cavalaria e de uma guarda cívica local.

Os feitos realizados por Dantas, forjado em um patriotismo exacerbado ou não, possibilitaram-lhe pleitear benesses imperiais do imperador Dom Pedro I, ainda em dezembro de 1822, tendo sido agraciado com a comenda de oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, em retribuição ao seu destaque no movimento independentista.

Por fim, a reconstituição dos acontecimentos históricos nos permitiu compreender que a atuação de João Dantas resgata o papel da vila de Itapicuru, do seu povo e da região Agreste, integrando-a a outras vilas que protagonizaram ações no período da Independência do Brasil, de modo a valorizar localidades e personagens até então minimizados ou desconhecidos pela historiografia sobre a guerra.

Fontes

Abreviaturas utilizadas

APEB - Arquivo Público do Estado da Bahia

IHGS - Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe

IGHB - Instituto Geográfico e Histórico da Bahia

BN - Biblioteca Nacional

Atestações

ANDRADE, Alexandre José de. Atestação do pároco de Itapicuru. 06 dez. 1822. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

ARAÚJO, José Nabuco de. Atestação do brigadeiro, de Estância. 30 dez. 1822. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

LIMA, Davi de Oliveira. Atestação do capitão-mor de Santa Luzia. 28 dez. 1822. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

MENEZES, José Sotero de. Atestação do capitão reformado do Regimento de Milícias de São Cristóvão. 20 dez. 1822. Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe.

Cartas emitidas por João Dantas dos Imperiais Itapicuru

DANTAS DOS IMPERIAIS ITAPICURU, João. Carta enviada ao Sr. Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque. set. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

DANTAS DOS IMPERIAIS ITAPICURU, João. Carta enviada ao Imperador Dom Pedro I. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

Cartas recebidas por João Dantas dos Imperiais Itapicuru

DANTAS DOS IMPERIAIS ITAPICURU, João. Recibo de doação realizada ao exército pacificador. 25 maio 1823.

LABATUT, Pierre. Carta enviada. 22 out. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

LABATUT, Pierre. Carta agradecendo a oferta de papel e um ângulo com estrela realizada por João Dantas. 13 dez. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

LABATUT, Pierre. Carta enviada. 1 jan. 1823. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

LABATUT, Pierre. Carta enviada. 4 jan. 1823. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

VILAS BOAS, Bento Araújo Lopes. Carta enviada. 14 set. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

Ofícios

CÂMARA DE VEREADORES DE ITAPICURU. Ofício enviado ao Imperador Dom Pedro I. 1 abr. 1827. Biblioteca Nacional.

CONSELHO INTERINO DE GOVERNO. Ofício enviado a João Dantas. 17 set. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

CONSELHO INTERINO DE GOVERNO. Ofício enviado a João Dantas. 18 set. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

DANTAS DOS IMPERIAIS ITAPICURU, João. Ofício enviado ao Conselho Interino de Governo. 6 set. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Correspondências.

Termos de Posse

CONSELHO INTERINO DE GOVERNO, Termo de posse de João Dantas dos Imperiais Itapicuru. 5 nov. 1822. Arquivo Público do Estado da Bahia, Sessão de Manuscritos, Coleção Independência do Brasil na Bahia, Atos Normativos.

Livros Raros

DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. **As Constituições do Brasil**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1937. Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

GARCIA, Manoel Correia. **História da Independência da Bahia**. Salvador: Typ. Empreza Editora, 1900. Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

MILTON, Aristides. **Ephemerides Cachoeiranas**. Salvador: Typ. Bahiana de C. Melchiades, 1903. Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

REIS, Borges dos. **História do Brasil: século XVI a XVIII**. 2. ed. Salvador: Tristã e Pinto, 1915. Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Salvador: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C., 1836. Biblioteca do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia.

Livros de Memória

BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos serões do campo**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.

DANTAS, Mauricio Tourinho. **Descendência do capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Salvador: Étera, 2000.

Figuras

Figura 1: Mapa atual da região Agreste e Litoral Norte da Bahia.

Figura 2: Localização de Itapicuru e do Engenho Camuciata.

Figura 3: Sergipe - Vila e Cidades - 1820.

Figura 4: Atuação de João Dantas partindo do Engenho Camuciata em direção a Sergipe em 1822.

Figura 5: Quadro em tinta a óleo do comendador João Dantas dos Reis. Museu do Nordeste Barão de Jeremoabo, Itapicuru/BA.

Figura 6: Distância atual entre Itapicuru e Cachoeira.

Mapas

CRUZ, Maria Tereza Souza; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Atlas escolar Sergipe**. João Pessoa: Grafset, 2007.

MATOS, Giovana. Mapa elaborado com a localização de Itapicuru e do Engenho Camuciata em 2026.

MATOS, Giovana. Mapa demonstrando a atuação de João Dantas partindo do Engenho Camuciata na Bahia em direção a Sergipe em 1822.

MATOS, Giovana. Mapa demonstrando a distância atual entre Itapicuru na região Agreste e Cachoeira no Recôncavo em 2026.

SIPAC, Mapa atual da região Agreste e Litoral Norte da Bahia.

Referências

- ALBUQUERQUE, Samuel Barros de Medeiros. A Independência de Sergipe e a Revolução Pernambucana de 1817. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 41-56, 2022.
- AMARAL, Braz do. **História da Independência na Bahia**. Livraria Progresso Editora, Salvador, 1957.
- AMARAL, Braz do. **Ação da Bahia na Obra da Independência Nacional**. Salvador: Edufba, 2005.
- ANDRADE, Maristela do Nascimento. Poder e política no Brasil Imperial: traços da gênese e da trajetória dos Fontes e dos Dantas no Sertão da Bahia e de Sergipe Del Rey (1820-1850). 2017. 113 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2017.
- ANDRADE LEAL, Maria das Graças. **Capítulos de História da Bahia: Independência**. Salvador: Eduneb, 2017. In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças de; SOUZA, Avanete Pereira. **Capítulos de história da Bahia: Independência**. EDUNEB: Salvador, 2017.
- ANTONIO, Edna Maria Matos. **A independência do solo que habitamos: poder, autonomia e cultura política na construção do Império do Brasileiro. Sergipe (1750-1831)**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012.
- ARAÚJO, Guilherme José Nabuco de. **Atestado sobre a adesão da vila de Estância à regência de sua Alteza Real**. Estância, 30 dez. 1822. Manuscrito. Custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).
- ARAÚJO, Ubiratan Castro de. 2 de Julho: A Bahia na Independência Nacional. **Revista da Fundação Pedro Calmon**, Salvador, 2007.
- ARAS, Lina Maria Brandão de. Uma guerra de todos: a independência do Brasil na Bahia. In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças de; SOUZA, Avanete Pereira. **Capítulos de história da Bahia: Independência**. EDUNEB: Salvador, 2017.
- AZEVEDO, Thales de. **Aspectos do 2 de Julho**. Salvador: Alba Cultural, 2024.
- BAHIA. **Bahia de Todos os Fatos**. Cenas da vida republicana 1889-1891. Salvador, Alba Cultural, 2021.
- BITTENCOURT, Ana Ribeiro de Goes. **Longos Serões do Campo**. v. 1. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- BRASIL. Relato sobre a deposição da Junta Provisória de Sergipe. [S. l.], [s. d.]. Manuscrito. Custodiado pelo Arquivo Nacional – Seção de Ministérios.

BRASIL. Conselho de Estado 1842-1889. Volume 1, 1842-1845. Câmara dos Deputados, Brasília, 1978.

CALMON, Miguel Calmon Du Pin e Almeida. **Relatório dos Trabalhos do Conselho Interino de Governo da Província da Bahia**, Typ. Do Jornal do Commercio, de Rodrigues e C, Rio de Janeiro, 1923.

CALMON, Pedro. História da Independência do Brasil. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, t. 94, v. 148, 1923.

CANCELA, Francisco. **Os indígenas e a Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Editora Saga, 2023.

CARVALHO, André Monteiro Pinto Dantas de. O Velho Itapicuru, A História de um Passado de Glórias. Salvador, Alba Cultural, 2021.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. Cícero Dantas Martins - de Barão a Coronel, Trajetória Política de um Líder Conservador na Bahia 1838-1903. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia - UFBA, 2000.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de. **O Barão de Jeremoabo e a política de seu tempo**: trajetória de um líder conservador na Bahia. Salvador: EGBA, 2006.

CARVALHO JÚNIOR, Álvaro Pinto Dantas de; PORTO FILHO, Ubaldo Marques. **2 de Julho**: Independência da Bahia e do Brasil. Bahia: Casa de Cultura Carolina Taboada, 2015.

CASTRO, Augusto Olímpio Viveiros de *et al.* **Ano da Independência**. Brasília: Editora do Senado Federal, 2010.

CRUZ, Maria Tereza Souza; FRANÇA, Vera Lúcia Alves. **Atlas Escolar Sergipe**. João Pessoa: Grafset, 2007.

DANTAS JÚNIOR, João da Costa Pinto. **As Constituições do Brasil**. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1937.

DANTAS, Mauricio Tourinho. **Descendência do Capitão-mor João Dantas dos Imperiais Itapicuru**. Salvador: Étera, 2000.

DUARTE, Daniel. **Escritos sobre o 2 de Julho**: memória e política. Salvador: EGBA, 2023.

FREIRE, Felisbello. **História Territorial do Brazil**: Bahia, Sergipe e Espírito Santo. v. 1. Salvador: Secretaria de Cultura da Bahia, 1998.

FRUTUOSO, Moisés Amado. Murmurando o Sagrado Nome da Pátria. Juizes de Paz, Elites e Antilusitanismos em Rio de Contas (1822-1832) Tese de doutorado em História do Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2022.

GARCEZ, Angelina Nobre Rolim. As terras da Casa da Torre na obra de Pedro Calmon. **Revista da Fundação Pedro Calmon**. Centro de Memória da Bahia, Salvador, n. 2, 1997.

GARCIA, Manoel Correia. **História da Independência da Bahia**. Salvador: Typ. Empreza Editora, 1900.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. O povo e a guerra: participação das camadas populares nas lutas pela Independência da Bahia. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2004.

GUERRA FILHO, Sérgio Armando Diniz. Patriotismo na Guerra da Bahia: Tensões e reconfigurações na ordem paternalista (1822-1823). In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças de; SOUZA, Avanete Pereira. **Capítulos de história da Bahia: Independência**. EDUNEB: Salvador, 2017.

ITAPICURU. Atestado sobre os serviços de João Dantas dos Reis Portátil na aclamação do Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara. Itapicuru, [s. d.]. Manuscrito. Custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

ITAPICURU. **Relato sobre a resistência à causa da Independência e atuação de João Dantas dos Imperiais e Inácio Dantas dos Reis Leite**. [S. l.], [s. d.]. Manuscrito. Custodiado pela Biblioteca Nacional (BN).

KOIFMAN, Fábio. **Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo**. Rio de Janeiro: Record, 2002.

KRAAY, Hendrick. Em outra coisa não falavam os pardos, cabras e crioulos: o "recrutamento" de escravos na guerra da Independência na Bahia. **Revista Brasileira de História**, v. 22, n. 43, 2022.

LOPES, Domingos de Castro. **O correio brasileiro: notícia histórica**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, de Rodrigues & C., 1909.

MACHADO, André Roberto de A; FILHO, Sérgio Armando Diniz Guerra. **Guerras por toda parte: conflitos armados que impactaram as independências do Brasil**. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2023.

MADRID, Ana Cristina. O Olha de Peter Burke para a Cultura Material através das Imagens. **Revista Ara**, nº 09, Volume nº 09, Grupo Museu, Patrimônio, FAU USP, 2020.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp von. **Através da Bahia**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938.

MAZZEO, Antônio Carlos. **Independência do Brasil: a história que não terminou**. São Paulo: Boitempo, 2022.

MILTON, Aristides. **Ephemerides Cachoeiranas**. Salvador: Typ. Bahiana de C. Melchiades, 1903.

MOTA, Carlos Guilherme. **1822: dimensões**. São Paulo: Perspectiva, 2022.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe Provincial: I (1820-1840)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2000.

NUNES, Maria Thetis. **Sergipe: a independência possível**. Aracaju: Editora Diário Oficial, 2000.

OLIVEIRA, Franklin. **Brigadeiro Madeira de Melo: uma história desconhecida**. Salvador: EGBA, 2019.

OLIVEIRA, Marcelo Souza. **Uma senhora de engenho no mundo das letras: o declínio senhorial em Anna Ribeiro**. Salvador: Eduneb, 2009.

PEIXOTO, Afrânio. 2 de Julho de 1923 (Conferência no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, aos 2 de Julho de 1923). **Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia**, n. 48, p. 107-127, 1923.

PIMENTA, João Paulo. Peças de um mosaico: os apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira. **Revista de História das Ideias**, Coimbra, v. 21, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000.

PIMENTA, João Paulo. **Independência do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2022.

PINHEIRO, Artidório Augusto Xavier. **Orden honoríficas do Império do Brazil**. São Paulo: Typ. a Vapor de Jorge Seckler, 1884.

PINHO, Wanderley. **Salões e Damas do Segundo Reinado**. Livraria Martins Editora, São Paulo, 1970.

PORTO EDITORA. Dicionário infopédia da Língua Portuguesa [em linha]. Porto: Porto Editora. Disponível em: <https://www.infopedia.pt/dicionarios/lingua-portuguesa/quartel>.

RAMOS, Jorge. **A Casa da Bahia**. Salvador: Alba Cultural, 2024.

REIS, Borges dos. **História do Brasil: século XVI a XVIII**. 2. ed. Salvador: Tristã e Pinto, 1915.

REBOUÇAS, Antônio Pereira. **Recordações Patrióticas 1821-1838**. Salvador: Alba Cultural, 2023.

RHEINGANTZ, Carlos G. **Titulares do Império**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1960.

SALGADO, Graça. **Fiscais e meirinhos: a administração no Brasil colonial**. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

SANTOS, Bruna Morrana dos. Família e Poder na Comarca de Aracaju: A Trajetória dos Guerra Fontes (1855-1889). **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, Nº 48, 2018.

SANTOS, Jair Cardoso dos. **Nos caminhos do fogo simbólico: uma história da independência do Brasil na Bahia e ecos de outras histórias**. Salvador: Quarteto, 2023.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O sequestro da Independência: uma história da construção do mito do Sete de Setembro**. São Paulo: Schwarcz, 2022.

SENA, Consuelo Pondé de. **Introdução ao estudo de uma comunidade do agreste baiano: Itapicuru, 1830-1892**. Salvador: Fundação Cultural da Bahia, 1979.

SERGIPE DEL REI. **Determinação ao capitão comandante da vila de Lagarto sobre a aclamação do Príncipe Regente Dom Pedro de Alcântara**. Sergipe, 30 set. 1822. Manuscrito. Custodiado pelo Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe (IHGS).

SILVA, Alberto da Costa e. **Crise colonial e independência: 1808-1830**. Rio de Janeiro: Schwarcz, 2023.

SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. Salvador: Typ. do Correio Mercantil, de Précourt e C., 1836.

SILVA, Paulo Santos. **Rastros biográficos: estudos de trajetórias**. Salvador: Eduneb, 2014.

SOUZA, Jacó dos Santos. **A insurgente Vila de Cachoeira, poder, imprensa e tensões sociais na independência do Brasil na Bahia**. Edufba, Salvador, 2023.

SOUZA FILHO, Argemiro Ribeiro de; SOUZA, Maria Aparecida Silva de. A independência do Brasil na Bahia: dimensões políticas e conflitos (1821-1823). In: ANDRADE LEAL, Maria das Graças (org.). **Capítulos de História da Bahia: Independência**. Salvador: Eduneb, 2017.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Civilização Brasileira, 1977.

TAVARES, Luiz Henrique Dias. **A Independência do Brasil na Bahia**. Salvador: Edufba, 2005.

TEIXEIRA, Cid. **Coronéis e oligarquias**. Bahia: UFB, 1998.

TITARA, Ladislau dos Santos. Paraguassu: epopéia da guerra da Independência na Bahia. Bahia: **Revista dos Tribunais**, 1973.

VIEIRA, Damasceno. **Memórias Históricas Brasileiras (1500 - 1837)**. Editora Wentworth Press, São Paulo, 2016.